



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Direito

Juliana Regina de Souza Silva

(Im)Permanências positivistas: os discursos criminológico e literário brasileiro como fios condutores de (des)qualificação do povo brasileiro.

Rio de Janeiro

2023

Juliana Regina de Souza Silva

(Im)Permanências positivistas: os discursos criminológico e literário brasileiro como fios condutores de (des)qualificação do povo brasileiro.

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cidadania, Estado e Globalização. Linha de pesquisa: Direito Penal.

Orientadora: Prof.^a Dra. Vera Malaguti de Souza Weglinski Batista

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/C

S586 Silva, Juliana Regina de Souza.

(Im)Permanências positivas: os discursos criminológicos e literário brasileiro como fios condutores de (des)qualificação do povo brasileiro / Juliana Regina de Souza Silva. - 2023.
140 f.

Orientador: Prof. Dr. Vera Malaguti de Souza Weglinski Batista.
Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Direito.

1. Criminologia- Teses. 2. Positivismo – Teses. 3. Literatura brasileira – Teses. I. Batista, Vera Malaguti de Souza Weglinski. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Direito. III. Título.

CDU 343.9(81)

Bibliotecária: Marcela Rodrigues de Souza CRB7/5906

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Juliana Regina de Souza Silva

(Im)Permanências positivistas: os discursos criminológico e literário brasileiro como fios condutores de (des)qualificação do povo brasileiro.

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cidadania, Estado e Globalização. Linha de pesquisa: Direito Penal.

Aprovada em 27 de janeiro de 2023.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Vera Malaguti de Souza Weglinski Batista (Orientadora)
Faculdade de Direito – UERJ

Prof. Dr. Alexandre Fabiano Mendes
Faculdade de Direito – UERJ

Prof. Dr. João Guilherme Leal Roorda
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Nilo Batista
Faculdade de Direito - UERJ

Prof. Dr. Luiz Felipe Teves de Paiva Sousa
Centro Universitário Augusto Motta

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus avós, em memória, Dinéa e Luiz, de quem vieram os primeiros cuidados e incentivos. Dedico aos meus pais, Fatima e Jayme, a resistência que me sustenta vida afora.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais. Minha mãe, Fatima, que não me permitiu desistir em todas as vezes em que a vida balançou. O conforto e a certeza que me ofereceu estão em cada palavra e linha deste trabalho. Foi ela quem sempre acreditou, antes de todos em minha vida, que a literatura não é perda de tempo e pode conversar com afetos e pessoas, com o direito e a vida que pulsa fora dele. Meu pai, Jayme, o braço forte e resistente que por meio do trabalho duro me ofereceu a possibilidade de seguir estudando e mudar destinos.

Agradeço, em memória, aos meus avós maternos, Dinéia e Luiz, os quais entre um café quente e uma ajuda financeira fizeram os caminhos até aqui menos tortuosos. Ainda que corporalmente não estejam, suas presenças estão tecidas em cada trecho desta dissertação. Sou porque foram muito antes de mim. Nos fios e laços da minha vida, são permanência e luz.

Agradeço especialmente e com todo afeto à profa. Verinha Malaguti por ter acreditado neste projeto quando ainda era um sonho e um manifesto. Sua orientação e mão amiga foram fundamentais e insubstituíveis para compor este discurso resistente e radicalizado.

Muito obrigada aos professores Nilo Batista e Alexandre Mendes que me resgataram do labirinto que a pesquisa se tornou no momento da qualificação. Assim como se deu com Dante, não permitiram que perdesse a mim mesma nessa caminhada.

Meu muito obrigada à amiga Patricia Mariz, agora Doutora em Literatura Brasileira, que ouviu minhas primeiras centelhas de pesquisa, em meio a uma pandemia, quando este trabalho ainda era uma mera angústia sem destino. Obrigada por ouvir com ternura e criticar com imparcialidade.

Agradeço a tantos mestres da literatura e do direito, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que contribuíram para este consórcio. As contribuições foram tantas e tamanhas que não podem ser nominalmente citadas porque cometeria não só injustiça mas também ingratidão pela omissão ainda que não proposital.

Agradeço, por fim, a todos os *outros*, vozes tão silenciadas, que foram presentes em cada conversa e cada relato nos últimos dois anos e ao longo de minha vida. Que a resistência nunca se arrefeça em nós.

Comovo-me em excesso, por natureza e por ofício.
Acho medonho alguém viver sem paixões.
Graciliano Ramos

Hoje, se me pergunto por que amo a literatura, a resposta me vem
espontaneamente à cabeça: é porque ela me ajuda a viver.
Tzvetan Todorov

RESUMO

SILVA, Juliana Regina de Souza. *(Im)Permanências positivistas: os discursos criminológico e literário brasileiro como fios condutores de (des)qualificação do povo brasileiro*. 2023. 140f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

O objetivo desta dissertação é estabelecer pontos de convergência entre a criminologia e a literatura para produzir um consórcio crítico sobre os discursos fundamentados na permanência criminológica positivista desqualificadora e os discursos literários que promovem qualificação através de rupturas. Entre seus fios e laços, foi trabalhada uma aproximação à história social da literatura e à análise do discurso para localizar a parcela subalterna do povo brasileiro enquanto figura constituída para manter a demanda por ordem em cada recorte analisado. As produções literárias contemporâneas frutos de oásis de resistência popular transbordam o povo em suas derrotas diárias contra uma sanha punitiva que aderiu muito fácil à subjetividade brasileira. Para que a criminologia possa oferecer caminhos emancipatórios, é necessário renunciar a herança discursiva assombrosa transplantada de além-mar. A literatura, já calejada, conhece o percurso pela contramão e à margem. As permanências discursivas sobre corpos selecionados, as quais sempre cercaram o povo brasileiro, principalmente em suas tentativas de protagonismo, ainda se estabelecem no presente e se projetam ao futuro por meio de mecanismos discursivos cristalizados para desqualificar, controlar e exterminar indivíduos pertencentes às classes populares, constituídos como outro-inimigo que, na verdade, somos nós mesmos. O trajeto, amparado pela pesquisa bibliográfica, buscou a transdisciplinaridade para compreender como produções literárias giraram o ponto de observação e retomaram o protagonismo discursivo, revelando-se sólidas pontes de emancipação que objetivam um movimento de contraeducação ao medo do outro. Assim, pelas lentes da literatura brasileira contemporânea, propõe-se um olhar reflexivo estilhaçador feito pelo próprio povo brasileiro em busca de seu protagonismo e do resgate de sua figura.

Palavras-chave: Criminologia. Positivismo. Literatura brasileira. Análise do discurso. Resistência.

RESUMEN

SILVA, Juliana Regina de Souza. *(I)permanencias positivistas: los discursos criminológicos y literarios brasileños como hilos conductores de la (des)calificación del pueblo brasileño*. 2023. 140f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

El objetivo de esta disertación es establecer puntos de convergencia entre la criminología y la literatura para producir un consorcio crítico sobre los discursos basados en la permanencia criminológica positivista descalificante y los discursos literarios que promueven la calificación a través de las rupturas. Entre sus hilos y lazos, se trabajó un acercamiento a la historia social de la literatura y el análisis del discurso para ubicar la porción subordinada del pueblo brasileño como figura constituida para mantener la demanda de orden en cada sector analizado. Las producciones literarias contemporáneas resultantes de oasis de resistencia popular desbordan al pueblo en sus derrotas cotidianas frente a una rabia punitiva que se adhirió fácilmente a la subjetividad brasileña. Para que la criminología ofrezca caminos emancipatorios, es necesario renunciar a la asombrosa herencia discursiva trasplantada de ultramar. La literatura, ya callosa, conoce el camino a contrapelo y al margen. Las permanencias discursivas sobre cuerpos seleccionados, que siempre han rodeado al pueblo brasileño, principalmente en sus intentos de protagonismo, aún se establecen en el presente y se proyectan hacia el futuro a través de mecanismos discursivos cristalizados para descalificar, controlar y exterminar individuos pertenecientes a las clases populares, constituidos como otro-enemigo que, de hecho, somos nosotros mismos. El camino, apoyado en la investigación bibliográfica, buscó la transdisciplinaria para comprender cómo las producciones literarias giran el punto de observación y retoman el protagonismo discursivo, revelándose como sólidos puentes de emancipación que apuntan a un movimiento de contraeducación al miedo del otro. Así, a través del lente de la literatura brasileña contemporánea, se propone una mirada reflexiva demoledora del propio pueblo brasileño en busca de su protagonismo y el rescate de su figura.

Palabras-clave: Criminología. Positivismo. Literatura brasileña. Análisis del discurso. Resistencia.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	09
1	ECOS, TRANSCENDÊNCIAS E RESISTÊNCIAS	13
1.1	Narrativa ficcional e democratização de discursos populares	13
1.2	Permanência positivista: a causa e o sintoma	18
1.3	O sentir pelas letras	26
1.4	Criminologia e literatura: o consórcio possível	32
1.5	Análise do discurso: o método resistente	39
2	CRIMINOLOGIA E NARRATIVIDADE	51
2.1	Passos ibéricos	53
2.2	Narratividade criminológica à brasileira	57
2.2.1	<u>Narrativa romântica: rendição ao positivismo criminológico</u>	61
2.2.2	<u>Nina, Euclides e Mangabeira: uma Bahia paradoxal</u>	66
2.2.3	<u>Catálogo criminológico literário</u>	75
2.3	Borges criminólogo, simplesmente	78
3	CRIMINOLOGIA E LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: CONSÓRCIO NARRATIVO (DES)QUALIFICADOR	89
3.1	Literatura, criminologia e territórios: o medo é a ordem	97
3.2	O outro: sequestro e resistência	109
	CONCLUSÃO	133
	REFERÊNCIAS	136

INTRODUÇÃO

Rompendo com liberais iluministas, o século XIX foi marcado pelo surgimento e pela pulverização da criminologia positivista. Como uma cultura, esse pensamento foi introduzido no Brasil na exata medida para atender a demanda por ordem e se constitui, ainda hoje, como uma grande permanência na forma de sentir e pensar socialmente as classes populares. Assim, o povo brasileiro se tornou discursivamente um “ser” desqualificado, portador da degenerescência, dissipador de medos e inimigo a ser controlado e combatido.

Os caminhos da permanência criminológica positivista foram explorados por Vera Malaguti para compreender como ela se constituiu em nossas margens como cultura que entre pelos olhos e ouvidos e sequestra almas, promovendo uma atualização nos métodos classificatórios para hierarquizar indivíduos específicos. Gabriel Ignácio Anitua também caminhou por território positivista para compreendê-lo como a ideologia se ergueu a partir do medo das insurreições populares. Dessa forma, sabemos como essa escola de pensamento assimilou bem e muito rapidamente as parafernalias que desqualificam determinados indivíduos e implodem a ideal de igualdade.

Às classes populares e subalternas, as chamaremos de o outro, nossa preciosa metonímia construída para esclarecer o elo que une a parte a um todo fragmentado pelos discursos científicos desde o século XIX. A forma mais cristalina e fundamental para nos acercamos desse outro é compreendê-lo enquanto indivíduo que é controlado e neutralizado devido aquilo que é e representa, e não pelo que fez ou faz ao longo da história social brasileira. A contradição da metonímia é elo rompido entre essa parte e o todo, ao qual o outro não integra pois representa a ameaça e o perigo aos ideais de civilização e progresso.

O outro ontologicamente construído e afastado da ideia de civilização foi desqualificado através da permanência cultural positivista. O sequestro de sua figura é a estratégia fundamental na margem latina periférica para sustentar a engrenagem capitalista nos centros urbanos. Herdeiros que somos desse modelo de classificação e hierarquização extremamente funcional para a atual demanda por ordem, o controle das classes populares é a garantia para proteger interesses privados de elites financeiras.

Assim, o outro sofreu o sequestro inevitável de sua figura e atos discursivos robustos de uma ideologia punitiva e criminalizante de poder o constituiu como alvo de

política de Estado, segregando, controlando e exterminando. Os pobres e subalternos são, então, a potência temida que precisa ser exterminada para evitar o assombroso encontro com o outro. Os discursos que sustentam esse método podem ser detectados em diversos recortes da história da mentalidade brasileira, a qual subsiste calcada na atualização obsessiva e paranoica do outro. Eis nosso grande e constante inimigo interno.

Construído como sujeito discursivo, será pensado como um lugar, uma posição ocupada para ser sujeito no discurso que profere e objeto de outro discurso ao qual resiste. Nessa estrutura, o outro pode resistir à desqualificação de sua figura pela narrativa ficcional, especialmente na contemporânea. Cercando-o pelos contextos histórico, político, criminológico, literário e sociológico, caminharemos amparados pela materialidade para atravessá-lo de toda complexidade e compreender as permanências que foram tecidas anos a fio ao longo da história brasileira.

Alvo da adesão subjetividade ao medo produzida para inculcar o perigo e a ameaça representadas pela sua existência, o outro foi contido também pelos discursos hegemônicos. Silenciado e excluído, enquanto sujeito narrativo fala e o faz a partir da posição que ocupa e é exatamente isso o que lhe confere identidade qualificada. Assim, não estamos na busca de um sentido “verdadeiro”, mas o “real do sentido em sua materialidade linguística e histórica”¹ da versão do outro.

Transferências e jogos simbólicos não podem ser controlados, e são eles que constituem sujeitos e sentidos enquanto processos de significação. A ideologia não se aprende, mas se depreende. Esse movimento será o mote para compreender acumulações discursivas e cristalizações que sedimentaram o sequestro da figura do outro a partir da transição da ditadura para a social-democracia. Portanto, para pensar a desqualificação do povo brasileiro, é necessária a análise materialista dos discursos.

Para resistir contra a permanência positivista, o discurso que parte do outro permite nos situar em diverso ponto de observação, já que o monopólio discursivo e verticalizado foi rompido na narrativa ficcional contemporânea. Antes, percorreremos os caminhos trilhados por criminólogos literatos e literatos criminólogos portugueses, argentinos e brasileiros, desde o século XIX, para compreender o consórcio criminológico literário em suas raízes urbanas e positivistas.

¹ ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020, p. 57.

Antecipando-nos ao questionamento do que pode a literatura oferecer à criminologia, talvez o primeiro ponto seja o incômodo que provoca à ordem estabelecida. Para tanto, seguimos com Rubem Fonseca em “Intestino grosso”² ao inverter a lógica do que está posto. A um autor entrevistado é solicitado que fale um pouco sobre pornografia. Imediatamente, ele narra a história de João e Maria, os quais ao final torturam a feiticeira até a morte em um tacho de azeite fervente e, após, retornam à casa de seus pais com todos os pertences subtraídos. Depois de se atentar para a desconstrução da cristalizada história de fadas, o editor da entrevista concluiu que escritores são perigosos porque pensam que sabem de tudo. Assim, respondemos ao questionamento inicial: a literatura, com todos os perigos que inflige, incomoda e descristaliza o que está quase sempre posto.

Para cumprir com essa proposta, as narrativas literárias elegidas como corpus principal foram os contos “Feliz Ano Novo”, “O outro”, “Passeio noturno (parte I)” e “Passeio noturno (parte II)” de Rubem Fonseca; o romance *O matador* de Patrícia Melo; e os contos “Rolézim”, “Espiral” e “A história do Periquito e do Macaco” de Geovani Martins. Nelas o outro existe enquanto sujeito que inverte a permanência positivista criminológica e se qualifica ao longo do discurso.

No primeiro capítulo, destacaremos os métodos e objetos do positivismo criminológico constituídos discursivamente e como sua história é composta de rupturas e permanências. O sentir social pelas letras seguirá seu percurso através de uma análise materialista para comprovarmos a possibilidade do consórcio criminologia e literatura. Nesse sentido, os marcos temporais escolhidos posicionarão as narrativas em um exercício de texto e contexto para adequar o método interpretativo que percebe o campo social, por isso externo à narrativa ficcional. Para tanto, a análise do discurso, método resistente por excelência, é a bússola fundamental para alcançar uma análise distante de inclinações que nos afastem da materialidade.

O segundo capítulo demonstrará que a literatura como objeto da questão criminal não se constitui novidade em Portugal, na Argentina e no Brasil. Atravessamentos que multiperspectivaram a forma de compreender a criminologia como narratividade, algumas narrativas se aprofundaram para pulverizar discursos criminológicos positivistas. Outras permitiram que os aparatos positivistas fossem estilhaçados e se afastaram do caráter ontológico simplista do crime e da

² FONSECA, Rubem. **Feliz Ano Novo**. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

desqualificação do povo. A respeito de todas, possibilitaram discussões sobre a adesão subjetiva ao medo do outro que circunda à margem.

No terceiro e último capítulo, demonstraremos que o discurso da narrativa ficcional, a partir da década de 70, pode ser percorrido de forma referencial para compreender a história da mentalidade brasileira construída sobre o povo brasileiro marginal e periférico. Sobre as bases da permanência criminológica positivista, o outro, ainda que pela margem, caminhará pela contramão no discurso literário resistindo, cada narrativa a sua maneira e a seu tempo, a sua atualização enquanto inimigo interno desde a redemocratização. Rubem Fonseca, Patrícia Melo e Geovani Martins são a nossa contramão literária contemporânea para desconstruir a figura amedrontadora do outro, que foi obrigado a consentir com a sua desqualificação espiritual, humana, social e jurídica. Pela literatura, resgataremos sua figura do sequestro secular cometido.

Pretendemos, assim, contribuir para o questionamento sobre discursos cristalizados que desqualificam o povo brasileiro desde o século XIX, seja na criminologia seja na narrativa ficcional. Nossa hipótese, espinha dorsal deste estudo, é de que a literatura brasileira contemporânea promove resgate e ruptura e, para isso, não julgaremos as narrativas ficcionais, mas as compreenderemos, como nos ensinou Sidney Chalhoub, na busca da lógica social do texto literário enquanto testemunho histórico através das condições em que foi produzido.

Dessa forma, a literatura será observada a partir de processos históricos determinados em uma interlocução coletiva das intenções de cada sujeito. A ideologia estará sempre lá nos discursos que, no contexto da luta de classes, são promissores terrenos conflituosos. Os discursos das classes populares, ocultados e silenciados pelas dominantes, lutam pela qualificação dos indivíduos que ela compõem. Através do rompimento com uma linguagem cientificista, a literatura será capaz de promover a subjetividade contrária às interpretações psicopatológicas de degenerescência do povo brasileiro: “através da fantasia, [...] na literatura, o sujeito procura dizer o indizível, tarefa impossível de ser realizada pelo discurso da ciência, presa que está ao registro da realidade material”.³

³ BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 56.

1 ECOS, TRANSCENDÊNCIAS E RESISTÊNCIAS

1.1 Narrativa ficcional e democratização de discursos populares

Na história das ideias, caminhamos entre marchas e contramarchas. Ora estamos amparados sobre ecos remotos que nos alcançam na contemporaneidade ora estamos transcendendo, de forma muito necessária, o que nos foi posto e sedimentado. Nos estudos que envolvem direito e literatura e na cultura criminológica positivista caminhamos também sobre os ecos e as transcendências. É a partir dessa costura de permanências e rupturas que iniciaremos o percurso.

Desde o início do século XX, nos Estados Unidos, temos notícias a respeito da tradição dos estudos envolvendo direito e literatura. Na Europa, os registros datam da década de 20 do mesmo século. Na América Latina, os estudos ganharam densidade na década de 90 principalmente na Colômbia, Argentina, Porto Rico e Peru. Na margem brasileira da qual falamos, figuram entre nós desde o início do século XX. Ademais, nunca é possível esquecer a quantidade de literatos brasileiros que tinha formação jurídica como, por exemplo, diversos românticos como Álvares de Azevedo, Gonçalves Dias, José de Alencar e Castro Alves, ou mais contemporâneos como José Lins do Rego, Jorge Amado e Ariano Suassuna.

A união disciplinar muito se deve a nomes como Luis Alberto Warat, principalmente enquanto professor, que priorizou o diálogo entre o campo textual literário e jurídico para derrubar saberes instituídos e, até então, inquestionados. Em 1985, Warat se torna clássico para o estudo interdisciplinar com seu *A ciência jurídica e seus dois maridos*, percorrendo pela narrativa ficcional de Jorge Amado. Lenio Streck, Dino del Pino e André Karam Trindade⁴ também estão postos nas trincheiras, propondo um pensamento crítico denso sobre as formações discursivas. Já Vicente de Paulo Barreto solidifica a junção dos estudos quando, em 2006, inclui em seu *Dicionário de filosofia do direito* a definição:

⁴ Coordenador do especial SerTão – Núcleo Baiano de Direito e Literatura.

Direito e Literatura é um novo campo de possibilidades para questões formais e materiais que afligem tanto o Direito quanto a Literatura. Porém, no campo da crítica do Direito, incorpora às demandas políticas e éticas de reconstrução de um mundo mais igualitário e justo a sensibilidade estética do gosto literário.⁵

Recorrendo à pergunta de James Boyd White – “o que o jurista poderia aprender com literatura?” –, a junção do direito com o texto literário tem a frondosa capacidade de expandir pensamentos e nos tornar mais conscientes da própria condição da linguagem enquanto experiência. Nos Estados Unidos, White foi um dos precursores da junção de estudos entre direito e literatura na década de 70 e a linguagem, em seu ponto de vista, é primordial para uma prática jurídica menos tecnicista. *The Legal Imagination*, publicado pelo jurista em 1973, tinha ao horizonte a transformação de estudantes de direito em críticos culturais e literários para que aplicassem essas habilidades no discurso jurídico, uma vez que o percebe também enquanto linguagem. Tomando o direito como arte, estamos frente a uma maneira de produzir algo novo a partir de materiais já existentes.

Irmãos porque discursos e filhos da mesma angústia, a junção direito e literatura caminhou e caminha, em grande parte, por clássicos da literatura ocidental. É indiscutível também que atualmente muitos estudos que privilegiam essa imbricação resultam reflexões teóricas sobre incômodos que o direito não tratava. Todavia, ainda que sejam os *avant-garde*, o que se pode observar é que essa maravilhosa onda de produções elege ao diálogo autores clássicos da literatura internacional - como, por exemplo, Victor Hugo, William Shakespeare, Johann Wolfgang von Goethe, Fiódor Dostoiévski, Miguel de Cervantes, Gabriel García Márquez e Jorge Luis Borges – e nacional – como, por exemplo, Machado de Assis, Aluísio Azevedo, Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, Clarice Lispector e Jorge Amado. Assim, pode-se afirmar que pesquisadores ainda trabalham com os clássicos da literatura. Além disso, a multiplicação desses trabalhos no Brasil, que se intensificou a partir do anos 90, é fruto, em sua maioria, da interdisciplinaridade e se utiliza de uma metodologia que ainda alimenta rótulos, os quais não compreendem o povo brasileiro enquanto grande potência discursiva.

⁵ BARRETO, Vicente de Paulo (Org.). **Dicionário de filosofia do direito**. Rio de Janeiro e São Leopoldo: Unisinos e Renovar, 2006, pp. 233-235.

Inegável é a importância dos diálogos até então estabelecidos entre os dois campos de saber, porém, de outro lado, lacunas ainda se mantêm. E, a partir delas, refletimos: quando a transdisciplinaridade será o norte nos estudos entre direito e literatura? Quando uma análise materialista será incorporada a esses estudos? Quando se iniciará o diálogo da criminologia crítica com a literatura brasileira contemporânea? Quando serão convidados à mesa os autores que escrevem de dentro das favelas, nossos territórios controlados? Quando será utilizada uma metodologia de interpretação que não crie rótulos e não seja contrária ao povo brasileiro? Quando se realizará o giro necessário para abarcar as classes “selecionadas negativamente pelos mecanismos de criminalização”⁶? Acreditamos, por isso, que atuamos sobre um fosso a ser superado.

O estudo transdisciplinar, uma verdadeira diluição de disciplinas, precisa reconhecer e trabalhar, por exemplo, os esforços da Flup (Festa Literária das Periferias), a festa internacional que acontece em territórios normalmente excluídos na sociedade e pela Academia; dos SLAM's, que reúnem jovens, periodicamente, em praças, parques e sob viadutos de cidades do país na tentativa de democratizar espaços públicos e palavras; e de revistas experimentais como a Setor X, a qual surgiu de um laboratório de alunos que já aconteceu na Biblioteca Parque de Manguinhos, Alemão e Rocinha no Rio de Janeiro.

As narrativas ficcionais que celebram o povo, seja em suas vitórias seja em suas derrotas, precisam estar na linha de frente das produções acadêmicas que escolhem o caminho que estamos percorrendo. Além disso, o trajeto não pode ser calcado em diletantismos ou arroubos apaixonados literários. A narrativa ficcional não será nosso mero instrumento para adornar questões jurídicas numa tentativa traidora de fazer a deglutição mais fácil das angústias sem de fato atingi-las. Defendemos método, bibliografia e autores que, juntos, sustentam a linha de frente nas nossas trincheiras marginais.

Para que o movimento transdisciplinar ocorra e não se torne elitização do conhecimento, é preciso também fazer intermediações com as produções literárias frutos desses oásis de resistência onde está o povo brasileiro. A democratização da palavra para superar ilhas de saber deve ser a tônica acadêmica para que nosso objetivo não seja somente a construção de carreiras brilhantes. Felizmente, não estamos

⁶ BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. Tradução Juarez Cirino dos Santos. 3 ed. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/Revan, 2002, p. 198.

caminhando por um terreno novo. Muito antes de nós por aqui passaram. Todavia, propomos uma nova forma de caminhar. Propomos, assim, um consórcio diferenciado.

Nessa união, pretendemos travar batalhas para nos afastar de rótulos diletantes e estereotipados. Não trataremos, por isso, de perfumarias, mas, por outro lado, de propostas para construção de resistências, ao lado de “sujeitos que teimam em (r)existir”⁷. Para tanto, a interdisciplinaridade não nos sacia na integralidade de nossas ambições, uma vez que a simples relação entre duas disciplinas não é nosso objetivo fundamental. Nossas trincheiras são mais profundas e extensas. Caminhamos rumo à superação de aproximações, vencendo divisões artificiais, propomo-nos atravessados e complexos para sermos transdisciplinares.

No campo das ciências criminais, acercamo-nos da criminologia, iluminando um campo do saber que há muito tempo e ainda é visto como braço acessório do direito penal, passando muitas vezes à margem de um caráter autônomo e horizontal. Se entendida acoplada à dogmática penal, a criminologia não pode se mostrar independente, não desenvolve método próprio, é incapaz de delimitar seus objetos, sempre sob o risco iminente de se constituir como um empilhamento de disciplinas que busca por dialogar com tudo, mas, ao final, não dialoga para emancipar a si própria.

Com o consórcio literário proposto, narrativas que se insurgem contra a violência estrutural própria do sistema penal, enquanto política de Estado, e contra a desqualificação do povo podem auxiliar a horizontalizar o diálogo entre as ciências criminais e colocar esse mesmo povo em lugar de protagonismo, privilegiando a criminologia enquanto um lugar de saber multidisciplinarmente atravessado para ser por si e atuar na redução dos múltiplos braços penais repressivos e desqualificadores do Estado.

Caminhando com esse consórcio transcendente, a literatura resulta uma espécie de diálogo acessível para superar hierarquizações disciplinares e democratizar discursos resistentes. Estamos com Nilo Batista: “só temos a ganhar abrindo nossos emperrados ferrolhos metodológicos para a história e para as letras que a entretecem”⁸. Assim, propomos um enlace entre a criminologia e a literatura brasileira para buscar método e teoria que apaziguem, por meio da resistência e não de aceitação, a angústia que ainda ecoa sobre os estudos criminológicos e o povo brasileiro silenciado e desqualificado.

⁷ ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017, p. 234.

⁸ BATISTA, Nilo. **Machado de Assis, criminalista**. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2018, p. xii.

Nesse sentido, a análise do discurso literário pode ser um método que emancipa os estudos criminológicos, dotados de toda radicalização que lhes é própria para imergir nos mais consolidados fundamentos para entender uma criminologia herdeira de positivismo em sua vertente nociva ao povo. Comunicando melhor porque fala com todos, a literatura acessa e toca aqueles ainda que privados de uma educação formal. Nas narrativas escolhidas, está a nossa gente, refletindo sobre seu lugar e não-lugar, sobre seu eu e não-eu, sobre suas constituições e descrições. Assim, questionaremos: por que ainda insistimos em importar e incorporar teorias que nos constituem como um não-sujeito, um não-ser? Fomos e somos sempre o outro, o inimigo, cruel e estrategicamente atualizado ao longo dos séculos. A forma de o sentir se torna uma demanda coletiva. Afinal, “o traidor de dentro é pior que o inimigo de fora, além de estar ao alcance da mão”⁹.

Autores e obras dispostos na linha de frente nos livram de cairmos em idealizações, o caminho só pode ser materialista. Conscientes que somos de que estamos localizados na periferia capitalista do mundo, o que, por si só, já conchama novos movimentos para que nos reconheçamos como vítimas da violência de um sistema que tem sua grande permanência advinda das teorias dos países centrais, estaremos em estado de vigilância para investigar cada palavra, cada discurso que não acreditamos ingênuos e, por isso, não podem ser negligenciados. Nenhuma produção crítica pode estar descolada dessa constatação de realidade, porque totalmente viciada, inócua e, caminhado com Sozzo, traidora¹⁰.

Assim, os atravessamentos possibilitados pela literatura brasileira podem auxiliar a criminologia crítica na sua busca antropofágica que, incorporando os acúmulos e progressos passados, caminhe com os pés bem posicionados na margem da qual falamos rumando na contramão de discursos que vociferam desqualificação e impedem, estrategicamente, a emancipação de uma parcela muito específica do povo brasileiro. Nesse sentido, percorreremos ruas, becos e vielas dos grandes centros urbanos para aproximar narrativas de resistência, mas sempre ambicionando que movimentos emancipatórios sejam pulverizados em todo o território brasileiro. Ecoam e permanecem discursos e métodos cristalizados de desqualificação, nossa triste

⁹ BATISTA, 2003, p. 45.

¹⁰ SOZZO, Máximo. Traduttore traditore. Traducción, importación cultural e historia del presente de la criminología en América Latina. In: **Cuadernos de doctrina y jurisprudencia penal**, v. 7, n. 13, 2002.

convergência. Porém, transcendência e resistência podem ser palavras de ordem em nossas trincheiras marginais para diluir estudos disciplinares.

1.2 Permanência positivista: a causa e o sintoma

A história das ideias é feita de rupturas e permanências. Da mesma forma, assim se cristalizam e descristalizam discursos e narrativas. Muito do que nos alcança no presente é fruto de uma espiral afastada de linearidade e o ritmo é sempre dado pela força e/ou pelo acúmulo de capital, os quais, estrategicamente, preferem flertar com as permanências. Para entender esse fluxo, seguimos os caminhos já percorridos por Vera Malaguti em sua *Introdução Crítica à Criminologia Brasileira* para iluminar o curso dos discursos criminológicos. Se “todas as definições da criminologia são atos discursivos, atos de poder com efeitos concretos, não são neutros: dos objetivos aos métodos, dos paradigmas às políticas criminais”¹¹, também precisamos destacar que

A Análise do Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.¹²

Nessa junção, estamos descendo o mesmo rio, no qual as margens ora se afunilam ora se alargam, mas sempre seguem paralelas. Na análise que parte do consórcio criminologia e literatura brasileira, é urgente interpretar os atos discursivos como decisões de poder em inevitável movimento que correm como um rio implacável através da história das ideias para entender quem é o homem que discursa e com que objetivo o faz, ainda que possa não ser explícito – e quase sempre não é.

Assim, “para entender o objeto da criminologia, temos de entender a demanda por ordem de nossa formação econômica e social”¹³ que resultará, conseqüentemente, na possibilidade de análise discursiva. Caminhamos, especificamente, pela margem oposta para entender uma latente permanência positivista criminológica que atravessa

¹¹ BATISTA, Vera Malaguti. *Introdução crítica à criminologia brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 2011, p. 19.

¹² ORLANDI, 2020, p. 13.

¹³ BATISTA, 2011, p. 19.

construções discursivas, cristalizando indivíduos, objetos e métodos para servir a uma demanda por ordem própria. É o discurso que precede, cristaliza e atualiza os métodos que desclassificam os indesejáveis para o processo de acumulação do capital por essas terras. “Como diz Raúl Zaffaroni, para que aconteça o extermínio é imprescindível que antes se formule um discurso legitimante”¹⁴.

Da margem latina capitalista periférica do mundo da qual falamos, somos herdeiros de um modelo de classificação e hierarquização extremamente funcional para a atual demanda por ordem. Controlar as classes populares e proteger interesses privados é a demanda atendida por meio de atos discursivos de poder, gestados como política de Estado, segregando, controlando, criminalizando e exterminando. Os pobres e subalternos, em todo o mundo, são a potência temida que precisa ser exterminada. As narrativas que sustentam essa demanda se empilham em tortuosas espirais, em uma espécie de atualização obsessiva e paranoica sobre quem chamaremos de o outro, o grande inimigo interno:

Uma nova “Doutrina de Segurança Nacional”, que tem hoje como seu “inimigo interno” não mais os opositores políticos, mas os milhares de miseráveis que perambulam por nossos campos e cidades. Os milhares de sem teto, sem terra, sem casa, sem emprego que, vivendo miseravelmente, põem em risco a “segurança” do regime. Daí a urgência em produzir subjetividades que percebam tais segmentos como perigosos, e potencialmente criminosos, para que se possa, em nome da manutenção/integridade/segurança da sociedade, não somente silenciá-los e/ou ignorá-los – o que já não é mais possível – mas eliminá-los, exterminá-los através da ampliação/fortalecimento de políticas de segurança públicas militarizadas que apelem para a lei, a ordem e a repressão.¹⁵

Para perceber o outro, cercamo-nos pelos contextos histórico, político, criminológico, literário e sociológico, pois somente com o amparo da materialidade dessas análises seremos capazes de atravessar nosso sujeito de toda complexidade e permanência que foram tecidas anos a fio ao longo da história brasileira. Ele, essa massa de sem lugar no mundo, é alvo de subjetividades produzidas para inculcar, tomando forma de necessidade coletiva, a urgência por contenção de indivíduos que trazem nas suas raízes o ponto para inclinação à delinquência. O silenciamento e a exclusão são métodos para a contenção desse objeto sem rosto e sem alma humana e, por isso, o extermínio subiu o degrau se configurando enquanto política do Estado brasileiro.

¹⁴ BATISTA, Vera Malaguti. Adesão subjetiva à barbárie. In: **Loïc Wacquant e a questão criminal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012, p. 309.

¹⁵ COIMBRA, Cecília. **Operações Rio: o mito das classes perigosas**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001, p. 245.

A demanda por ordem exige sempre mais inculcação. Por esse motivo, escolhemos iniciar a busca por evidências a partir da transição da ditadura para a atual e frágil social-democracia para perceber a escalada punitiva de nossa política de Estado e como discursos hegemônicos são os atores desse processo. Permanência categorizante, a figura do inimigo interno se sustenta sobre os “mesmos” indivíduos. Desde o marco democrático até o atual neoliberalismo, o outro esteve e está lá no seu devido lugar para manter os discursos de rigor punitivo. Para atender a demanda das narrativas aterrorizantes sobre inimigos, o que resta a não ser a política punitiva de Estado?

Os discursos sobre o outro se acumularam e se constituíram, seja na transição da ditadura para a social-democracia seja na república destruída pelo golpe promovido pelo capital vídeo-financeiro, método cirúrgico e que resiste para atender a demanda por ordem. Dessa forma, para escolher um contramétodo combativo, as permanências precisam ser revisitadas. Pensar a ideia de acumulação de discursos punitivos que se faz sentir na história brasileira, portanto é uma análise que precisa ser, necessariamente, materialista, produzida por métodos científicos que expressem a racionalidade da política de Estado.

Permanências positivistas, que desde a Primeira República foram ferramentas para patologizar povos originários, afro-brasileiros e sertanejos, são aparatos funcionais a todo vapor no braço penal do Estado e das agências midiáticas: o objeto científico é o mesmo sendo apenas atualizado entre o correr dos séculos XVIII ao XXI. A pulverização do discurso positivista criminológico entra e permanece em nossa margem como método para atualizar esse outro, que, configurando um paradoxo, somos nós mesmos.

Os discursos positivistas, serpenteando através dos séculos, objetifica(ra)m e verticaliza(ra)m tudo e todos os que tocam, como uma ambição à moda de Midas. Tais discursos nos desqualificam enquanto povo, criam políticas cirúrgicas e ratificam extermínios contumazes, que nos fazem perguntar: por que internalizamos uma permanência que nos engole e inferioriza? “O positivismo é uma grande permanência no pensamento social brasileiro, seja na criminologia, na sociologia, na psicologia ou no direito. Muito mais do que do que um escola de pensamento, constitui-se numa cultura”¹⁶. A demanda por ordem nos parece a resposta mais óbvia para a manutenção dessa cultura: é necessário conter e neutralizar as classes populares para evitar sua

¹⁶ BATISTA, 2011, p. 41.

emancipação. Como já afirmou Vera Malaguti, é “a tarefa fundamental para o capital de neutralizar o crime e o criminoso”¹⁷. Por isso, o positivismo criminológico é um projeto, uma técnica ainda em curso que dá o tom aos processos discursivos há muito tempo:

O positivismo criminológico no Brasil conflui para o ordenamento da intensa conflitividade social na passagem da escravidão ao trabalho livre, do Império para a República. [...] Duas características vão revestir a questão criminal: a degenerescência do povo e a pena como salvação da sociedade.¹⁸

Para compreender a história do pensamento criminológico, Vera Malaguti recua para antes do seu nascimento e começa o percurso no século XIII do Ocidente para entender a construção da questão criminal como objeto. Assim, destaca um marco com três grandes processos: surgimento do Estado, centralização da Igreja e primeiros movimentos de processo de acumulação de capital. Até esse marco, a resolução de conflitos ocorria sem criminalização em uma espécie de gestão comunitária, a qual desapareceu com o fim das terras comuns. Não por coincidência, a constituição do sujeito culpável se sedimenta junto com o desenvolvimento da propriedade privada e com o individualismo. Na articulação do saber médico com o jurídico, a Inquisição instaurou uma tecnologia de produção de verdades que se apoiou na “tortura como método, na execução como espetáculo e na pena como dogma”¹⁹.

Saltando para o século XVIII, encontramos uma ruptura epistemológica com a *Encyclopédie* de Diderot e D’Alembert, momento em que constatamos o que a professora chama de um “deslizamento epistemológico”: paradigma de classificação e hierarquização de tudo e de todos. O sistema penal, então, se levanta para tutelar a propriedade privada e gerir as ilegalidades populares de formas diferenciadas.

Transpondo a questão para nossas margens, encontraremos um discurso médico que gera a patologização dos africanos, dos afro-brasileiros e dos indígenas. O escravo foi transformado de objeto de trabalho para um objeto de ciência. Nessa passagem, o africano se tornará o grande laboratório de Nina Rodrigues que traz a reboque o discurso de defesa do branqueamento da população brasileira. Especificamente no Brasil, o positivismo criminológico funcionou como mecanismo de neutralização de degenerados: “se consolida no ‘resto do mundo’ como uma cultura, pode ser lido então como essa profunda formação coletiva, uma máquina de

¹⁷ *Ibid.*, p. 43.

¹⁸ BATISTA, Vera Malaguti. O positivismo como cultura. *Passagens*. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. Rio de Janeiro: v. 8, n. 2, maio-agosto, 2016, p. 302.

¹⁹ *Ibid.*, p. 295.

subjetivação que verticaliza e objetifica tudo e todos, o grande dispositivo de atualização do Outro, da alteridade nociva em nossas margens”²⁰.

Seguindo os caminhos da criminologia positivista, Alessandro Baratta²¹ já havia apontado as vertentes europeias com Gabriel Tarde (na França), Von Liszt (na Alemanha) e Lombroso, Ferri e Garofalo (na Itália). Máximo Sozzo denunciou a tradução da técnica positivista na criminologia, a qual forjou nossos discursos científicos e um modelo de poder punitivo herdado de países centrais. Debruçando-se sobre o passado do nascimento da criminologia na Argentina, e por consequência também em toda a América Latina, em suas idas e voltas, a causa está na tradução de textos estrangeiros:

La traducción implicó procesos de importación cultural en la configuración de racionalidades, programas y tecnologías de gobierno de la cuestión criminal llevados adelante por distintos “expertos” locales – juristas, médicos, administradores de prisiones, etc. – que operaron, con dichas herramientas importadas, transformaciones de los discursos y prácticas existentes en los propios contextos nacionales.²²

Estamos, inevitavelmente, colonizados em nossas teorias e produções científicas criminológicas em sentido estrito e em sentido amplo, como afirmou Sozzo. O positivismo se embrenhou com todos seus aparatos e termos e permanece mais funcional do que nunca, desde Nina Rodrigues, o “pai” da criminologia brasileira:

[...] em suas obras, a continuação de um profundo racismo, dirigido sobretudo contra a população negra e mulata, recentemente libertada da escravidão. [...] Este catedrático de medicina legal na Bahia acreditava que os negros do Brasil tinham uma incapacidade mental insuperável para adaptar-se à civilização européia. Por esse motivo que, como Hegel sustentava, não se podiam aplicar a essas pessoas as regras do direito e, por ausência de vontade, tampouco as premissas nas quais a responsabilidade penal se baseia. Mas isso não deveria constituir, para Nina Rodrigues, um obstáculo para a aplicação de castigos, único caminho que considerava útil para reprimir, especialmente os jovens mestiços que podiam colocar em perigo o incipiente desenvolvimento urbano do país.²³

A ideia e o medo da incivilização deslocou o negro recém liberto para a atual figura do periférico, mas sempre foi o outro, aquele que não encontrou lugar em uma sociedade saudosa de um sentimento europeu que nunca fora de fato seu. A causa, evidenciada por Sozzo, preocupa, mas o sintoma nos toca em uma castradora

²⁰ Ibid., p. 299.

²¹ BARATTA, op. cit.

²² SOZZO, op. cit., p. 358.

²³ ANITUA, Gabriel Ignacio. **Histórias dos pensamentos criminológicos**. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2008, p. 354.

permanência: reproduzimos traduções traidoras que, a cada dia e um pouco mais todos os dias, colocam-nos no alvo, ignorando nossa posição de margem periférica do mundo. A questão criminal está afastada da realidade social, o sintoma é permanência ignorada. Sempre a serviço da demanda por ordem, os *mass media* reiteram a ópera catastrófica e não é difícil perceber que nosso sistema criminal está em busca sempre do outro, a quem sempre foi negado protagonismo e lugar no mundo.

Nina Rodrigues na criminologia, Gabriel Lemos Brito na literatura²⁴, o positivismo esteve sempre lá nos esquadrihando e patologizando para comprovar a degenerescência e a inclinação a condutas desviantes. A literatura, principalmente, quando objeto da questão criminológica, não pode também deslizar para importações e incorporações. Entre Shakespeare's e Dostoevski's, ficamos ao lado de Lima's Barreto, Carolina's de Jesus, Geovani's Martins e tantos outros nossos para caminhar pela nossa história social da literatura afastada de todo sentimento de estranhamento. Para que serviria, afinal, o discurso literário senão para nos reconhecermos?

A literatura pode muito. Ela pode nos estender a mão quando estamos profundamente deprimidos, nos tornar ainda mais próximos dos outros seres humanos que nos cercam, nos fazer compreender melhor o mundo e nos ajudar a viver. Não que ela seja, antes de tudo, uma técnica de cuidados para com a alma; porém, revelação do mundo, ela pode também, em seu percurso, nos transformar a cada um de nós a partir de dentro.²⁵

É por dentro que precisamos iniciar o movimento de descristalização da lógica positivista impregnada e inculcada nos discursos jurídicos penais e criminológicos:

Um olhar, um movimento, o acolhimento a uma prática inusitada ou moralmente questionada pode ser um começo, pode ser um caminho para ouvir, pensar, reconhecer o outro, bem como para a captura em regras fixas e saneadas, afirmando o moralismo que nos cega. Como escapar, a cada movimento singular, da busca de si próprio para aceitar, ouvir, sentir o outro? Como deslocar o que é produzido como recusa, do prisma instituído, do autorizado? Perceber movimentos, as vidas, a partir de suas lógicas, de suas perspectivas, sem medo, sem ameaça, sem a arrogância da verdade, apenas aprendendo e arriscando a sentir diferentes tonalidades.²⁶

A ambição é realista. A literatura, datada no seu tempo e localizada no seu espaço, desvela as camadas onde o poder punitivo se manifesta, ancorado em permanências. Ela latiniza, torna brasileira e emancipa a criminologia, tornando

²⁴ BRITTO, Gabriel Lemos. **O crime e os criminosos na literatura brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946.

²⁵ TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. 10. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2020, p. 76.

²⁶ COIMBRA, Cecilia; SCHEINVAR, Estela. Subjetividades punitivo-penais. In: **Loïc Wacquant e a questão criminal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012, p. 67.

ilegítimo qualquer discurso que nos desqualifique. Se discursos criminológicos positivistas chegam a nós como uma grande permanência a nos desqualificar, os literários provam que somos altamente qualificados para entender a engrenagem que mói o povo brasileiro há tanto tempo:

[...] e a clientela do sistema penal é composta regularmente em todos os lugares do mundo por pessoas pertencentes aos baixos estratos sociais, isto indica que há um processo de seleção de pessoas às quais se qualifica como delinquentes e não, como se pretende, um mero processo de seleção de condutas qualificadas como tais. O sistema penal se dirige quase sempre contra certas pessoas, mais que contra certas ações legalmente definidas como crime.²⁷

Corpos específicos foram e continuam sendo selecionados e patologizados ao longo dos séculos. Na margem brasileira sabemos que os afro-brasileiros e os povos originários compõem essa massa corpórea sem lugar e destino. O discurso positivista criminológico sempre forneceu suprimentos “científicos” para reprimir, controlar e exterminar esses corpos e o braço repressivo penal é a ferramenta funcional para esse intento. Esses indivíduos são vistos como uma massa homogênea que compartilham entre si a sina de não ser digno de espaços coletivos e sociais. Nessa dança discursiva pseudocientífica que permanece, mira-se nas classes populares enquanto se assegura espaços e patrimônios às elites.

Para entender a permanência que nos alcança, precisamos fazer um giro de observação que não pode ignorar, por exemplo, o discurso de policização das praias do Rio de Janeiro, tão claro em reportagens, sempre comuns no verão carioca²⁸. “Essas alegorias, esses discursos, essas imagens produzem um arranjo estético, em que a ocupação dos espaços públicos pelas classes subalternas (pelos pobres de tão pretos, ou os pretos de tão pobres) produz fantasias de pânico do ‘caos social’”²⁹. É o consórcio proposto entre a criminologia crítica e a literatura brasileira, auxiliado pela análise do discurso, que poderá interpretar como o outro se constituiu enquanto infrator nato indigno dos espaços da cidade.

Detecta-se, assim, algo verdadeiramente assustador: “o que se afirma cada vez mais como direito humano na sociedade capitalista tardia é o *direito a não ser*

²⁷ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica**: do controle da violência à violência do controle penal. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015, p. 266.

²⁸ Como exemplo, destaca-se a reportagem veiculada pelo G1, em 2015: “Não chegarão à praia, diz Pezão sobre infratores em ônibus para praias”. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/09/nao-chegarao-praia-diz-pezaao-sobre-infratores-em-onibus-para-praias.html>.

Acesso em: 10 out. 2020.

²⁹ BATISTA, 2003, p. 52.

assediado, que é o direito a permanecer a uma distância segura dos outros”³⁰. Todavia, “é na vertente contemporânea da crise dos paradigmas metodológicos, no olhar multidisciplinar, que se pretende desconstruir o medo, nosso objeto. Sociologia, história, subjetividade, criminologia, etnografia”³¹ e literatura: “como a filosofia e as ciências humanas, a literatura é pensamento e conhecimento do mundo psíquico e social em que vivemos. A realidade que a literatura aspira compreender é, simplesmente (mas, ao mesmo tempo, nada é assim tão complexo), a experiência humana”³².

Evidentemente, é impossível não regressar os olhos ao passado para dissecar esse aparato que se revela como uma grande permanência: “o racismo foi o amparo ideológico em que o país se apoiou e se apóia para se fazer viável. Viável, obviamente, nos termos de um pacto social racialmente fundamentado, do qual as elites nunca abriram mão”³³. Além disso, não seria possível tratar da desqualificação do outro sem questionar o mito da democracia racial, nessas terras paradisíacas para todas as “raças”, uma vez que as permanências positivistas sempre reservaram o encarceramento seletivo à população preta subalterna ou o tombamento de seus corpos: “o negro foi condenado à periferia da sociedade de classes, como se não pertencesse à ordem legal. (...) Portanto, o genocídio ocorreu e está ocorrendo”³⁴. O antigo método colonial é uma permanência, a história é pontual e revela a estratégia na atualidade:

Os brancos controlam os meios de disseminar as informações; o aparelho educacional; eles formulam os conceitos, as armas e os valores do país. Não está patente que neste exclusivismo se radica o domínio quase absoluto desfrutado por algo tão falso quanto essa espécie de “democracia racial”.³⁵

Para sustentar essa engrenagem obsessiva operando a todo vapor, é preciso sempre desqualificar o outro, o corpo que não pode pertencer a nenhum lugar, esse não-ser que não merece empatia. Os discursos, nesse sentido, são as armas ideológicas selecionadas para sustentar essa permanência. Nessa espiral histórico-discursiva do curso das ideias, quase tudo ainda é.

³⁰ ZIZEK, Slavoj. **Violência**: seis reflexões laterais. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 46.

³¹ BATISTA, 2003, p. 53.

³² TODOROV, op. cit., p. 77.

³³ FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 2006. Dissertação (Mestrado Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2006, p. 13.

³⁴ NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016, p. 20.

³⁵ *Ibid.*, p. 54.

Mas o positivismo não foi apenas uma maneira de pensar, profundamente enraizada na *intelligentzia* e nas práticas sociais e políticas brasileiras; ele foi principalmente uma maneira de *sentir* o povo, sempre inferiorizado, patologizado, discriminado e por fim, criminalizado. Funcionou e funciona como um grande catalizador da violência e da desigualdade, características do processo de incorporação da nossa margem ao capitalismo central.³⁶

Nossa forma de sentir o povo como esse outro tão distante de nós opera na lógica de marchas e contramarchas, mas sempre presente. “Eis aí um desafio: pensar como fomos nos constituindo em policiais, em executores penais, em enclausurados, ao mesmo tempo em que as resistências pulsam e recusam o tom ameaçador como lógica e vida”³⁷. Ondas de permanências positivistas, detectadas por meio da história dos discursos criminológicos, arrastam-nos ao esquadramento do estereótipo da clientela penal, cirurgicamente construída para figurar como nosso grande inimigo interno. “O positivismo configurou, modelou o poder punitivo e suas racionalidades, programas e tecnologias governamentais na América Latina”³⁸.

Vera Malaguti nos ensinou que o positivismo criminológico é uma cultura na nossa forma de sentir o povo. Indo além, ele é hoje, mais do que nunca, uma ideologia que impacta a sociedade brasileira com ondas frequentes de inculcamento: um discurso jurídico, uma reportagem nas mídias que detêm todo o aporte do capital ou uma entrevista com o secretário de segurança pública. Após o choque à arrebentação das primeiras ondas é onde se encontra a criminologia crítica brasileira com a potencialidade para ser antropofágica, aliando-se às produções literárias contemporâneas, ambas, resistindo bravamente. Na aliança que constroem, compreender para emancipar precisa ser palavra de ordem pós-arrebentação.

1.3 O sentir pelas letras

Se o positivismo criminológico é uma forma permanente de sentir e inculcar mecanismos contra o povo brasileiro por meio do transplante de aparatos traduzidos de países centrais, a narrativa ficcional no Brasil em seu surgimento também não está longe dessa posição, pois “ao longo de sua reprodução social, incansavelmente o Brasil põe e

³⁶ BATISTA, 2016, p. 302.

³⁷ COIMBRA; SCHEINVAR, op. cit., p. 66.

³⁸ BATISTA, 2011, p. 47.

repõe ideias europeias, sempre em sentido impróprio. É nesta qualidade que elas serão matéria e problema para a literatura”³⁹.

Para evitar permanências nocivas na união entre criminologia e literatura, o sentir social pelas letras precisa seguir por uma análise materialista. Amparados por Antonio Candido⁴⁰, comprovamos a possibilidade do consórcio afastado de permanências ao “averiguar como a realidade social se transforma em componente de uma estrutura literária, a ponto de ela poder ser estudada em si mesma; e como só o conhecimento desta estrutura permite compreender a função que a obra exerce”⁴¹. No caminho criminológico dos marcos temporais escolhidos, privilegiamos a integridade das obras, posicionando-nos em um exercício de texto e contexto para adequar o método interpretativo que percebe o campo social, portanto externo à narrativa ficcional, não como uma causa, mas “como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se *interno*”⁴².

Sendo o crítico dotado de maior clareza e honestidade para o alcance de seus estudos, estamos caminhando com Candido para explicitar que:

[...] estou interessado em saber como o externo se transformou em interno, como aquilo que é carne de vaca vira croquete. O croquete não é a vaca, mas sem a vaca o croquete não existe. Mas o croquete não tem nada a ver com a vaca, só a carne. Mas o externo se transformou em algo que é interno. Aí tenho que estudar o croquete, dizer de onde ele veio.⁴³

Então, estudemos e aprendamos aquilo que o obstinado crítico que primou pela clareza nos ensinou, não cairemos no jogo sedutor de posicionar as narrativas nas franjas sociológicas ou históricas. Ao contrário, a interpretação sobre a estética é utilizada para entender como a dimensão social foi assimilada como um fator de arte literária. Nesse ponto, fator externo da obra se reveste de interno, abandonando uma crítica puramente sociológica. A crítica, então, será crítica no sentido integral do termo, sabendo que a realidade pode ser alterada pelo movimento de produção artística, pois a obra não pode ser estudada como simples realidade exterior. Por isso, fatores sociais são analisados como matéria-prima que formou a estrutura narrativa.

³⁹ SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar**. Penguin, Companhia das Letras, 2014, *E-book*, p. 53.

⁴⁰ CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

⁴¹ *Ibid.*, p. 9.

⁴² *Ibid.*, p. 14.

⁴³ Entrevista concedida ao Brasil de fato. **Jornal Brasil de Fato**, p. 404. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/6819/>. Acesso em: 15 set. 2022.

Foi Antonio Candido que alertou sobre o equívoco cometido por estudiosos das ciências sociais de tentarem explicar o fenômeno artístico, enquanto totalidade, por meio dos aparatos de suas disciplinas de origem. Esse movimento resultou em uma visão superficial para lidar com questões sociais que atravessaram os tempos e que cristalizaram um tom de interpretação findada sobre essas questões. Erro fundamental nessa abordagem se constitui sobre a arte ou, mais precisamente, sobre o fato literário.

Por esse motivo, a sociologia, a história e a criminologia não são utilizadas neste estudo como ferramenta para explicar a narrativa ficcional, mas, antes de tudo, para rastrear e entender alguns aspectos que nela fazem morada. O discurso narrativo é estudado, portanto, para perceber como uma visão social em um recorte de tempo-espaço atua como fator estético. Nosso caminho é, por isso, dialético e contrário sensu, sempre afastado de aparatos mecanicistas mais comuns:

Com efeito, a atividade do artista estimula a diferenciação de grupos; a criação de obras modifica os recursos de comunicação expressiva; as obras delimitam e organizam o público. Vendo os problemas sob esta dupla perspectiva, percebe-se o movimento dialético que engloba a arte e a sociedade num vasto sistema solidário de influências recíprocas.⁴⁴

Seguindo a dialética de Candido, é importante tomar em consideração alguns aspectos, entre eles a posição social ocupada pelos autores. A narrativa ficcional insurge da junção das condições sociais e dos movimentos de iniciativas individuais feitos por cada autor. No que diz respeito à configuração da obra, ela “depende estritamente do artista e das condições sociais que determinam a sua posição”⁴⁵. Como exemplo, Antonio Candido destaca a influência do jornal sobre a literatura, quando foi possível modificar o romance ou mesmo criar novos gêneros como a crônica. Fechando o triângulo de aspectos, temos o público, massa em que também está inserido o autor, e momento e meio como condicionantes inevitáveis:

Na medida em que a arte é [...] um sistema simbólico de comunicação inter-humana, ela pressupõe o jogo permanente de relações entre os três, que formam uma tríade indissolúvel. O público dá sentido e realidade à obra, e sem ele o autor não se realiza, pois ele é de certo modo o espelho que reflete a sua imagem enquanto criador. [...] Deste modo, o público é fator de ligação entre o autor e a sua própria obra. A obra, por sua vez, vincula o autor ao público, pois o interesse deste é inicialmente por ela, só se estendendo à personalidade que a produziu depois de estabelecido aquele contacto indispensável. Assim, à série autor-público-obra, junta-se outra: autor-obra-público. Mas o autor, do seu lado, é intermediário entre a obra, que criou, e o

⁴⁴ CANDIDO, op. cit., p. 34.

⁴⁵ Ibid., p. 40.

público, a que se dirige; é o agente que desencadeia o processo, definindo uma terceira série interativa: obra-autor-público.⁴⁶

Para entendermos de forma satisfatória e não superficial como a narrativa ficcional está inclinada aos problemas sociais, reconhecemos, primeiramente, que cada obra é autônoma, embora seja constituída de elementos externos a ela, e, assim, compreendemos quais aspectos da realidade social, em cada recorte temporal, transmutaram-se na estrutura estética das narrativas. Não estamos, então, utilizando as narrativas enquanto discursos que são a cópia da sociedade, da ideologia, do autor, mas uma expressão de todos esses elementos.

Ainda caminhando com Antonio Candido, podemos demonstrar como a literatura desempenha uma “função humanizadora”. O outro, o inimigo interno e atualizado, pode ser desconstruído e, portanto, legitimado e qualificado quando, pela narrativa ficcional, confirmamos sua humanidade. E, para tanto, é necessário que comecemos a nos humanizar internamente enquanto indivíduos inseridos socialmente capazes de perceber problemas da vida que muitas vezes não nos afetam. A humanização do outro deve, obrigatoriamente, passar primeiro pela nossa. E como humanização, entendemos ser

[...] o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante.⁴⁷

A literatura exerce, pois, em qualquer sociedade, uma instrumentalização de aproximação. Nesse sentido, especificamente tratamos da margem brasileira a partir da década de 70 do século XX, quando demos continuidade ao processo de afastamento do nosso outro interno. A distância alimentada pelo estranhamento é uma narrativa que se embrenha todos os dias em nós, roubando-nos humanidade antes mesmo de roubá-la do outro. Pela outra ponta do processo, a literatura resgata a nós e a ele, pois é força que pode exprimir o homem em sua própria formação.

Necessidade humana,

⁴⁶ Ibid., pp. 47-48.

⁴⁷ CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: **Vários escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Outro Sobre Azul, 2011, p. 182.

As criações ficcionais e poéticas podem atuar de modo subconsciente e inconsciente, operando uma espécie de inculcamento que não percebemos. [...] Talvez os contos populares, as historietas ilustradas, os romances policiais ou de capa-e-espada, as fitas de cinema, atuem tanto quanto a escola e a família na formação de uma criança e de um adolescente.⁴⁸

Se inculcamos métodos e aparatos para desqualificar o outro, entendemos que por meio de uma inculcação contrária, subconsciente ou inconsciente, a narrativa ficcional pode afirmar a condição de humano de determinados indivíduos que figuraram como objeto criminológico positivista e como alvo dos mecanismos de controle punitivo como política de Estado brasileiro. Além disso, foi também Antonio Candido quem tratou das contradições de nosso tempo sobre os direitos humanos quando discorreu a respeito do direito à literatura. Tratando dos bens incompreensíveis, indispensáveis à existência humana como alimentação, moradia etc., Candido coloca a literatura como garantia de integridade espiritual do indivíduo, pois a necessidade humana de ficção e de poesia é universal a ser satisfeita e, portanto, assegurada enquanto direito.

Nesse primeiro ângulo destacado pelo professor, a literatura é direito que reveste o homem de sua humanidade configurando um movimento que chamaremos de inculcação a nosso favor:

[...] talvez não haja equilíbrio social sem a literatura. Deste modo, ela é fato indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente. Neste sentido, ela pode ter importância equivalente à das formas conscientes de inculcamento intencional, como a educação familiar, grupal ou escolar. Cada sociedade cria as suas manifestações ficcionais, poéticas e dramáticas de acordo com os seus impulsos, as suas crenças, os seus sentimentos, as suas formas, a fim de fortalecer em cada um a presença e atuação deles.⁴⁹

Fortalecendo o outro, a literatura se constitui, como afirmou Candido, em um “equipamento intelectual e afetivo”, articulando palavras, humaniza e auxilia em nossa organização e na organização do mundo, superando o caos interior e exterior. Por isso, a literatura é uma necessidade universal que, se atendida, evita a mutilação da personalidade dos indivíduos.

Para tratarmos e comprovarmos o aspecto humanizador da literatura, colocamos em foco narrativas ficcionais, sejam contos sejam romances, que não encastelaram o

⁴⁸ CANDIDO, Antonio. **A literatura e a formação do homem**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011, p. 84.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 177.

narrador como um ser distante do outro, porque este é também narrador entrincheirado na expressão da sociedade em que está inserido. O ângulo de análise fica mais aberto e o narrador, portanto, “deixa de ser um ente separado e estranho, que o homem culto contempla, para tornar-se um homem realmente humano, cujo contacto humaniza o leitor, [...] porque não há diferença de cultura entre quem narra e quem é objeto da narrativa”⁵⁰.

Em um segundo ângulo, a literatura, se e enquanto um direito devidamente assegurado, é mecanismo que permite desmascarar restrições e negações aos direitos, principalmente dos mais vulneráveis. Assim, a literatura é luta. O professor Antonio Candido, com a clareza que sempre lhe acompanhou, explicou como essa capacidade de desmascaramento avança na literatura no século XIX naquilo que ele denominou romance humanitário. Nesse ponto, diversos romances trouxeram o pobre como tema e o trataram com dignidade, despindo-o de todo o discurso anterior de delinquência, exotismo ou comicidade.

Escritores perceberam a organização operária pelos seus direitos e, para Antonio Candido, o pobre como tema do romance, com dignidade, é relevante no aspecto dos direitos humanos por meio da literatura. Foi a partir do Romantismo que a narrativa ficcional enredou mais pelos caminhos sociais, muito próximo do que ocorreu com o Naturalismo, o qual trouxe ao foco desvalidos, camponeses, operários e prostitutas:

Tanto no caso da literatura messiânica e idealista dos românticos, quanto no caso da literatura realista, na qual a crítica assume o cunho de verdadeira investigação orientada da sociedade, estamos em face de exemplo de literatura empenhada numa tarefa ligada aos direitos humanos. No Brasil isto foi claro nalguns momentos do Naturalismo, mas ganhou força real sobretudo no decênio de 1930, quando o homem do povo com todos os seus problemas passou a primeiro plano e os escritores deram grande intensidade ao tratamento literário do pobre.⁵¹

Candido atribui esse movimento a uma mudança de tom de denúncia retórica ou de descrição para uma crítica corrosiva, muito presente em nossa margem em Jorge Amado e em Graciliano Ramos que foram o bastante para radicalizar o país, promover um desmascaramento social, denunciar a miséria, a exploração econômica e a marginalização. E, ao radicalizar, a literatura perde seu lugar de privilégio para alguns poucos, embora no Brasil esse passo ainda seja atabalhado, onde a maioria da população “vive em condições que não permitem a margem de lazer indispensável à

⁵⁰ CANDIDO, 2011, p. 89.

⁵¹ CANDIDO, 2011, p. 187.

leitura [...] e por aí se vê o efeito mutilador da segregação cultural segundo as classes”.⁵² Com o consórcio criminológico proposto, a literatura não é usada para justificar segregações, mas para fruir narrativas ficcionais enquanto direito que se constituem e permitem sentir o povo em sua integralidade.

1.4 Criminologia e literatura: o consórcio possível

Para propormos estratégias de resistências contra a permanência positivista em nossa forma de sentir o povo brasileiro, giramos o ponto de observação: o outro, secularmente silenciado em “sua humanidade roubada”⁵³, é aquele a quem será oferecido o aparato discursivo para resistir. Pela voz dele no discurso literário, torna-se possível identificar as técnicas de desqualificação e, o mais importante, superá-las. Interpretar - mas nunca explicar, pois não ambicionamos metodologias positivistas - como o povo brasileiro se tornou um “ser” desqualificado, dissipador de medos e inimigo a ser controlado, combatido e abatido se revela uma possibilidade de resistir pelas vozes que, agora, falam por si.

A literatura como objeto da questão criminológica não é novidade no Brasil, como já tratamos. Todavia, parte de nosso passado é também um traidor transplante de técnicas e métodos. José Gabriel Lemos Britto⁵⁴, em 1946, pulverizou o lombrosianismo nos estudos envolvendo direito e literatura, reduzindo clássicos literários a um manual de desqualificação do povo brasileiro muito funcional a sua patologização: o estudo dos delinquentes e da delinquência estava acoplado às letras para nos desqualificar. Valendo-se de romances, contos, novelas, crônicas e poesias, Lemos Britto se lançou ao intento de desvendar as feições criminosas – implantação das orelhas, mandíbulas maiores, cabelos crespos -, as personalidades desviantes e os discursos médico-jurídicos para encontrar o ponto de nossa degenerescência nos textos literários.

A via lombrosiana acolhida por Lemos Britto, no contexto nacional do século XX, oferta possibilidades interpretativas para entendermos como a questão racial no

⁵² Ibid., pp. 189 e 191.

⁵³ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 74. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020, p. 40.

⁵⁴ BRITTO, op. cit.

Brasil era inflada de discriminação. Caracterizar e catalogar personagens, física e psicologicamente, como indivíduos marginais e delinquentes foi serviço bem feito à ideia de degenerescência do povo brasileiro. Como se pode constatar, o positivismo criminológico desconhece fronteiras disciplinares.

Defendendo um caminho pela via da contraeducação punitiva e desqualificadora, afastamo-nos do modelo colonial europeu de interpretação e catalogação de nosso povo: “a nossa perspectiva é oswaldianamente antropofágica: como recebemos e digerimos as teorias do centro hegemônico. (...) Quantas rupturas criminológicas serão necessárias para reconstruir nosso objeto, nossa metodologia a nosso favor?”⁵⁵. Rosa Del Olmo há muito nos sinalizou com sua construção de uma “*ruptura criminológica* ao denunciar o colonialismo cultural e as cópias de pautas que distorcem a realidade”⁵⁶. O caminho para ouvir as vozes silenciadas do outro, ainda que árido, é feito de rupturas e de saber identificar as permanências, deglutindo-as.

Ao entender os processos de criminalização como uma construção discursiva e política, travamos uma luta de narrativas: as cristalizadas contra as resistentes. A literatura, assim, é chamada a interpretar discursos como decisões políticas. Sendo preciso encarar o passado desqualificador, a análise dos discursos possibilita resistências pela contramão: “eu gostaria de poder dizer que a literatura é inútil, mas não é, num mundo em que pululam cada vez mais técnicos. Para cada Central Nuclear é preciso uma porção de poetas e artistas, do contrário estamos fudidos antes mesmo da bomba explodir”.⁵⁷

Para alcançar a transdisciplinaridade, aproximamo-nos daquilo que definiu Eugenio Raúl Zaffaroni ao explicar sua visão sobre a criminologia como saber e arte de despejar discursos perigosistas. O que seria, então, a literatura senão saber e arte de despejar discursos resistentes? Por isso, acreditamos que a literatura, sobretudo a brasileira contemporânea, pode ser interessante corpus de análise discursiva bem como fio condutor para problematizar discursos desqualificadores que ecoam das permanências criminológicas positivistas.

⁵⁵ BATISTA, 2011, p. 17.

⁵⁶ BATISTA, Vera Malaguti. O realismo marginal: criminologia, sociologia e história na periferia do capitalismo. In: **Sociologia e direito: explorando as interseções**. Ed. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito/UFF, 2007, pp. 135-148.

⁵⁷ FONSECA, op. cit., p. 157.

Nosso recorte está dividido em três blocos onde estão na ponta da lança três autores: Rubem Fonseca, Patrícia Melo e Geovani Martins. Com *Feliz Ano Novo*⁵⁸, Rubem Fonseca atuou no momento em que o inimigo interno é alvo em nosso processo de redemocratização. Nesse marco temporal, desvela-se a agudização da questão criminal a partir dos anos 70. Estamos localizados próximos ao final da ditadura, no caminho para a redemocratização, quando a questão criminal se agudizou obsessivamente. Assim, o deslocamento do social para o penal operou a engrenagem e assegurou sua permanência.

Tomando mais fôlego para aprofundar o recorte, *O matador*⁵⁹, romance de Patrícia Melo, desnuda a parafernália positivista. Máiquel, nosso narrador-personagem, conhece as teorias de Lombroso por meio dos grandes empresários e industriais de São Paulo, os quais contratam seus serviços de matador de aluguel de indesejáveis. Ele é a voz do inimigo interno que desmonta, porque percebe, a engrenagem positivista no discurso dos detentores do monopólio discursivo e financeiro:

Há crimes que só a pena de morte pode resolver, ele falou, enquanto olhava meus dentes com o espelhinho. Muito ruins seus dentes. Sou a favor da pena de morte. Dou uma banana para quem pensa o contrário. Essa história de direitos humanos é uma piada. Eles não são humanos, os estupradores, os sequestradores, eles não são humanos. O senhor precisava ver o cara que me deu o tiro no joelho. Os olhos dele. Um animal. Depois que levei um tiro na perna virei lombrosiano, o senhor sabe quem foi Lombroso? Lombroso inventou a teoria do criminoso nato. Um gênio, o Lombroso. O sujeito já nasce com aquilo, aquela tendência para o crime, entendeu? [...] Difícil fugir daquilo. Impossível corrigir, entendeu?⁶⁰

Constatando o roubo da humanidade do outro, Máiquel detecta a engrenagem que o torna algoz dos seus pares em cada palavra, gesto e aparato e se reconhece como o próximo alvo dos discursos e estratégias de extermínio da classe que domina os interesses econômicos em São Paulo. Nosso anti-herói, que antes era um herói positivista, conhecedor das ferramentas desqualificadoras, transcende e se emancipa, para nós, como metáfora de uma possibilidade de resistência no meio de uma engrenagem de moer gente ao gosto do domínio do capital.

As permanências discursivas sobre corpos selecionados, as quais sempre cercaram o povo brasileiro, principalmente em suas histórias de protagonismo, ainda se estabelecem no presente e se projetam ao futuro por meio de mecanismos de

⁵⁸ Publicado em 1975.

⁵⁹ Publicado em 1995.

⁶⁰ MELO, Patrícia. **O matador**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 30-31.

criminalização, de controle e de extermínio sedimentados na construção do outro inimigo. Todavia, a contraeducação punitiva caminha pelo discurso literário em *O Sol na cabeça*⁶¹, de Geovani Martins:

Tudo começou do jeito que eu mais detestava: quando eu, de tão distraído, me assustava com o susto da pessoa e, quando via, era eu o motivo, a ameaça. Prendi a respiração, o choro, me segurei, mais uma vez, pra não xingar a velha que visivelmente se incomodava de dividir comigo, e só comigo, o ponto de ônibus. No entanto, dessa vez, ao invés de sair de perto, como sempre fazia, me aproximei.⁶²

A possibilidade de resistência começa pelo discurso do inimigo interno na narrativa ficcional. As UPP's e a criminalização de meninos pretos e pobres são desmascaradas: a realidade é completamente outra. Como diz o narrador de “A história do Periquito e do Macaco”, “ninguém sabe o que se passa aqui dentro”. Os discursos contaminados pelos ecos do positivismo criminológico em sua permanência são subvertidos. Assim, a qualificação do outro se torna possível ao mesmo tempo que implode a nossa forma de sentir a questão criminal. As vozes silenciadas vão ao centro do discurso como protagonistas de seus destinos para estudar as relações humanas e a afetividade criminal em nossa margem periférica.

Em cada recorte, a narrativa ficcional é tomada como a comunhão dos homens de seu tempo e lugar: “a *literatura* [...] é coletiva, na medida em que requer uma certa comunhão de meios expressivos (a palavra, a imagem), e mobiliza afinidades profundas que congregam os homens de um lugar e de um momento, para chegar a uma ‘comunicação’”.⁶³ Congregando homens, é mais fácil descer o curso sinuoso dos discursos. Torna-se uma possibilidade de rastrear amontoados discursivos extremamente funcionais a segregar, punir e exterminar os “mesmos” indivíduos. Adentramos águas transdisciplinares que diluem a criminologia e literatura brasileira para legitimar a possibilidade de articulação para a construção de reflexões menos rasas, construídas por meio de um viés macrossociológico que se aprofunde no percurso criminológico discursivo sem afastar o objeto, mas aproximá-lo.

Nesse sentido, a narrativa ficcional é o instrumento de observação aproximador e a criminologia crítica irradia conhecimento libertador ao outro que pode ser personagem, narrador, autor e problematizador. Rubem Fonseca é extremamente caro a

⁶¹ Publicado em 2018.

⁶² MARTINS, Geovani. *O Sol na cabeça*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 18.

⁶³ CANDIDO, 2006, p., 147.

esse movimento pois foi com ele que um fosso perdeu aos poucos profundidade. Isso porque fez surgir um projeto literário que se comprometeu em perspectivar o universo cotidiano e marginalizado da cultura brasileira. O escritor, “que maltratava a língua, principalmente por trazer para as páginas de seus romances certas personagens cujas falas não respeitavam os padrões linguísticos”⁶⁴, inaugurou o chamado brutalismo literário nacional, colocando sob os holofotes os indivíduos pertencentes às classes populares, ao mesmo tempo que desvelava a hipocrisia e o cinismo de “gente fina e nobre”⁶⁵. Construiu Rubem Fonseca um projeto de literatura dual e extremamente aliado à realidade da sociedade brasileira.

Seus enredos, especialmente em *Feliz Ano Novo*, ancoram-se “no cotidiano, dividido sem complacências”⁶⁶. O referido livro de contos, que sofreu censura pela ditadura por atentar contra a moral e aos bons costumes, é o ponto de partida que confirma o que já apontava a criminologia crítica: as classes subalternas não podem ser sujeitos de seus destinos, mas apenas objetos selecionados pelos mecanismos de criminalização. Rubem Fonseca seguiu firme, abriu caminhos com diversos romances e contos. *Feliz Ano Novo* é o primeiro nível apresentado por um autor que sentiu o que é estar à margem nessa nossa forma de sentir a questão criminal. Todavia, é preciso descer um pouco mais.

Patrícia Melo é inevitável nesse recorte. Despontou na década de 90 e sofreu os rótulos da Academia por seguir o legado de Rubem Fonseca. *O matador* é seu segundo livro e, por meio dele, a autora encaminha os rotuladores às favas e deixa sua contribuição inegável à literatura brasileira contemporânea quase afirmando: Rubem Fonseca não é escola (literária), mas é um possibilitador. Na literatura do possível, *O matador* imerge suas lentes nas reflexões do cotidiano dos que estão à margem na sociedade capitalista e demonstra a permanência positivista à moda lombrosiana pulsante nas classes média e alta da sociedade paulista.

Sempre é possível ir mais além, descer para transpor a mentalidade positivista que insiste em permanecer. Por isso, Geovani Martins com seu *O Sol na cabeça* está na linha de frente. O primeiro livro do autor faz o giro do observador: as classes média e alta são observadas. A favela, agora, é autora e obra capaz de promover a reflexão sobre

⁶⁴ SILVA, Deonísio da. **O caso Rubem Fonseca**: violência e erotismo em Feliz ano novo. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1983, p. 14.

⁶⁵ Ibid., p. 37.

⁶⁶ MOISÉS, Massaud. **A literatura brasileira através dos textos**. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 2005, p. 587.

a expansão de poder punitivo pelo Estado, a policização da vida e a sanha punitiva presente na sociedade.

Nos três autores escolhidos, estabelecemos seus marcos temporais para identificar o que ocorreu no processo que chamaremos de agudização do sentir o outro por meio da questão criminal. Descendo sobre os textos literários, subimos na escalada do poder punitivo que marca a truculência em Rubem Fonseca, a naturalização da violência em Patrícia Melo e o aplauso da afetividade criminal em Geovani Martins. Os fios e os laços entre os autores não poderiam ser mais claros: o outro e sua aguda construção como inimigo interno a partir da redemocratização. “É por isso que a análise da transição da ditadura para a democracia (1978-1988) levou à percepção do deslocamento do inimigo interno para o criminoso comum que permitiu que se mantivesse intacta a estrutura de controle social e mais investimentos na ‘luta contra o crime’”⁶⁷.

O consórcio entre criminologia e literatura segue forte para reclamar seu aspecto empírico, com objeto e metodologia definidos. Na maneira de pensar e, sobretudo, de sentir a questão criminológica, estamos voltados ao “gosto daquele medo, cheio de poeira de outras épocas”⁶⁸ para desconstruir cristalização de discursos, que mais a frente, irão naturalizar a morte e a violência contra o povo brasileiro. Atravessada pela análise do discurso, a criminologia crítica caminha pelo terreno social das ideias, entendendo essa história ainda pouco contada que se narra por meio de rupturas e permanências. Para tanto, há que se trabalhar a literatura sem reverências: “diante dos poetas e prosadores do Olimpo, não passamos com o chapéu à mão, curvando-nos respeitosamente. Chapéu à banda, passamos gingando. Por obrigação de ofício, historiadores sociais são profanadores”⁶⁹.

Em nosso recorte tempo-espço, o natural gingado se torna adequada metodologia para que não tropeçemos no caminho da fetichização da literatura que nasce nas periferias, núcleos de resistência, errando ao limitar seus meandros em meras denúncias, pois nem tudo o são. Isso porque, ao atravessar a criminologia com a literatura, não se pode ignorar que existe muita beleza e sensibilidade nas margens periféricas e nas narrativas que delas emanam. Assim como no samba, filho dos morros, a ficção e o afeto também habitam as periferias e isso, por si só, nega o medo construído

⁶⁷ BATISTA, 2003, p. 35.

⁶⁸ MARTINS, op. cit., p. 19.

⁶⁹ CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **A história contada**: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 7.

em torno daqueles espaços, daquelas pessoas. Valorizando essas narrativas também por sua qualidade e sensibilidade, atravessamos um olhar desconstrutor sobre esse outro abrindo caminhos problematizadores a descriminalizar os criminalizáveis.

Nesse aspecto, nossa grande ferramenta é o multiperspectivismo narrativo, elaborado por Ronaldo de Melo e Souza, que se trata da adoção sucessiva e alternada de inúmeros pontos de vista: “postula-se que a literatura, além de representar acontecimentos, tem de ser uma forma privilegiada de conhecimento”⁷⁰. Assim, a literatura será tomada como forma de conhecimento original, e não de outra forma, sobre fenômenos históricos, sociais e psicológicos:

[...] ela [a ficção] também permite o *confronto* e algo como uma *competição* entre as linguagens, devolvendo à literatura a dimensão de *conhecimento* que ela evidentemente tem. Basta não confundir poesia e obra de ciência, e não ser pedante, para dar-se conta do óbvio: que poetas sabem muito sobre muita coisa, inclusive, por exemplo, sobre a pobreza.⁷¹

Ao multiperspectivar as narrativas, encontramos o mediador – a quem comumente chamamos de narrador – e toda sorte de personagens – os refletores. Por isso, podemos afirmar que a narrativa ficcional é a única forma de narrativa que não trabalha apenas um único ponto de vista e um discurso, como acontece com historiadores e sociólogos. “Nesse sentido, pode-se dizer que Dante ou Cervantes nos ensinam tanto sobre a condição humana quantos os maiores sociólogos e psicólogos e que não há incompatibilidade entre o primeiro saber e o segundo”⁷².

Ao abrir tantas visões e democratizando a pluralidade discursiva, é possível perceber como os mecanismos de disciplinamento, neutralização e extermínio (todos como métodos) sempre são acionados contra as tentativas de protagonismo do povo brasileiro, até em suas produções discursivas, suas versões. Aqui, também resistimos. A literatura, então, é interpretada como uma possibilitadora de espaços alternativos de reflexão para a repolitização da questão criminológica afastada de positivismo. Para tanto:

Ao invés de assimilarmos projetos de segurança pública a partir dos países centrais, reproduzindo uma espécie de auto-colonização, nos atiramos à proposta de Zaffaroni de trabalhar a questão criminal através das palavras dos nossos mortos, estudando a nossa realidade fora dos esquemas teóricos de atendimento à demanda por ordem do capitalismo que só tem a nos oferecer a

⁷⁰ SOUZA, Ronaldo de Melo e. **O romance tragicômico de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2006.

⁷¹ SCHWARZ., Roberto. **Os pobres na literatura brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983, p. 7.

⁷² TODOROV, op. cit., p. 77.

guerra contra nós mesmos. Só assim poderemos desmontar a histórica *constituição do sujeito matável*.⁷³

Como não admitir a angústia sobre o impacto que as estratégias repressivas exercem nos destinos dos subalternos e sobre seus corpos? Como não problematizar a expansão dos aparatos punitivos do Estado, a policização da vida e a criminalização seletiva que fomenta relações de desigualdade? Ademais, se “a história da criminologia está, assim, intimamente ligada à história do desenvolvimento do capitalismo”⁷⁴, como não estaria também ligada a ele a história social da literatura? Estamos inevitavelmente atravessados:

Ora, entre as manifestações da vida social, nenhuma traduz mais fortemente os seus traços do que as artísticas e, entre elas, as literárias. Omitir a existência do quadro social, apreciar figuras, gêneros e correntes como tendo vida autônoma porque divorciados das condições de meio e de tempo, na apresentação do desenvolvimento literário de um povo, é mais do que uma falha, porque erro fundamental. Nada na existência coletiva acontece sem motivo, nada acontece fora de tempo, tudo tem o lugar próprio, e não outro, tudo traz a marca indelével da sociedade. Esse erro cometido pelos que configuram a história literária no simples arrolamento de obras e de autores, dando relevo à circunstância biográfica, representa, no fim de contas, o total falseamento da realidade.⁷⁵

Nossa ambição não se ancora em um movimento que resulte na clausura parnasiana, tampouco no nacionalismo ingênuo romântico, porque não podemos crer no muito que já nos antecedeu ignorando a realidade social e a transposição de teorias e estéticas hegemônicas. O movimento também será infrutífero se não nos conduzir para além de uma visão maniqueísta nas ciências jurídicas. Pode a literatura, portanto, reclamar seu lugar de objeto para o sentir da questão criminológica ao longo dos tempos e, sobretudo, em nosso tempo. “O medo do caos é trabalhado a cada ameaça de chegada ao poder das forças populares”⁷⁶, mas a literatura se lança ao caos para rastrear o medo, descristalizá-lo e emancipar forças populares. Nesse lugar, celebramos o consórcio literatura e criminologia para propor resistência e inservidão.

⁷³ BATISTA, Vera Malaguti. Crime e guerra no Brasil contemporâneo. In: **Poder patriarcal y poder punitivo: diálogos desde la crítica latinoamericana**. Gabriela L. Gusis e Laura Farb (coords.). Buenos Aires: Ediar, 2020, pp. 299-312.

⁷⁴ BATISTA, Vera Malaguti. Criminologia e política criminal. Passagens. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 20-39, jul./dez, 2009, p. 24.

⁷⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 2.

⁷⁶ BATISTA, 2003, p. 51.

1.5 Análise do discurso: o método resistente

É por meio dos discursos que promovemos rupturas ou estacionamos em permanências. Para um movimento de resistência, devemos entender seus meandros naquilo que dizem e no que calam. Em sua ideia de movimento, no correr pela formação social brasileira, observamos “o homem falando”.⁷⁷ Assim, não estamos adentrando terreno de abstrações, mas, por outro lado, de concretudes, nas quais a linguagem está relacionada com o exterior a esse indivíduo que discursa: “os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionando no tempo e no espaço das práticas do homem” e de como produzem “um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade”⁷⁸.

Nesse mesmo sentido, as narrativas ficcionais não são abstrações, pois elas estão fluindo sobre a formação social brasileira concretamente: “refletir sobre a literatura na perspectiva da história social significa, já de início, adotar um pressuposto necessariamente materialista de análise”⁷⁹. Não estamos inclinados a meras descrições, pois os discursos precisam ser entendidos em sua noção de acontecimento. Por esse motivo, os discursos literários devem ser analisados enquanto objeto histórico e social:

Em outras palavras, a proposta é historicizar a obra literária – seja ela conto, crônica, poesia ou romance –, inseri-la no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social – algo que faz mesmo ao negar fazê-lo. Em suma, é preciso desnudar o rei, tomar a literatura sem reverências, sem reducionismos estéticos, dessacralizá-la, submetê-la ao interrogatório sistemático que é uma obrigação do nosso ofício. Para historiadores a literatura é, enfim, testemunho histórico.⁸⁰

Aprendendo com essa proposta obsessivamente questionadora, em cada recorte temporal dos discursos entendemos processos históricos: como se perpetuam discursos hegemônicos? Prevendo que podemos ser questionados, narrativas ficcionais são construídas pelo homem que fala em seu tempo, do mesmo modo que um discurso jornalístico, um depoimento em um processo criminal, um relatório médico ou um

⁷⁷ ORLANDI, 2020, p. 13.

⁷⁸ *Ibid.*, pp. 14-16.

⁷⁹ CHALHOUB; PEREIRA, *op. cit.*, p. 7.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 7.

estudo sociológico. Assim, defendemos que a narrativa ficcional não está em posição inferior nas cadeias discursivas por se tratar de ficção. Em todo discurso que elabora, ali está nosso sujeito atravessado, inevitavelmente, pela lógica do testemunho histórico tratando de acontecimentos datados. Por isso, “o que nos interessa é inserir autores e obras literárias específicas em processos históricos determinados”.⁸¹

Nos textos literários, o outro narra a si mesmo e, ao fazê-lo, quebra o pacto da verticalidade discursiva. Dessa forma, observamos processos de significação considerando que não há sujeito sem discurso como também não há discurso sem ideologia.⁸² E, tomamos ideologia, segundo Abbagnano, como

toda crença usada para o controle dos comportamentos coletivos, entendendo-se o termo *crença* (v.), em seu significado mais amplo, como noção de compromisso da conduta, que pode ter ou não validade objetiva. Entendido nesse sentido, o conceito de I. é puramente formal, uma vez que pode ser vista como I. tanto uma crença fundada em elementos objetivos quanto uma crença totalmente infundada, tanto uma crença realizável quanto uma crença irrealizável. O que transforma uma crença em I. não é sua validade ou falta de validade, mas unicamente sua capacidade de controlar os comportamentos em determinada situação.⁸³

Em nosso recorte, identificamo-nos enquanto sujeitos inseridos na ordem capitalista e, por isso, elencando a análise do discurso enquanto método estaremos atentos para entender a produção de sentidos em sua respectiva condição de produção e de necessidade de controle de comportamentos: quem é o outro que fala a partir da margem capitalista do mundo resistindo a sua desqualificação enquanto sujeito? Estamos adentrando terreno pantanoso, território que articula o simbólico e o político para observar os rótulos classificadores produzidos como uma prática histórica e social.

A análise do discurso é o método resistente por excelência e, por isso, sua história é a base para trilhar uma análise distante de inclinações que nos afastem da materialidade:

[...] se a Análise do Discurso é herdeira das três regiões de conhecimento – Psicanálise, Linguística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso – que não reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a

⁸¹ Ibid., p. 8.

⁸² ORLANDI, 2020.

⁸³ ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 533.

ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele.⁸⁴

Eni Orlandi nos relata sobre os estudos linguísticos no Brasil nos anos da ditadura empresarial civil-militar, no período de 1964 a 1984, coincidentemente, próximo à publicação de *Feliz Ano Novo*. A análise do discurso, assim como algumas narrativas ficcionais, está extremamente conectada ao nosso objeto, pois é o método que precisou resistir durante a ditadura no Brasil. Foi Orlandi quem sentiu o braço repressivo do Estado, assim como Rubem Fonseca, e se voltou ao passado para explicar o caminho da análise do discurso na conjuntura política brasileira.

Em finais de 1968 e início de 1969, nas sendas do AI5, Orlandi afirma que “havia aprendido com a esquerda e com Pêcheux que para falar uma coisa pode-se falar outra. Analisava, então, não o discurso político mas o discurso pedagógico e o religioso”.⁸⁵ O político, que não podia ser dito, foi o foco de Orlandi em um contexto em que a fábrica discursiva do regime militar estava funcionando muito rapidamente para cristalizar que não era golpe, mas revolução:

Com a censura imposta, eles falavam sem parar, saturando a sociedade com seus sentidos, enorme profusão de propaganda, falta de liberdade, censura e perseguições. E discursos, eu diria, aparentemente anódinos, falando em democracia, em salvar o país. Um exemplo é o ato Institucional número 5. Que diz proporcionar o que, na verdade, é absolutamente negado à sociedade: democracia.⁸⁶

A análise do discurso foi alvo de discursos autoritários, os quais sempre falavam de uma ameaça ou de um fantasma que atacaria a sociedade pelas costas: o comunismo era o vilão, enquanto os heróis da “pátria, deus e família” roubavam liberdades e direitos do povo. Obviamente, a análise do discurso era perigosa, pois era a resistência contra esse projeto nefasto:

Os militares empunham seu patriotismo como argumento político e criam o Milagre Econômico. Paira em todo lugar a ideia do Brasil moderno. Criam o Mobral. Mas silenciam Paulo Freire e, com seus programas, leis, inclusive na Universidade, com o pretexto da modernização, jogam o país em grave crise da educação.⁸⁷

⁸⁴ ORLANDI, 2020, p. 18.

⁸⁵ Id., 2017, p. 17.

⁸⁶ Ibid., p. 18.

⁸⁷ Ibid., p. 19.

Todo esse projeto foi construído pelo discurso, alerta Orlandi. Militares golpistas e resistentes estavam, no mesmo momento, lutando através de discursividade. É nessa conjuntura que a análise do discurso, filha da resistência, instala-se enquanto método para destruí a parafernália golpista e desvelar os discursos naquilo que realmente representavam: “é esta a conjuntura em que procura se firmar a análise de discurso. Em um momento em que a luta pela palavra é fundamental e em que, como disse em outro trabalho (1992), o silêncio trabalha politicamente, significando o que não pode ser dito”.⁸⁸ A resistência à demanda por ordem da década de 70 precisou da análise do discurso como método e, por isso, a resgatamos hoje.

Para promover esse resgate, é preciso perceber que:

De um lado, é na movência, na provisoriidade, que os sujeitos e os sentidos se estabelecem, de outro, eles se estabilizam, se cristalizam, permanecem. Paralelamente, se, de um lado, há imprevisibilidade na relação do sujeito com o sentido, da linguagem com o mundo, toda formação social, no entanto, tem formas de controle da interpretação, que são historicamente determinadas: há modos de se interpretar, não é todo mundo que pode interpretar de acordo com sua vontade, há especialistas, há um corpo social a quem se delegam poderes de interpretar (logo de “atribuir” sentidos), tais como o juiz, o professor, o advogado, o padre, etc. Os sentidos estão sempre “administrados”, não estão soltos. Diante de qualquer fato, de qualquer objeto simbólico somos instados a interpretar, havendo uma injunção a interpretar. Ao falar, interpretamos. Mas, ao mesmo tempo, os sentidos parecem estar sempre lá.⁸⁹

A sensação de liberdade sobre o discurso proferido e suas possibilidades, que parecem concretas, vicia e oculta o real acúmulo de discursos cristalizados por trás da seleção dos vocábulos. Não cabe o espaço da neutralidade, ainda que assim se queira analisar da forma mais ingênua possível, pois “a entrada no simbólico é irremediável e permanentemente: estamos comprometidos com os sentidos e o político”⁹⁰. Assim, é possível observar quem é esse homem que fala, rotula e classifica, revelando a contaminação das nuances de nosso capitalismo periférico, modelo em que está irremediavelmente inserido, uma vez que o dito, e o não dito, é produzido em um dado contexto ideológico. Portanto, não existe neutralidade nos discursos que produzimos e, sobre eles, precisamos transpor o que parece ser evidente, porque quase sempre é visto como superficial.

⁸⁸ Ibid., p. 20.

⁸⁹ ORLANDI, 2020, p. 8.

⁹⁰ Ibid., pp. 7-8.

Como o primeiro passo para compreender as articulações de narrativas, compreendemos que o sistema capitalista não oferece nem mesmo a liberdade de escolha discursiva:

[...] é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. [...] Essa é a base do que chamamos de assujeitamento. Tomando em conta a relação da língua com a ideologia, podemos observar como, através da noção de determinação, o sujeito gramatical cria um ideal de completude, participando do imaginário de um sujeito mestre de suas palavras: ele determina o que diz. [...] Submetendo o sujeito mas ao mesmo tempo apresentando-o como livre e responsável, o assujeitamento se faz de modo a que o discurso apareça como instrumento (límpido) do pensamento e um reflexo (justo) da realidade. [...] O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele.⁹¹

Seguindo por um atravessamento marxista, é evidente que não há possibilidade de escolhas frente a alternativas concretas, pois elas não existem. Aqueles que controlam o monopólio discursivo o usa para desqualificar o outro e este precisa resistir pelo discurso contrapunitivo. Logo, não há liberdade no ato discursivo, na escolha dos vocábulos, já que tudo está atravessado por condicionantes históricas e o discurso nunca está voltado apenas para si mesmo: “quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles [os discursos] não se originam em nós. Isso não significa que não haja singularidade na maneira como a língua e a história nos afetam. Mas não somos nós o início delas”⁹².

A ilusão de um sujeito livre em suas escolhas, promovida pela relação de liberdade-submissão, é condição própria do capitalismo. Essa ordem tem forma de assujeitamento, mas, paradoxalmente, sustenta a ideia de autonomia discursiva individual, pois “este processo é fundamental no capitalismo para que se possa governar”⁹³. O medo coletivo é administrado como estratégia de governabilidade e, do nosso lado da margem, em uma sociedade forjada por relações extremamente hierarquizadas, lugares de poder assim se constituem pela força e permanência. Por isso, alguns discursos, evidentemente, valem mais do que outros.

As escolhas para construções discursivas estão, inegavelmente, atadas às especificidades das relações de produção humana. Essa forma, que vai muito além da visão economicista, é ampla e abarca a maneira como nos relacionamos enquanto sociedade, gerida, evidentemente, pelo sistema vigente. Para alcançar essa percepção, é

⁹¹ Ibid., p. 30 e pp. 48-49.

⁹² Ibid., p. 33.

⁹³ Ibid., p. 49.

necessário observar o capitalismo não apenas como um sistema econômico em um modo de produção – embora também o seja -, mas, na amplitude proposta, como um modo de relação, motivo pelo qual não se pode ignorar seus efeitos materiais concretos.

A partir dessa proposta de observação é que podemos compreender a existência de uma narrativa que sustenta o capitalismo como um sistema possível de regulação de corpos – alguns mais especificamente – e de condutas – ditas criminalizáveis para desqualificar uma massa de subalternos e indesejáveis. Afinal, “o capital precisou sempre de um grande projeto de assujeitamento coletivo, de corpo e alma”⁹⁴ e “sabe-se de sobra que o tratamento aos que ‘ameaçam’ é brutal, constrangedor, sem limites no uso de seus corpos, sem limites físicos e morais”⁹⁵. É contra o controle de almas e de corpos que a narrativa ficcional, multiperspectivada, insurge.

Assim, é preciso observar e descrystalizar discursos de classes que têm como objetivo manter a hegemonia desse sistema, não havendo dúvidas, portanto, que o direito penal é via mais próxima do braço repressivo estatal: desqualificar pelo discurso para justificar processos de criminalização e extermínios na prática. Então, a análise dos discursos desqualificadores ou qualificadores ao longo do rio discursivo criminológico e literário precisa levar em consideração que os sujeitos:

[...] estão realizando ao mesmo tempo o processo de significação e não estão separados de forma estanque. Além disso, ao invés de mensagem, o que propomos é justamente pensar aí o discurso. Desse modo, diremos que não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação.⁹⁶

Não é possível ignorar que discursos são decisões políticas, frutos de muitos acúmulos, provenientes de uma classe hegemônica que transportou métodos principalmente dos países europeus. Através dos discursos, podemos ler complexas relações políticas de poder. Isso se reflete na comunicação e na elaboração discursiva, superficialmente entendidas como manejos livres do sujeito. Para romper essa lógica, é que se precisa mais do que abrir os olhos, é necessário dilatar as pupilas para, por meio da contribuição da análise do discurso, cultivar um “estado de reflexão e, sem cairmos

⁹⁴ BATISTA, 2011, p. 19.

⁹⁵ COIMBRA; SCHEINVAR, op. cit., p. 61.

⁹⁶ ORLANDI, 2020, p. 19.

na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem”⁹⁷.

A “estranha potência” das palavras, de Cecília Meireles, destacada por Nilo Batista nos atenta para o perigo dos vocábulos que rodam a órbita do campo semântico do sistema de controle penal. Por isso, é necessária vigilância para perceber o risco de escolhas vocabulares nada inocentes e questionar: “afinal, fomos capazes de teorizar sobre ‘homens perigosos’ e até mesmo sobre ‘classes perigosas’; por que não conseguiríamos identificar palavras perigosas?”⁹⁸ Estamos travando uma batalha discursiva ainda que pareça impossível: descristalizar o campo semântico impregnado na maneira de sentir o outro pela questão criminológica usada para nos desqualificar.

É na ordem discursiva que os entraves se iniciam. A superação se oferta nas incontáveis maneiras e oportunidades de desconstrução da lógica desqualificadora e, conseqüentemente, de seu discurso, ainda que os tempos sejam os mais obscuros. Colocar-se na trincheira contra a ordem capitalista, contaminada desde o início por um modelo de ordem que se sustenta na desigualdade, é compreender como discursos que inflam sentimentos punitivos se cristalizaram em nossa margem periférica. E, assim como Nilo Batista indica o caminho para desacreditar a palavra segurança, desacreditamos discursos desqualificadores sobre o outro.

O medo, construído em torno do outro que o classifica como aquilo que pode ser denominado como “sujeito matável”⁹⁹, tem um percurso, nossa grande difusão histórica. Essa construção costura a crença no sistema de controle criminal, sobretudo nas penas, ocultando um modelo colonial e racista, muito mais nocivo na margem periférica. Assim, por décadas o sujeito matável é constantemente atualizado, como verdadeiro produto de uma cultura discursiva, em uma lógica do inimigo interno, para sustentar discursos de que o castigo é destinado a todos. “Na *constituição do sujeito matável* é fundamental assinalar a visão seletiva do sistema penal”¹⁰⁰ com sua funcionalidade perversa.

Todavia, resistimos volvendo um passado empoeirado de presente:

Podemos demarcar aí a rápida passagem dos projetos no sentido de novas políticas públicas no setor para uma crescente ânsia de segurança ancorada nos medos históricos advindos da paisagem da memória escravista. O Rio de

⁹⁷ Ibid., p. 8.

⁹⁸ BATISTA, Nilo. Criminologia sem segurança pública. *Revista Derecho Penal y Criminología*. Buenos Aires, ed. La Ley: v. 10, pp. 86-90, 2013, p. 87.

⁹⁹ BATISTA, 2020.

¹⁰⁰ Ibid., p. 303.

Janeiro foi um dos centros do escravismo brasileiro e o medo branco foi sempre o grande vetor de políticas de truculência e extermínio contra a movimentação da população afrodescendente pelas ruas da cidade. Suas estratégias de sobrevivência, resistências e suas próprias existências foram sempre alvo de corporações policiais brutais e brutalizantes. A tortura e morte dos corpos negros é uma permanência histórica de longa duração em nossa história e uma espécie de paisagem natural do nosso cotidiano.¹⁰¹

Revolvendo a poeira de outras épocas, Vera Malaguti cita um trecho editorial de um jornal local do Rio de Janeiro do século XIX a respeito da Revolta dos Malês, o qual desenha o ponto sensível da formação de nossa polícia:

Parece que as mais obvias e imediatas que se devem tomar, he estabelecer primeiramente huma Policia activa e vigilante, que observe com cuidado todos os passos que os Africanos derem que pareção encaminhar-se a conjurações contra nossa existência, para que a tempo se previnão, empregando para esse fim todos os meios que mais convincentes forem para se descobrirem tenções tão pavorosas: segundo, *termos huma força armada sufficiente, que pela sua disciplina, gente escolhida de que se compozer, nos insipire confiança, e aos escravos infunda terror...*¹⁰²

Caminhamos sobre uma teoria materialista do discurso para detectar como esse outro, a quem é preciso se “infundar terror”, é vendido como uma permanência discursiva, pois “o dizer tem história”¹⁰³, principalmente naquilo que oculta. Da margem em que falamos, as questões de raça e classe atravessam o rótulo e “as palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que no entanto significam em nós e para nós”¹⁰⁴.

O estranhamento e a criminalização são introjetados sobre a figura do outro, a quem tudo sempre se negou, para que o medo possa sustentar a função real desse sistema de controle. É dissipado um discurso fácil que exige maior rigor punitivo, as custas da ocultação de um mecanismo muito funcional ao controle dos subalternos, por meio da “manipulação de [...] uma multidão paranoica: é a união assustadora de pessoas aterrorizadas”¹⁰⁵. E já sabemos que “sociedades assombradas produzem políticas históricas de perseguição e aniquilamento”¹⁰⁶.

O medo, fio dos discursos legitimantes das ações de controle criminal do Estado, é o que alimenta a construção de um estereótipo do outro enquanto um sujeito que deve

¹⁰¹ Ibid., p. 300.

¹⁰² BATISTA, 2003, p. 192.

¹⁰³ ORLANDI, 2020, p. 47.

¹⁰⁴ Ibid., p. 18.

¹⁰⁵ ZIZEK, op. cit., p. 46.

¹⁰⁶ BATISTA, 2003, p. 26.

ser controlado e quase sempre aniquilado, sem esquecermos de que a guerra às drogas foi, e é, alicerce na construção de desse não-sujeito:

No Rio de Janeiro das duas últimas décadas do século XX, milhares de crianças e jovens, predominantemente negros e invariavelmente habitantes de favelas, são mortos por incursões policiais que, a serviço da cruzada contra as drogas, cumprem na verdade a tarefa de intimidar uma população insatisfeita e faminta, numa espécie de controle social penal preventivo pelo terror. [...] As oligarquias brasileiras contemporâneas, que estimulam e enaltecem – velada ou expressamente – a permanente opressão que a polícia, a pretexto da “guerra santa” contra as drogas, exerce sobre as comunidades faveladas, com seu saldo fantástico de mortos, mais do que cúmplices de um terrorismo permanente e sistemático, são dotadas de confortável indiferença a que aludimos; elas também pensam, como o abade Arnaud, que Deus reconhecerá os seus.¹⁰⁷

A construção seletiva do outro, inimigo público interno, precisa trabalhar na sua cumplicidade perversa essa visão de ser identificado como um todo monolítico criminoso para que se justifique um destino de toda sorte de perversões e punições. Em nossa margem, o capitalismo produz uma insone sensação de insegurança, o que, sem dúvida, é também um produto que se constrói e se alimenta de discursos punitivos. Estamos a tratar de permanências: discursivamente, constrói-se para ocultar.

O papel dos *mass media* é implacável para vender o desejo punitivo e oferecer seus produtos garantidores de segurança. A solução midiática, que nada tem de ingenuidade, é sempre pela via do controle criminal. Esses meios alimentam, cotidianamente, as validações criminosas sobre esse outro depósito de toda a ira punitiva:

Nessa perspectiva, se os *mass media* alardearem uma grande cifra de crimes em sua programação, além de qualificarem cotidianamente certas leis penais de brandas ou defasadas, bem como determinadas instituições de ineficazes, esta imagem produzida será fatalmente introjetada como verdade, reverberando em medo e insegurança que, por sua vez, conduzirão à fragilização dos vínculos sociais e a demandas por respostas estatais mais duras [...]. Desse modo, para que logrem êxito ou legitimidade, pressupõe-se necessário o encontro de alguma ressonância na coletividade, a qual pode ter astutamente esculpida com o manejo de estereótipo e de etiquetamentos ou, então, representada pelos comentários de (e)leitores em jornais, cujo clima estampado convergir em ferramenta perspicaz.¹⁰⁸

O consenso reforça a imagem perversa e distorcida de que o outro é, portanto, um sujeito matável. Sempre caminhamos sobre a imposição de flagelo sobre o corpo

¹⁰⁷ BATISTA, Nilo. **Matrizes ibéricas do sistema penal brasileiro**, I. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2002, p. 241.

¹⁰⁸ GOMES, Luiz Flávio; ALMEIDA, Débora de Souza de. **Populismo penal midiático: caso mensalão, mídia disruptiva e direito penal crítico**. São Paulo: Saraiva, 2013, pp. 141-142.

dele, é uma necessidade. Consequentemente, a ilusão creditada ao sistema de controle criminal, amparada no amor à punição, faz crer e atravessar discursos cristalizados de que “com a imposição de uma pena aos responsáveis por aquelas condutas, toda a violência, todos os perigos e ameaças, todos os problemas estarão sendo solucionados”¹⁰⁹. Nesse caminho discursivo perverso, oculta-se a real funcionalidade do sistema penal em sua plena operacionalidade: ele não se destina a todos, sendo sua lógica a da excepcionalidade.

Podemos então, finalmente, enxergar além da carapuça de um sistema que tem se mantido de pé por meio de um discurso da igualdade da lei, da segurança jurídica e de tantas outras artimanhas elaboradas para seu triunfo. (...) O sistema penal funciona e funciona bem. Funciona para os fins para os quais foi sempre dirigido: manter as pessoas onde estão. (...) Como meio racionalizador das práticas penais, o saber penal procura justificar teoricamente as ações de todas as agências do sistema, naturalizando as ilegalidades e os excessos como meio de legitimação do aparelho de controle.¹¹⁰

Nessa estrutura obsessiva, o outro perigoso, perversamente construído, precisa fazer o empréstimo compulsório de sua figura para manter oculta a real estrutura de dominação do sistema de controle criminal. Afinal, como não punir e aniquilar esse outro? Não o fazer é, evidentemente, pensar na ordem do impossível. No passado o positivismo separou e deixou os indesejáveis para o exército de reserva. Agora e aqui, muito rapidamente, aplaudimos abatimentos de corpos estranhos a nós. E os discursos são a origem de tudo, cristalizados por décadas e, muitas vezes, propositalmente pelas próprias instituições de controle.

Sem sermos obcecados por achar a origem mas preocupados em interromper a permanência desqualificadora, a análise do discurso se afina à criminologia crítica para observar narrativas ficcionais, pois ambas carregam em si a marca da transdisciplinaridade:

[...] o dispositivo teórico e analítico da análise do discurso produz um deslocamento no olhar leitor e trabalha a interpretação enquanto exposição do sujeito à historicidade (ao equívoco e à ideologia), na sua relação com o simbólico. Isso permite aos que trabalham em diferentes disciplinas, seja das ciências humanas ou sociais, a literatura, e mesmo as ciências da vida ou da natureza, ter em conta a linguagem e não se iludirem com sua transparência. Ao ter em conta a análise de discurso, esses cientistas não estacionam na análise de conteúdo (o que o texto *quer* dizer) mas no *como* estes textos

¹⁰⁹ KARAM, Maria Lúcia. Utopia transformadora e abolição do sistema penal. In: PASSETTI, Edson; SILVA, Roberto Baptista Dias da. (Orgs.). **Conversações abolicionistas**: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva. São Paulo: IBCCRim, 1997, p. 70.

¹¹⁰ FLAUZINA, op. cit. p. 27.

dizem o que dizem e então eles não vão só interpretar os textos com que trabalham. Uma vez compreendido como estes textos funcionam produzindo sentidos, eles interpretam não os textos mas os resultados da análise que os leva a essa compreensão, e poderão assim, retornar para suas disciplinas, explorando as teorias que os concernem em suas especificidades, com uma maior compreensão do funcionamento da linguagem e dos efeitos da interpretação. [...] Portanto, não é só a linguística que é afetada pela constituição da análise do discurso e seu objeto mas qualquer teoria que, em um momento de sua prática, defronta-se com a questão da linguagem e da interpretação.¹¹¹

Por isso, a análise do discurso, em nosso estudo, é passagem, caminho para desembocar no curso dos discursos criminológicos frente ao consórcio literário, e não fim. Com esse método forjado na resistência, aceitamos que a nossa forma sujeito-histórica é o sujeito capitalista que se constitui pelas relações de poder que dividem indivíduos e lugares sociais, tudo representado e projetado no discurso. Portanto, a análise do discurso não trabalha com a linguagem em si, mas com os sujeitos produzindo essa linguagem. Assim, voltamos às primeiras linhas: o outro é verdadeiro protagonista nesse método.

¹¹¹ ORLANDI, 2017, p. 23.

2 CRIMINOLOGIA E NARRATIVIDADE

Os caminhos atravessados entre a criminologia e a literatura foram abertos e percorridos há muito tempo. Nem sempre isso se deu por meio de um consórcio entre ambas como o concebemos hoje. Muito antes, criminólogos estiveram as voltas com as letras para entretecer e comprovar seus fundamentos. Por outro lado, literatos - romancistas, poetas, cronistas – trouxeram os postulados criminológicos aos fios e laços da ficção para inverter, constatar ou mesmo ratificar as ideias científicas do século XIX. A cada um, seu tempo e seu lugar. Porém, a todos, o atravessamento que multiperspectivou a forma de compreender a criminologia como narratividade, sendo, portanto, construída, assim como a literatura, pelo discurso.

Essa capacidade de multiperspectivar os horizontes criminológicos, embora não seja nova, em algumas vezes, fez com que suas bordas fossem delimitadas e aprofundadas para pulverizar discursos criminológicos positivistas. Consórcio, por vezes infeliz ou não, para refazer o caminho, é preciso tomar a narrativa ficcional como fonte de conhecimento original, caminho já trilhado e sobre o qual seguiremos.

O questionamento literário feito ao positivismo criminológico nem sempre produziu ferramentas que estilhaçassem o aparato metodológico dos positivistas. De outro lado, alguns incômodos produzidos pelas narrativas literárias, ofereceram-nos uma forma muito peculiar e original de perceber a criminologia enquanto narratividade. Relembremos que Vera Malaguti já nos ensinou, em sua *Introdução Crítica à Criminologia Brasileira*, que “todas as definições da criminologia são atos discursivos, atos de poder com efeitos concretos, não são neutros: dos objetivos aos métodos, dos paradigmas às políticas criminais”¹¹². Então, chegar à criminologia pela via narrativa é compreender a estrutura e o poder de atos discursivos.

Diversos criminólogos, sobretudo os positivistas, eram também literatos e alguns literatos muitas vezes se fizeram criminólogos, inclusive críticos. Por isso, o consórcio discutido não se traduz como uma coincidência, mas como um fluxo discursivo construído pela narratividade no campo criminológico muito inevitável. Independentemente dos frutos gerados a partir desse atravessamento, tudo o que foi

¹¹² BATISTA, 2011, p. 19.

produzido tem imenso valor e utilidade para a criminologia crítica, sobretudo para a sedimentação da criminologia crítica latina e periférica.

Nesse sentido, é possível até mesmo discutir no terreno do positivismo que alguns literatos com suas narrativas se constituíram como anticriminólogos, redefinindo a subjetividade punitiva construída sobre o outro. É, então, a narrativa ficcional que faz o giro axial para ampliar a própria criminologia, reposicionando-se de acordo com a margem a partir da qual se produz o discurso.

Trata-se também de uma questão de conteúdo, já discutida por James Boyd White, no que diz respeito à relevância dos estudos entre direito e literatura. Atravessamos sua perspectiva para propor uma nova forma de ler a subjetividade punitiva sobre o outro, tão desqualificado pelos métodos criminológicos positivistas:

[...] a way of focusing our attention on the languages we use on the relations we establish them, and on the definition of self and other is every expression.. [...] What the habitual reading of literature offers is not a set of propositions or a method leading to a set of results, but the experience of directing one's attention to a plane or dimension of reality that is normally difficult or impossible to focus upon, namely the ethical and linguistic plane, Where we remake our texts both our languages and ourselves.¹¹³

As narrativas que percorreram os passos da criminologia trazem atenção especial a realidades que muitas vezes não são percebidas ou apreendidas. Pelo discurso literário, o outro pode ser rediscutido enquanto imagem, sua descrição cristalizada pode ser confrontada, sem criar novos métodos explicativos. Evidentemente que a literatura não oferece métodos à criminologia, mas possibilita uma releitura atenta e minimamente desconfiada dos métodos daquela. Isso porque ela é também documento que gesta a história social, não porque é constituída como um espelho que reflete determinada sociedade, e sim por ser, assim como toda obra de arte, a expressão de realidades profundas e densas radicadas no escritor. Portanto, o conteúdo oferecido pela literatura importa à criminologia não porque é uma cópia da sociedade, e sim expressão desta.

O literato-criminólogo tem a capacidade alargada de reconstruir subjetividades punitivas que estão há muito tempo cristalizadas na sociedade, o que materializa possibilidades de descristalizações dessas mesmas subjetividades. Tornando a questão mais concreta, possibilita discussões sobre temas tão afetos ao nosso sentir penal que circundam à órbita de um medo imaginário construído e, em algumas vezes, distante de

¹¹³ WHITE, James Boyd. **Law and literature**: no manifest. 39 Mercer Law Review 739, 1988, p. 745 e 750.

qualquer vivência prática. Criminólogos e literatos: figuras confundidas e fundidas compõe essa discussão.

2.1 Passos ibéricos

A criminologia como narratividade não é exclusiva dos solos latino-americanos. Portugal, percurso necessário para entender nossa subjetividade punitiva ibérica, também presenciou o atravessamento promovido por literatos e criminólogos. Andreia Alves Monteiro de Castro, em sua tese de literatura comparada, demonstrou como Camilo Castelo Branco e Gervásio Lobato representaram as mudanças sobre o conceito de crime bem como os mecanismos de combate à criminalidade na segunda metade do século XIX. Entre Lisboa e Porto, o medo, sempre ele, e a insone sensação de insegurança foram agentes funcionais para a criminalização da pobreza. O aparato punitivo se fez presente e atuante para conter as ditas classes perigosas, pois os pobres do mundo sempre se estabeleceram como a ameaça pública.

Para entender esse processo, é preciso iluminar a explosão dos centros urbanos e toda a sua contradição, pois ao mesmo tempo que se estabelecia como espaço de progresso também se revelava como lugar de desordem e gerador de inseguranças. É nessa contradição que a segunda metade do século XIX em Portugal desenha a figura do crime e do criminoso e os lança à berlinda punitiva.

É Andreia de Castro que adentra solo português para:

analisar, [...] em perspectiva comparada, como Camilo Castelo Branco e Gervásio Lobato representaram e discutiram as transformações dos conceitos de crime e criminoso em uma sociedade de regras tão austeras, que eram quase impossíveis de serem cumpridas, sobretudo por quem não tinha privilégios.¹¹⁴

Debruçando-se sobre os *Mistérios de Lisboa*¹¹⁵ e as *Memórias do Cárcere*¹¹⁶, de Camilo Castelo Branco, e *Os Mistérios do Porto*¹¹⁷, de Gervásio Lobato, Andreia de

¹¹⁴ CASTRO, Andreia Alves Monteiro de. **Realidades, desejos, crimes e ficções**: as cidades de Camilo Castelo Branco e Gervásio Lobato. 2017. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017, p. 15.

¹¹⁵ De 1854.

¹¹⁶ De 1862.

¹¹⁷ De 1890-1891.

Castro pontua como se deram as mudanças na forma de interpretar, prevenir e reprimir crimes nos centros urbanos de Portugal. Os delinquentes se tornaram protagonistas nos anos oitocentos nos campos criminológico, literário, científico e jornalístico, resultado de uma obsessão paranoica a respeito dos índices de criminalidade. Foi a subjetividade punitiva que alimentou também a afetividade pelo criminal em solo português.

Nesse aspecto, Portugal não se distancia do Brasil. Especificamente em Lisboa, em meados do início do século XIX, “fábricas, quartéis, prisões, hospícios, sanatórios, asilos, orfanatos, internatos, escolas, seminários e conventos funcionaram como instâncias de enquadramento e contenção”¹¹⁸. Crimes e criminosos estavam ao centro como a ameaça que precisava ser expurgada da sociedade portuguesa. E, para tanto, até a polícia foi reestruturada a fim de que se pudesse desempenhar com alto aproveitamento a contenção das classes sociais mais pobres.

Não muito diferente do Brasil e do restante da Europa, na segunda metade do século XIX, Alphonse Bertillon, um criminologista francês, “desenvolveu um novo sistema de identificação humana, composto por descrições físicas, medições antropométricas por fotografia e, mais tarde, por impressões digitais que ampliaram a capacidade de vigilância dos delinquentes”¹¹⁹. Estava lá a criminologia positivista exercendo seu papel fundamental de explicar as inclinações criminosas. Essa função alcançou lugar de destaque na sociedade portuguesa e, por consequência, também nas produções literárias.

O recém iniciado progresso urbano não poderia ser comprometido por uma horda de marginais e inadequados – pobres e trabalhadores - que não achavam lugar naquela sociedade burguesa. Os indesejáveis, assim como em nossas terras latinas, deveriam desempenhar a função de erigir o progresso e proporcionar bem-estar à elite, mas não podiam desfrutar desse resultado. Essa cisão social e do espaço urbano alcançou a literatura e se embrenhou na forma das pessoas sentirem umas às outras, construindo uma subjetividade que tinha obsessão pelo criminal.

As multidões passaram a figurar em narrativas e reportagens, em muitos casos, uma sendo fonte da outra. Camilo Castelo Branco aplicou sua perspectiva a crimes reais que compuseram suas produções incluindo no cenário narrativo inquéritos policiais e ritos processuais. A difusão de muitos romances seguindo esse tipo de temática encontrou fácil escoamento no formato de folhetins publicados nos veículos de

¹¹⁸ CASTRO, op. cit., p. 20.

¹¹⁹ Ibid., p. 32.

imprensa de forma periódica, isso porque o livro ainda era uma ferramenta de acesso dificultoso.

Camilo Castelo Branco representou indivíduos portugueses como atados a uma sociedade conservadora e que tinha inclinações à hipocrisia. A burguesia estava blindada e, contra ela, nada podiam fazer os pobres e trabalhadores. Consciente a respeito de lugares sociais pré-estabelecidos, Camilo não trouxe aos seus textos idealizações. Fazendo-se as voltas como um criminólogo, explicitou as mudanças que ocorreram no século XIX na forma de prevenir, punir e interpretar crimes e criminosos em Portugal por meio da narrativa ficcional e demonstrou que o cárcere não era um lugar destinado a todos indistintamente, mas, ao oposto, um destino traçado para os pobres que nem sempre eram criminosos.

O escritor português também retratou os crimes cometidos pelas classes mais abastadas de Lisboa: “também parece denunciar, pelo destino reservado aos seus criminosos, que, naquele tempo mantidas as aparências, os delitos cometidos por fidalgos decadentes, por clérigos sem vocação e por burgueses ávidos por grandes lucros e notoriedade eram desconsiderados”¹²⁰. Pelas narrativas dele, é possível constatar que a polícia da época tinha como prática não investigar os crimes e identificar os culpados, mas apontar quem pudesse ocupar o “lugar” de criminoso e que isso parecesse mais aceitável. Evidentemente, a clientela potencial para ocupar esse posto eram os mais pobres da cidade de Lisboa.

A impunidade, o desvio a qualquer custo da marginalização e a confusão das noções entre crime e pecado foram também representadas por Camilo no formato de romance folhetim. Através da narrativa ficcional, seguiu por caminho diverso à sociedade lisboeta, pois os discursos cristalizados eram de que a delinquência, o crime e a degradação eram oriundas das classes mais pobres, sendo elas o alvo do sistema punitivo. O escritor construiu personagens diversos destes, os quais eram violentos, amorais e abastados, demonstrando que o ponto criminoso era subjetivo, e não objetivo como defendiam os criminólogos positivistas.

Além disso, o próprio Camilo foi um detento ao ser condenado pelo crime de adultério com Ana Plácido. Após esse fato biográfico, o questionamento da função da pena carcerária enquanto ferramenta ressocializadora figurou em seus textos. Por isso, encontramos um escritor crítico que constatou que a pena é uma construção social

¹²⁰ Ibid., p. 73.

fundamentada em bases econômicas e religiosas para controlar e eliminar aqueles que ameaçassem a acumulação de capital e o poder da burguesia capitalista: “com que direito racional se lhe escarpela, fibra a fibra, a vida? Como hei de eu considerar social, humana e justa a lei que demarca um túmulo entre as quatro paredes de um cubículo”¹²¹.

Ainda em suas *Memórias do Cárcere*, encontramos a descrição da clientela da prisão lisboeta, em grande parte, composta de pobres, loucos e crianças que não tinham para onde ir. Essa população carcerária tinha como destino a prisão ainda que não fossem suspeitos de qualquer prática criminosa e conviviam com assassinos, ladrões e estupradores na Cadeia da Relação. Para ser um criminoso nato, não era preciso subverter as normas do Código Penal Português de 1852:

Ali é que a perdição moral das crianças se consumava com as lições dos ladrões recalitrantes e matadores condenados a pena última. [...] A origem do mal estava na absurda autoridade, que mandou para a cadeia um demente, e no carcereiro, que o lá retinha. [...] A doida sacudiu as algemas, e irrompeu em gritos de dor e desespero. [...] Os presos, denominados varredores, que a transportavam como canastra de lixo, deixavam-na cair e deleitavam-se segundo o som da pancada que o corpo fazia na pedra da escadaria. [...] É o que sei da pobrezinha que saiu da cadeia com os pulsos em carne viva, e duas vezes doida, por assim o dizermos, pela mortificação das dores.¹²²

Andreia de Castro nos explica que, também no cenário português, Gervásio Lobato estava afeto aos desejos pelo crime. Todavia, algumas mudanças já tinham ocorrido na sociedade portuguesa, inclusive na estrutura punitiva com a implementação do registro antropométrico de criminosos. As narrativas de Gervásio cotejaram comissários de polícia, peritos, crimes desvendados, discussões sobre o sistema prisional e as novidades tecnológicas e sociais da época a respeito das investigações:

Antes mesmo do emprego recorrente da fotografia, as evidências encontradas no exame pericial se juntavam aos processos criminais através de relatórios médicos e descrições pormenorizadas, acompanhadas de esquemas pré-impressos, representando o corpo humano, nos quais se registravam as agressões encontradas.¹²³

Em *Os Mistérios do Porto*, Gervásio iniciou o percurso sobre uma cidade que tinha a violência como potencial e estava repleta de ameaças e perigos. As narrativas demonstravam que mesmo uma cidade que priorizava o progresso, bem ao gosto dos românticos positivistas, podia ser cenário de diversos crimes. Então, quanto mais o

¹²¹ BRANCO, Camilo Castelo. *Memórias do Cárcere*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2001, p. 326.

¹²² *Ibid.*, p. 144, p. 194 e pp. 308-309.

¹²³ CASTRO, op. cit., p. 216.

progresso e a concentração urbana aumentavam, subiam também os casos de ocorrências criminosas. O romance mosaico de Gervásio também contava com muitas ilustrações, seguindo a tendência da escola criminológica da época e da afetividade popular pelas imagens relacionadas aos delinquentes e delitos.

Os jornais à época também impulsionaram o acesso ao público de laudos detalhistas sobre crimes investigados. Logo, Gervásio absorveu o desejo popular por esse mundo delinquente ilustrado e já oferecido pela imprensa. O discurso jornalístico e literário, capazes de influenciar a opinião pública, lançaram delinquentes - em grande parte pobres, loucos, prostitutas, miseráveis e crianças vadias - ao protagonismo. Além disso, o romance também adentrou na contradição a respeito de organizações criminosas ligadas a casas de jogos e bordéis que eram toleradas enquanto pobres e seus vícios eram duramente reprimidos pela sociedade portuguesa nesse contexto. Reiterando o argumento que já conhecemos muito bem em terras latinas, nunca foi o fato, sempre foi o autor.

A crítica ao sistema punitivo liberal português foi percorrida e desvelada pelos dois escritores portugueses, atentos e sensíveis ao contexto em que estavam produzindo suas narrativas ficcionais. O ponto em comum entre Camilo Castelo Branco e Gervásio Lobato é evidente: a clientela pobre, atraída aos grandes centros urbanos portugueses, como Lisboa e Porto no século XIX, foi o alvo de mecanismos de repressão alimentados pela permanência dos fundamentos da escola criminológica positivista. Embora as suas narrativas tenham caminhado representando temas que pudessem compor novos discursos que seguissem pela via contrária, a ruptura com essa cultura que sustentava o ideal de civilização burguês naquele momento não ocorreu.

2.2 Narratividade criminológica à brasileira

Antes de descermos o rio discursivo criminológico pelas letras ficcionais no Brasil, é preciso resgatar o destaque dado à figura dos bacharéis em direito, principalmente do século XIX, pois pode proporcionar uma leitura sobre a imagem social retratada na literatura brasileira da época. Isso porque as construções discursivas e imaginárias populares a respeito de atores do direito foi erigida, nessas terras, pela

narratividade, a qual teceu uma representação que ainda permanece e, por isso, não pode ser olvidada.

Bacharéis que figuraram nas narrativas de Joaquim Manuel de Macedo, Manoel Antônio de Almeida, José de Alencar, Bernardo Guimarães e Machado de Assis tornaram a literatura fonte segura de conhecimento original para a compreensão de mentalidades que, desde o século XIX, aqueceram o sentir criminológico na sociedade brasileira. A imagem do jurídico, do direito e mesmo das leis desse período não pode ser compreendida sem a figura dos bacharéis em direito:

Ao acionarem diferentes estratégias de seleção e de organização dos elementos extratextuais, as obras literárias fornecem múltiplas imagens do bacharel em direito do século XIX. Enquanto uns escritores preocupados com a formação do Estado nacional, centram a análise na elite jurídico-política do século XIX, outros, buscando compor personagens plausíveis para o seu público a partir dos estereótipos do bacharel em direito que circulavam nos palacetes do Catete, de Botafogo e de Laranjeiras, utilizam como protagonistas jovens mancebos entediados que, mais por falta de alternativa do que por vocação, estudam um direito que nunca vão praticar ou que praticam sem grande interesse ou distinção. Outros ainda, já influenciados pelo realismo e, principalmente, pelo naturalismo, ao buscarem seus personagens nas imagens sobre a “gente comum” que habita “casas de pensão” e “cortiços”, descobrem o advogado que, sem acesso a heranças ou dotes, tem na profissão jurídica menos um símbolo de prestígio, um passaporte para a “cidade das letras”, do que, efetivamente, um meio de sobrevivência.¹²⁴

Não é possível esquecer de Bentinho, burguês em ascensão, que não se sabia se abraçava a medicina ou se rendia-se ao direito, opções outras que não aquela do seminário; ou de Álvaro, personagem de *A Escrava Isaura* de Bernardo Guimarães, que não terminou o curso de direito porque já não tinha ânimo; e ainda de Brás Cubas, a quem a conclusão do curso foi verdadeira “carta de alforria”, mesmo só tendo memorizado fórmulas e vocabulário jurídico: “o defunto autor foi em vida um bacharel paradigmático, que ambicionava fama e poder e estava disposto a buscá-los em qualquer atividade”¹²⁵; e de Estêvão¹²⁶ que abandonou a literatura para praticar a advocacia.

A recorrência de tantos bacharéis em direito se explica por ser, quase sempre, a única opção para alcançar lugar na elite brasileira, principalmente àqueles que não tinham vocação ou talento para qualquer outra atividade ou profissão. Lima Barreto os

¹²⁴ JUNQUEIRA, Eliane Botelho. **Literatura e Direito: uma outra leitura do mundo das leis.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 1998, pp. 38-39.

¹²⁵ BATISTA, 2018, p. 77.

¹²⁶ De Machado de Assis, em *A mão e a luva*.

narrou medíocres, burocratas e ignorantes, dotados de verdadeira “inteligência duvidosa”. Foi incisivo e pontual a respeito da aspiração a um caráter intelectual elitizado, ainda que fosse um completo falseamento da realidade. Prestígio era a palavra de ordem nesse período e revelava que “em um mundo regulado por éticas privadas definidas a partir da inserção social, o direito apresentava-se mais como uma forma discursiva, [...] do que como a arte de intermediação de conflitos”¹²⁷.

Antonio Candido já ensinou que os romances oitocentistas estavam empenhados na descrição da realidade do cotidiano, trabalhando tempo e espaço, o que proporcionou a representação da sociedade daquele período de forma extremamente fecunda. Nesse sentido, o romantismo brasileiro estava atento à retratação do cotidiano com a descrição dos costumes que sempre lhes foi muito peculiar. Por esse motivo, escritores desse marco temporal estavam preocupados em dotar suas narrativas ficcionais de caráter documental, o que nos interessa muito particularmente para a discussão dessas produções enquanto forma de conhecimento original a respeito da história de nossa mentalidade.

Roberto Schwarz também já nos demonstrou como as produções de Machado transitaram pelas classes sociais e perceberam seus engendramentos. Os tipos sociais assim representados nos fornecem os passos para a construção de nossa identidade, não como um espelho da realidade, porém como elementos que fundamentam e representam materialmente essa realidade. Logo, a figura dos bacharéis na literatura brasileira oitocentista nos permite compreender como a subjetividade elitista brasileira se estabeleceu a partir desse momento, formando verdadeiro bloco coeso de uma elite que se unificava e definia em torno de uma identidade coletiva. Mesmo assim, mudanças surgiram ao horizonte da ficção.

Enquanto Machado escrevia a partir da Corte, Lima Barreto tecia seus fios narrativos do subúrbio, muito distante daquela elite fluminense. Em uma sociedade imersa na modernização urbana e no discurso que a sustentava, agora os bacharéis em direito não figuravam sozinhos nas narrativas, pois médicos e cientistas encontraram espaço com todos seus aparatos positivistas.

O progresso que alterou a sociedade carioca, o preconceito racial e as tendências do positivismo criminológico estão nas narrativas de Lima Barreto. Referências ficcionais nítidas, Mascarenhas e Isaías, personagens, respectivamente, de *Cemitério*

¹²⁷ JUNQUEIRA, op. cit., p. 89.

dos Vivos e Recordações do Escrivão Isaías Caminha, passaram pelo Apostolado Positivista do Brasil, fundado no século XIX, e conviveram com outras figuras positivistas ficcionais. Já em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, encontramos uma crítica incisiva:

Eram os adeptos desse nefasto e hipócrita positivismo, um pedantismo tirânico, limitado e estreito, que justificava todas as violências, todos os assassinios, todas as ferocidades em nome da manutenção da ordem, condição necessária [...] ao progresso. [...] Os positivistas discutiam e citavam teoremas de mecânica para justificar as suas ideias de governo.¹²⁸

Em “As teorias do Doutor Caruru”, conto que ridicularizou o principal personagem, Lima Barreto teceu críticas aos métodos dos criminólogos do século XIX. As teorias “científicas” de doutor Caruru da Fonseca objetivavam comprovar por meio da análise de cadáver que o pintor, agora defunto, apresentava traços de degenerescência porque tinha o pé direito maior meio centímetro se comparado ao esquerdo:

Chegado que foi ao necrotério, o Dr. Caruru armou-se de uma bateria de compassos graduados, de uma porção de réguas, de todo um arsenal de instrumentos de antropométrica e começou a preleção diante do cadáver:
 — Meus senhores. Estamos certamente diante de um caso típico de degenerado...
 A sua linguagem falada era diferente da escrita. Ele escrevia clássico ou pré-clássico, mas falava como qualquer um de nós.
 — O indivíduo que está aqui, bêbedo incorrigível, vagabundo, incapaz de afeições, de dedicações, vai demonstrar com as injeções que lhe vou fazer, a verdade das minhas teorias. Vejamos os pés...
 Caruru armou-se de uma das tais réguas, enquanto um servente chorava. Aplicou-a aos pés do defunto e, pouco depois, exclamou triunfante:
 — Vejam só! O pé direito mede quase mais um centímetro que o esquerdo. Não é o que eu dizia? É um degenerado! Essa assimetria dos pés...
 O servente que chorava interrompeu-o:
 — Vossa excelência só por causa dos pés do senhor Murga não pode dizer isto. Ele não nasceu assim.
 — Como foi então?
 — Fui seu amigo e devo-lhe muitos favores. Eu conto a Vossa Excelência... “Seu” Murga teve um tumor no pé direito e foi obrigado a andar com chinelo num pé, durante cerca de dois meses, enquanto o esquerdo estava calçado. Naturalmente aquele aumentou enquanto o outro ficava parado. Foi por isso.¹²⁹

Ridicularizado, o doutor, muito parecido com qualquer um do povo, era “uma sumidade em matéria de psiquiatria, criminologia, medicina legal e outras coisas

¹²⁸ BARRETO, Lima. *Triste fim de policarpo Quaresma*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969, pp. 192-193.

¹²⁹ BARRETO, Lima. As teorias do Doutor Caruru. In: *Marginália*. São Paulo: Brasiliense, 1961. pp. 241-251.

divertidas”¹³⁰. Com a excelência narrativa que lhe era própria, Lima Barreto rotulou, invertendo o jogo, os criminólogos da época como afetos a divertimentos e pseudociências. Ademais, seus escritos exalam por todos os poros narrativos fatos históricos e a mentalidade da sociedade burguesa do Rio de Janeiro, a qual foi terminantemente criticada. Perpassando por costumes, lugares e instituições, o analista dos fatos da República deixou em seus textos um extenso levantamento.

A crença de que os brasileiros eram inferiores, o preconceito contra a população negra e a epidemia de doutores no Brasil surgiram no discurso indignado do exímio romancista e cronista. Ao bacharéis, inclusive os de direito, tinham privilégios. Em *Os Bruzundangas*, Lima Barreto implodiu o discurso daquela “teocracia doutoral” que forjou a nobreza nacional. Assim, enquanto o discurso criminológico construía a figura dos degenerados da vida, por outro lado, esse mesmo discurso criou e sustentou a imagem de uma elite capitalista atrasada em que seu único feito era a expedição de um diploma de bacharel. Essa cultura ainda se retroalimenta por meio de uma permanência discursiva. Antes e hoje, sempre ela, a literatura inverteu e discutiu pressupostos. Resta a reflexão: o que faríamos nós sem ela?

2.2.1 Narrativa romântica: rendição ao positivismo criminológico

Na inversão de figuras, romancistas se fizeram criminólogos ao seu modo e em seu tempo. Joaquim Manuel de Macedo, em 1869, publicou *As vítimas-algozes: quadros da escravidão*. As novelas traziam a temática da defesa da abolição da escravidão por meio de um viés que se utilizou da mentalidade do Brasil do século XIX. Macedo construiu narrativas que partiram do ponto de vista dos senhores donos de escravos completamente afastadas de argumentos que tocassem o racismo estrutural, a desigualdade social e os direitos humanos. Então, o ponto humanista, sem dúvida o principal, não foi explorado. Embora as três novelas incluídas na publicação tenham feito o giro de perspectiva discursiva, a narrativa não deixou de contribuir para o etiquetamento do homem negro escravizado ao explicar o seu comportamento agressivo para atacar senhores donos de escravos.

¹³⁰ Ibid., p. 242.

Seguindo a narrativa engendrada por Macedo, escravizados se tornariam carrascos terríveis e que nutriam sentimentos como inveja e ira, enquanto os senhores seriam pessoas que possuíam valores como nobreza e generosidade no típico tom romântico e que, agora, enquanto vítimas não seriam mais responsabilizados pelos martírios que infligiram aos escravos. O mito do senhor benevolente sustentou essas imagens, já nos alertou Abdias Nascimento. Como é possível perceber, alternar o ponto de vista do discurso nem sempre é ferramenta ficcional bastante para desqualificar discursos cristalizados. Na construção de Macedo, eram os escravos “naturais inimigos dos senhores”.

Ainda que se perceba um tom abolicionista nos três contos de Joaquim Manuel de Macedo, a crítica à escravidão não se sustentou por combater os discursos de inferioridade e de degenerescência sobre os negros, mas o mote do argumento é o risco que a elite nacional corria de sofrer toda sorte de violências. Isso Macedo desenvolveu ao descrever que os africanos e seus descendentes não são perversos e cruéis nos moldes médico-jurídicos positivistas, e sim porque, sendo escravos, a violência se torna instintiva: “o Pai-Raiol era pela escravidão vítima, e pela organização ou por sua natureza mau: a reação dos sentimentos da vítima, e os instintos, as inspirações da natureza má o tornavam fera [...] era o demônio do mal e do rancor”¹³¹. O objeto da narrativa, portanto, é ontológico e afasta a discussão de que a imagem do africano é uma construção social da elite branca.

O discurso narrativo, assim como o criminológico à época, posicionou os africanos nos degraus mais baixos da evolução humana, uma vez que eles eram os responsáveis das mazelas que chegaram ao Ocidente branco: “o *feitiço*, como a sífilis, veio d’África. Ainda nisto o escravo africano, sem o pensar, vingava-se da violência tremenda da escravidão. O escravo africano é o rei do *feitiço*”¹³². Nessa condição, os escravos eram a potência perigosa que infundia medo e construía a subjetividade da época:

O escravo é a matéria-prima com que se preparam crimes horríveis que espantam a nossa sociedade. No empenho de seduzir um escravo para torná-lo cúmplice no mais atroz atentado, metade do trabalho do sedutor está previamente feito pelo fato da escravidão. Não há, não pode haver escravidão sem a idéia da vingança, sem o sentimento do ódio a envenenar as almas dos

¹³¹ MACEDO, Joaquim Manuel. **As vítimas-algozes**: quadros da escravidão. 4. ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2006, pp. 71 e 73.

¹³² *Ibid.*, pp. 58-59.

escravos, e a vingança e o ódio têm sempre chegado de antemão à metade da viagem, quando soa a hora infernal da marcha pelo caminho do crime.¹³³

Nas três novelas intituladas “Simeão: o crioulo”, “Pai-Raiol: o feiticeiro” e “Lucinda: a mucama”, o medo construiu a subjetividade sobre a figura do escravizado. Esse outro despido de humanidade se tornou, paradoxalmente, um ser que partilha de sentimentos como raiva e vingança. O instinto e o desejo brutal do negro africano foram tratados nas narrativas como um comportamento pré-determinado que inflamou ainda mais o medo das elites devido ao reforço negativo de teorias deterministas que estavam se consolidando na época. As novelas tinham função pedagógica, praticamente em formato de parábolas, para alertar a burguesia brasileira dos riscos que corria, como afirma o próprio Macedo: “se pensardes bem nestas histórias, deveis banir a escravidão, para que ela não se reproduzam. Porque estas histórias veracíssimas foram de ontem, são de hoje, e serão de manhã, e infinitamente se reproduzirão, enquanto tiverdes escravos. Ledes e vereis”¹³⁴.

Simeão, criado na casa-grande e “privilegiado” pelas regalias que isso significava no contexto, percebeu-se enquanto escravo e arquitetou um plano contra seus senhores após descobrir que não seria alforriado pelo testamento de Domingos Caetano como prometido. A descrição de Simeão ressaltou a perversidade intrínseca a sua natureza: “no entanto Simeão era sempre *perverso* e até por diversão ou por infame e audacioso e revoltante entretenimento ainda era *perverso*”¹³⁵.

Após assassinar a filha e a esposa de seu falecido senhor, Simeão é o escravo mais ingrato e perverso entre todos. A conclusão a que chegou a narrativa é de que a ingratidão e a perversidade são a regra no ânimo dos negros africanos e de que a abolição é necessária não por uma questão humanitária, mas porque a escravidão é atraso para se alcançar a civilização: “se querei matar Simeão, acabar com Simeão, matai a mãe do crime, acabai com a escravidão. [...] É força santa do carrasco anjo: é a civilização armando a lei que enforque para sempre a escravidão”¹³⁶.

Pai-Raiol descrito como boçal e monstro africano também planejou para envenenar seus senhores, restituir sua liberdade e se apossar do patrimônio. O vocabulário empregado descreveu Pai-Raiol como desonesto, truculento, raivoso e que carregava a fama de ser metido com coisas de feitiçaria: “Raiol não trabalhava com

¹³³ Ibid., p. 33.

¹³⁴ Ibid., p. 10.

¹³⁵ Ibid., p. 31.

¹³⁶ Ibid., p. 56.

amor, trabalhava com raiva: dir-se-ia que intimamente revoltado contra a violência que o tornara escravo [...], atormentava-se nos deveres obrigados da escravidão para mais atizar as fúrias que esta acendera em seu seio”¹³⁷. A descrição do africano nesta novela antecipou as descrições dos positivistas e criou a figura do negro escravizado por meio de adjetivos descritivos depreciativos que projetaram a imagem da feiura, assimetria, antipatia, ferocidade e animalização que o aproximou de um símio:

[...] homem de baixa estatura, tinha o corpo exageradamente maior que as pernas; a cabeça grande, os olhos vesgos, [...] e por não sabermos que fruição de magnetismo infernal; quanto ao mais, mostrava os caracteres físicos da sua raça; [...] dentes brancos, alvejantes, pontudos, dentes caninos que pareciam ostentar-se ameaçadores; [...] o rir aliás muito raro desse negro era hediondo por semelhante deformidade; a barba retorcida e pobre que ele tinha mal crescida no queixo, como erva mesquinha em solo árido, em vez de ornar afeiava-lhe o semblante; [...] e finalmente braços longos prendendo-se a mãos descomunais que desciam à altura dos joelhos completavam-lhe o aspecto repugnante da figura mais antipática.¹³⁸

Na terceira novela, Lucinda apresentada como uma mucama pervertida foi responsável por influenciar e converter sua sinhá em namorada que, propositalmente, chamava-se Cândida. Todavia, Lucinda era uma criança negra de doze anos que foi dada à sinhá como presente de aniversário. Os africanos tinham, então, inclinações imorais, ou seja, o problema estava no aspecto físico e na honra, uma vez que a novela deixou claro ao leitor que as famílias da elite branca brasileira corriam grande perigo tendo em seu convívio escravas imorais como Lucinda.

A escrava menina foi sexualizada em suas descrições: “Lucinda era aos doze anos de idade uma crioula quase mulher, tendo já tomado as formas que se modificam ao chegar a puberdade”¹³⁹. O vocabulário utilizado por Macedo foi específico para demarcar a pureza da sinhá, corrompida pela depravação da escrava influenciadora, invertendo as posições de vítima e algoz:

Desvairada pela curiosidade, escrava de sua escrava, infeliz vítima da vítima de uma opressão social, que é punida pela própria corrupção das criaturas humanas, que degrada, desnatura, deprava e empeçonha, mergulhando-as no imundo lenteiro dos vícios da escravidão, Cândida obedeceu a Lucinda, sentou-se, tomou entre suas mãos um figurino, fitou nele os olhos sem vê-lo, e isso calculadamente para enganar, atrair ao amor estremecido, ao cuidado escrupuloso e santo daquela segunda providência a que se dá o nome de mãe, e abriu os ouvidos e prendeu a alma às palavras venenosas, às explicações necessariamente imorais da escrava.

¹³⁷ Ibid., p. 71.

¹³⁸ Ibid., pp. 65-66.

¹³⁹ Ibid., p. 131.

As águas do charco inundaram a fonte pura.¹⁴⁰

A imagem sexualizada cristalizada a respeito da menina escrava demonstra que a permanência desses discursos não é uma questão de argumento, porque constatação. A lascívia que recaiu sobre a mulher africana foi representada por Joaquim Manuel de Macedo, o que corrobora o valor da narrativa ficcional como forma de conhecimento original e de valor documental histórico. E, mesmo hoje, não é possível esquecer que

O Brasil herdou de Portugal a estrutura patriarcal de família e o preço dessa herança foi pago pela mulher negra, não só durante a escravidão. Ainda nos dias de hoje, a mulher negra, por causa da sua condição de pobreza, ausência de status social, e total desamparo, continua a vítima fácil, vulnerável a qualquer agressão sexual do branco.¹⁴¹

O desfecho das três novelas agravou a construção da subjetividade punitiva e a desqualificação do outro, isso porque o destino de Simeão é morrer enforcado; o de Pai-Raiol é ser assassinado por outro escravo, o Hércules negro, quando arremessado em um precipício: “que importa o horror da morte do Pai-Raiol?”¹⁴²; e o de Lucinda é terminar em uma casa de correção e lá é esquecida. Esse aspecto moral, quase educativo, corroborou o fato de que o medo inculcado nos senhores de escravos alimentou a forma daquela sociedade sentir os africanos como um inimigo, naquele momento interno, que precisava ser, na melhor das hipóteses, silenciado.

Esse método de sequestro da figura do negro escravizado ultrapassou o Brasil Império e avançaremos para demonstrar que também sobre a Primeira República quando, nessa passagem, o outro - inimigo interno - será o homem pobre do sertão baiano. O fio condutor que costurou a passagem do Império para a República foi o medo branco inculcado e o progresso brasileiro que não podia ser embarçado por essas figuras em nada emancipadas pela narrativa de Joaquim Manuel de Macedo.

A elite brasileira ressentida estava representada no valor documental que a narrativa ficcional de Macedo oferece. Costumes do período oitocentista brasileiro, principalmente do litoral, compõem a ficção pois a literatura sempre é esse lugar material do social. Dessa forma, ainda que tenha a narrativa caminhado na repressão à escravidão, os argumentos não deixaram de desqualificar o africano que estava na condição de escravizado no Brasil, e somente demonstraram que “a escravidão é um

¹⁴⁰ Ibid., pp. 136-137.

¹⁴¹ NASCIMENTO, op. cit., p. 73.

¹⁴² MACEDO, op. cit., p. 120.

mal, transforma os cativos em algozes e os senhores em vítimas, escravos”¹⁴³. As três novelas, que apresentam ora traços do Romantismo ora de um certo Naturalismo antecipado, constituem-se como discurso literário que se ocupou em focalizar as mudanças que poderiam afetar a elite que conduzia o Brasil naquele período a respeito da questão racial do século XIX. Como concluiu Joaquim Manuel de Macedo, os escravos são vítimas, mas sabem ser vítimas-algozes.

2.2.2 Nina, Euclides e Mangabeira: uma Bahia paradoxal

Saindo do litoral fluminense, na Bahia podemos nos deter em Raimundo Nina Rodrigues. O antropólogo, médico, legista, clínico, higienista, professor, escritor, epidemiologista, etnólogo e historiador, maranhense nascido na segunda metade do século XIX, seguiu como referência os trabalhos de Cesare Lombroso “na escura Bahia que algum espírito sarcástico cognominou de ‘o estado africano’ do Brasil”.¹⁴⁴ Nina, que sempre defendeu a aplicação de perícia psiquiátrica nos tribunais em processos judiciais, estreou na medicina legal com a publicação do livro *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Percorreu a cidade de Salvador e cidades de outros estados entrevistando africanos e seu nome, quase sempre, é relacionado a retrocesso e atraso, mas é também responsável por um amplo levantamento feito a respeito dos africanos no Brasil, deixando como herança uma verdadeira etnografia dessa população na Bahia no mesmo momento em que se somavam esforços para apagar todo esse legado de nossa história.

Nina foi um estudioso preocupado com o papel das raças no Brasil, entendeu a miscigenação como um fator de nossa degenerescência enquanto povo e dominou o discurso sobre a escravidão para que não representasse a abolição uma ruptura na sociedade brasileira. Tudo era justificado pelo discurso científico. Nesse aspecto, segundo ele, o Brasil estava então condenado ao fracasso, uma vez que o negro e o indígena, ditas raças inferiores, compunham a população brasileira.

¹⁴³ SUSSEKIND, Flora. As vítimas-algozes e o imaginário do medo. In: MACEDO, Joaquim Manuel. **As vítimas-algozes**. 3. ed. São Paulo: Scipione; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1991, p. XXII.

¹⁴⁴ NASCIMENTO, op. cit., p. 116.

Representante das teorias e técnicas de Lombroso no Brasil, Nina foi responsável pelo catastrófico transplante positivista criminológico para o país, procedendo a uma tradução completamente acrítica da obra de seu correspondente italiano. Tudo, ironicamente, desenvolvido no estado da Bahia. As produções de Nina Rodrigues deram azo a saberes racistas no estudo da raça humana no Brasil repletos de correcionalismo e higienismo que produziram o discurso criminológico que ainda permanece e se consolidou aqui como cultura. Mitólogos raciais que difundiam pensamentos nascidos em outro hemisfério, já dizia Abdias Nascimento.

Os africanos no Brasil foi escrito em 1906 e publicado em 1933, no período final da escravidão, momento em que imperava a visão positivista de Auguste Comte. No texto, encontra-se uma visão preconceituosa em relação aos negros e também a tudo que diz respeito ao culto e à religião dos africanos, descritos em muitas passagens como questões de animismo e fetichismo. O decadente período da escravidão no Brasil foi um laboratório extremamente funcional para que Nina pudesse se embrenhar e comprovar suas teorias transplantadas do continente europeu.

Defendeu que até aquele momento não podiam os negros se constituírem em povos civilizados e a sua diluição na população branca poria fim a toda esperança de evolução. Por isso, Nina fez tantas referências ao que chamou do “problema do negro” no Brasil, uma vez que seriam os africanos sempre um dos fatores da nossa inferioridade enquanto povo. Avaliando os negros de acordo com suas capacidades de civilização e progresso, foi no sangue deles que ele dissecou nossas virtudes e nossos defeitos. Além disso, Nina atribuiu à influência do Islamismo nos negros brasileiros uma espécie de causa religiosa das insurreições que ocorreriam no país, isto é, o gérmen da desordem estava alojado nas veias africanas.

O ponto da degenerescência foi sustentado por Nina Rodrigues até quando tratou das línguas, artes e danças dos africanos, afirmando que esses aspectos demonstravam claramente que se tratavam de raças inferiores, principalmente quando destacou a importância do papel gestual, da ação e da mímica na linguagem do negro. Ademais, o batuque, samba, carnaval e candomblé, na época, eram vistos como incompatíveis para o estado de civilização ao qual se direcionava a sociedade brasileira.

Nina transcreveu em seus estudos vários editoriais de jornais que à época pulverizavam discursos que inflamavam o ponto da degenerescência vindo dos africanos para construir uma opinião pública que clamasse pela repressão policial a essa clientela. Ele também fez um vasto levantamento sobre a imprensa dos estados da

Bahia, do Rio de Janeiro e de Pernambuco que disparou racismo e deturpação contra a prática do candomblé. Discursos como “infernial candomblé”, “perturba o silêncio público”, “foco de imoralidades”, “terrível candomblé”, “orgia”, “cultua uma legião de deuses inferiores”, “turba de ignorantes”¹⁴⁵ eram comuns ao colocar o dito adiantamento intelectual da raça branca caucásica à frente das práticas africanas, porque criminosas. Esses discursos se cristalizaram e chegaram ao século seguinte como uma permanência, o positivismo como cultura, já ensinado por Vera Malaguti.

A incapacidade dos africanos de se adaptar a uma civilização construída por raças superiores bem como para criar uma cultura própria era o mote dos discursos científicos do século XIX. Nessa estrutura, existiam graus, uma espécie de escala hierárquica de cultura e aperfeiçoamento, da qual os africanos não faziam parte. Por isso, o que se presenciou foi uma clara objetificação e hierarquização desses povos atravessados por um discurso médico-jurídico, mesmo em uma Bahia majoritariamente negra. Esse discurso foi responsável pelo questionamento de que a miscigenação do povo brasileiro não compensaria frente a essa inevitável inferioridade.

Naturalizando-a, a desqualificação do povo brasileiro foi estabelecida em bases discursivas muito sólidas. O início do processo está na conjuntura de implantação da República brasileira, na virada para o século XX, quando o discurso médico impôs a patologização dos africanos, dos afro-brasileiros e dos indígenas. O positivismo no Brasil se nutriu dos dispositivos de objetificação e verticalização e mesmo da atualização classificatória da *Encyclopédie* para um determinismo biológico que contaminou as ciências sociais.

O discurso criminológico positivista também se encontrou com a narratividade no Brasil. No mesmo século XIX de Nina Rodrigues, a degenerescência e o ponto criminoso se embrenharam nas construções discursivas, no pensar e no sentir da sociedade brasileira para constituir o temeroso inimigo interno da Primeira República. O discurso – quase sempre ele - precedeu, cristalizou e atualizou métodos que classificaram os indesejáveis por essas terras para neutralizar suas ditas inclinações criminosas. A narratividade tratou sobre o extermínio dos classificados como irrecuperáveis, promovido, ratificado e aquecido por discursos legitimantes, para o aniquilamento que se constitui como o maior crime cometido pelo Exército Brasileiro: a chacina de Canudos.

¹⁴⁵ RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008.

Controlar as classes populares e proteger interesses privados foi a demanda atendida por meio de atos discursivos de poder, segregando, controlando, criminalizando e exterminando, constante e obsessivamente, desde a Primeira República: “na República brasileira, ele [o positivismo] representou uma vanguarda laicizante naquilo que Gizlene Neder denominou de liberalismo radical, na contramão das oligarquias associadas ao poder da Igreja Católica”¹⁴⁶. Os pobres autônomos do sertão, a potência degenerada temida, precisava ser exterminada para que o progresso pudesse passar amparado em sua parafernália positivista. As narrativas que sustentaram essa demanda ainda classificam os atuais órfãos de Canudos, construíram a imagem daqueles que chamamos de o outro, o grande inimigo interno e atualizado hoje na República.

Os discursos positivistas se revelaram um aparato voraz que, após serpentear através dos séculos cristalizando seus métodos fundamentais, objetificaram e verticalizaram o sertanejo, cumprindo “processos de seleção que se desenvolvem na sociedade, e para os quais, como se verá logo, o pertencimento aos diversos estratos sociais é decisivo.”¹⁴⁷ Tais discursos os desqualificaram, criaram políticas cirúrgicas e ratificaram o maior extermínio da República, inculcando em nossa subjetividade o medo daquela gente. Nesse ponto, a lógica não existe: por que internalizamos uma permanência que nos inferiorizou e exterminou? A demanda por ordem, sempre a resposta, foi fator de manutenção dessa cultura: era necessário conter e neutralizar a potência dos pobres no sertão baiano para evitar sua emancipação, já em curso no final do século XIX.

Na passagem do Império para a República, *Os sertões*, de Euclides da Cunha, constitui-se como a narrativa resistente que brotou mesmo no solo árido positivista. Canudos foi descrita e classificada pela degenerescência, o que construiu nossa subjetividade fundamental para colocar a gente do sertão, uma horda de danados e perigosos, nos estratos mais baixos da evolução humana. A partir desse movimento de desqualificação, qualquer discurso que não a ratificasse era considerado ilegítimo e tinha seu *status* de verdade invalidado. É nesse ponto que a narrativa ficcional, enquanto forma de conhecimento original, pode traçar rotas qualificadoras para implodir os discursos positivistas. A literatura, então, é a ferramenta que qualificou o povo e sua versão, como aconteceu em *Os sertões*.

¹⁴⁶ BATISTA, 2011, p. 41.

¹⁴⁷ BARATTA, op. cit., p. 40.

Se os discursos oficiais sobre a chacina fundacional da República brasileira, banhados na criminologia positivista do século XIX, chegaram até nós como uma grande permanência a nos desqualificar, a narrativa ficcional demonstrou a engrenagem que aniquilou o povo do sertão. O medo e o ponto da degenerescência sobre os sertanejos foram e continuam sendo cruéis e cirurgicamente alimentados. Na margem brasileira a partir da qual escolhemos estudar, lá estão eles, desde o final do século XIX, compondo desde a jovem República a massa incorpórea sem lugar e destino, a quem foi castrada sua emancipação.

O discurso positivista criminológico sempre forneceu suprimentos “científicos” para controlar e exterminar os resistentes do sertão. Esses indivíduos foram descritos pelos discursos oficiais do Exército Brasileiro como “fanáticos”, “a horda de criminosos” que compartilhavam entre si a sina de não serem dignos de lugar na República, de não serem dignos para vencer a fome, de não serem, enfim, dignos de desenvolver uma sociedade igualitária. Nessa permanência discursiva pseudocientífica, mirou-se nas classes populares do sertão baiano enquanto se assegurou espaços e patrimônios às elites do litoral do país. O destino de Canudos estava traçado e a narrativa ficcional é que iria repolitizar a questão.

Nossa forma de sentir o povo sertanejo inculcada pela afetividade positivista construiu a figura do outro, tão próximo e tão distante de nós. Ondas de permanências positivistas, detectadas por meio da história dos discursos criminológicos, arrastam-nos a Canudos, cirúrgica e discursivamente construída para figurar como nosso grande inimigo interno. Este, pelos discursos não oficiais, resistia bravamente: “o homem do Belo Monte empregou todas as forças ao seu alcance para conter os soldados vindos do litoral, defensores da ordem republicana, que a exaltação dos espíritos considerava seriamente ameaçada”¹⁴⁸.

Motivados pela conhecida pergunta de Zaffaroni - “como pôde Lombroso florescer na Bahia?” -, acercamo-nos de Euclides da Cunha que se desvencilhou no seu caminho discursivo do aparato positivista. Se a narrativa ficcional resistiu contra a cruel permanência de ser classificado como o inimigo interno no início da República, encontramos o literato Euclides enquanto um criminólogo crítico. Aprendemos com Nilo Batista que “quando a criminologia positivista não questiona nada disso, ela

¹⁴⁸ CALASANS, José. A guerra de Canudos no cancionário popular do Brasil. In: **Actas do Colóquio de Estudos Etnográficos "Dr. José Leite de Vasconcelos"**. v. II. Porto: Imprensa Portuguesa, 1960, p.1.

cumpra um importante papel político, de legitimação da ordem estabelecida”.¹⁴⁹ Por esse motivo, a narrativa ficcional de Euclides é, irremediavelmente, questionadora.

Além disso, ao entender como narrativas resistentes podem deslegitimar extermínios, porque primeiro implodem discursos positivistas cristalizados, o povo é capaz de estabelecer um dique de resistência e a criminologia crítica se posiciona a partir dele. Especificamente sobre Canudos, a desconstrução de *status* de verdade atribuído ao discurso oficial sobre o crime cometido pelo Exército Brasileiro pode ser útil para a Canudos sobrevivente de hoje, região ainda tão pobre e esquecida pelo outro Brasil. A permanência discursiva sobre o sertanejo reserva a Canudos ainda a margem da história. Por isso, conhecer o discurso oficial para desconstruí-lo pela narrativa ficcional é estratégia e possui método.

Euclides deu a Nina Rodrigues lugar de destaque em *Os sertões* ao falar do problema etnológico no Brasil a respeito do negro banto: “somente nos últimos tempos um investigador tenaz, Nina Rodrigues, subordinou a uma análise cuidadosa a sua religiosidade original e interessante”¹⁵⁰. Contemporâneos e localizados na Bahia, Nina e Euclides não se tocam como uma mera coincidência. O aparato positivista de Nina está embrenhando em Euclides até sua implosão ao entender *A luta*¹⁵¹. A ideia e o medo da incivilização, na verdade emancipação, aqueceu a jovem República brasileira, deslocando o sertão baiano para um depósito de danados da vida e de degenerados que ameaçavam o progresso que arvorava ao horizonte, inculcado por um discurso contra a igualdade baseado cientificamente na desigualdade: “surgem, erguem-se, precisamente neste momento, do lado do sertão, - pesados, lúgubres, ameaçadores...”¹⁵².

Eis o grande paradoxo da República e seu apressado Código Penal de 1890 com a função explícita de controle social frente às insurreições populares. O defeito de técnica e o atraso, apontados por Heleno Frago¹⁵³, foram funcionais para criminalizar condutas insurgentes contra a República e manter acordos oligárquicos castradores de emancipação popular. Sempre foi o outro, aquele que não encontrou lugar em uma sociedade que se orgulhava dos novos fundamentos republicanos de que, agora, todos teriam lugar, direitos e seriam cidadãos: “terminara a participação do Exército na defesa das instituições, enfrentando o fanatismo e o banditismo que durante alguns anos

¹⁴⁹ BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2002, p. 30.

¹⁵⁰ CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Jandira, SP: Principis, 2020, p. 41.

¹⁵¹ Terceira parte de *Os sertões*.

¹⁵² CUNHA, Euclides da. **Canudos**: diário de uma expedição. São Paulo: Martin Claret, 2016, p. 36.

¹⁵³ FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Lições de direito penal**: parte geral. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

trouxeram a intranquilidade ao interior baiano”¹⁵⁴. O discurso oficial afirmava que era preciso ruir para criar um novo Brasil livre do “jagunço traiçoeiro e ousado” que vive “no seio de uma natureza que o criou à sua imagem – bárbaro, impetuoso, abrupto.”¹⁵⁵ Ademais, os jornais do litoral, desde final do século XIX, reiteraram o consenso do medo sobre o outro, a quem sempre foi negado protagonismo e lugar na república, seja na Primeira seja na de hoje.

Euclides da Cunha, com seu consórcio entre a ciência e a arte na narrativa multiperspectivada de *Os sertões*, caminhou na direção contrária ao teatro de operações e à forma como a selvageria dos sertanejos era noticiada pelos principais jornais do país, entre eles O Estado de São Paulo, do qual foi correspondente até o momento da quarta expedição sobre o arraial canudense, e o Jornal de Notícias da Bahia. Enquanto se aquecia a opinião pública fundamentada nos aspectos positivistas, principalmente no litoral brasileiro, Euclides desconstruía a si e à parafernália que levou consigo. Fazendo um giro de observação, iniciou sua educação contrapunitiva ao constatar que o sertanejo era vítima da racionalidade positivista da exclusão.

Não existe neutralidade nos discursos produzidos a respeito de Canudos, a Meca dos jagunços de Euclides da Cunha. O positivismo criminológico sacrificou o outro para criar uma identidade para as elites e para a República. Os discursos que legitimaram o extermínio canudense na Primeira República revelam um sistema eficaz de regulação de corpos, ditos criminosos, para desqualificar uma massa de pobres e indesejáveis. Belo Monte foi classificada como um reduto de criminosos e insurretos contra a República. Os fanáticos, ainda que não fossem monarquistas, precisavam assim ser adjetivados para a construção do inimigo interno criado pelos discursos que proviam, em grande parte, da então capital carioca.

A figura de Antônio Conselheiro foi extremamente funcional e marcada pelo discurso classificatório de degenerados, muito alimentando pela Igreja Católica e pelos latifundiários que não tinham mais a mão-de-obra do sertanejo. Essa imagem do inimigo estava sempre lá justificando o extermínio. Por outro lado, o Conselheiro, pelo discurso não oficial presente em cordéis e canções populares, era a personificação da revolução de um povo contra uma República que nada lhes deu e muito lhes tirou.

¹⁵⁴ CAMPANHA de Canudos. **Exército Brasileiro**. Disponível em: http://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro%3Fp_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_redirect%3D%252Fexercito-brasileiro%26_3_keywords%3Dcanudos%26_3_groupId%3D0%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch&inheritRedirect=true. Acesso em: 10 ago. de 2022.

¹⁵⁵ CUNHA, 2020, p. 5

Canudos era real, constituída de sertanejos pobres, ex-escravos, povos originários, homens que tratavam da terra, mas aos olhos positivistas republicanos eram fanáticos e perigosos, gente capaz de toda sorte de barbaridade, alheia à civilização e ao progresso.

Euclides da Cunha é a materialização do estilhaçamento positivista, nosso homem infiltrado no teatro de operações, constituindo-se, talvez, como primeira resistência discursiva sobre o crime contra Canudos. *Os sertões*, discurso não oficial sobre a chacina, foi um dos primeiros da Primeira República a girar o ponto de observação: os “famintos e combalidos”¹⁵⁶ eram os soldados, não os jagunços como nas descrições de costume. Euclides, enquanto correspondente d’O Estado de São Paulo tinha autoridade discursiva para caminhar ao lado dos discursos oficiais. Envolveu-se com a guerra quando a quarta expedição do Exército era iminente. Todavia, após se tornar corresponde na campanha militar, muda o tom e se desconstrói para escrever o livro de ataque. O método discursivo transgressor euclidiano foi a bala de prata nos discursos criminológicos positivistas.

O início da ingerência do Exército Brasileiro sobre Canudos ocorreu em 7 de novembro de 1896 com a primeira expedição. Por onze meses os jornais do país inflamaram o discurso da degenerescência para aniquilar os ditos insurretos. O sertão baiano, irrigado de sangue, ruiu quando também ruiu Belo Monte, erguida em 1893 às margens do Rio Vaza Barris. O maior crime cometido pelo Exército Brasileiro se cumpria com êxito. Todavia, Canudos se constituiu como a maior resistência popular brasileira contra os estereótipos positivistas. Não se pode olvidar que os discursos oficiais do Exército até hoje esquadrinham os conselheiristas como demônios, danados e degenerados: “impossibilitados de obter um resultado satisfatório com as armas de fogo, os místicos, em rasgo de heroísmo demencial, lançaram-se ao assalto utilizando armas brancas, com incrível ferocidade, encontrando pela frente uma tropa destemida [...]”¹⁵⁷.

Na trilha da escrita de Euclides da Cunha, encontramos o Brasil real resistindo ao Brasil oficial, que matou a utopia que se erigiu nas terras áridas do país. Euclides se desconstruiu ao modo que lhe foi possível. A nós interessa seu método, seu percurso, atravessando os discursos do cordel e do cancionero popular de Canudos para promover a ruptura criminológica sobre aquela gente, aquele espaço:

¹⁵⁶ Ibid., p. 160.

¹⁵⁷ CAMPANHA, op. cit.

Numa mobilização geral, como no caso em apreço, também são convocados os poetas. A lira é arma de combate em muitas oportunidades. Versejando e cantando, o vate e o cantor contribuem para a vitória do seu grupo, exaltam seus heróis, ferem fundo os adversários, amenizam a desdita da grei. É sempre bom versejar e cantar. [...] Ajudando a viver, conseqüentemente ajuda a lutar.¹⁵⁸

Especificamente com *Os sertões* se inicia o movimento discursivo do mote do massacre: “aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo”¹⁵⁹. O que chegou até nós veio, primeiro, por Euclides que fez sua “viagem pelo Brasil profundo trabalhando com os instrumentos racistas do positivismo”¹⁶⁰. Ali se iniciava a sua contraeducação punitiva.

Além da narrativa ficcional de Euclides da Cunha, a lira indignada e pouco conhecida de Francisco Mangabeira, com sua *Tragédia Épica*¹⁶¹, também se constitui como resistência. Mangabeira, outra testemunha ocular da chacina fundacional da República, cantou em “O combate” como o extermínio canudense foi fundamental para a passagem do poder das mãos de um soberano para uma elite soberana:

Aniquilando tudo aquilo que encontrava/ Diante de si... O céu enrubescia quando/ Eles iam a goela horrenda escancarando,/ Num vômito de chama. Os seus enormes roncões,/ Que faziam saltar pedras, homens e troncos,/ Seus brilhantes clarões purpúreos e assombrosos,/ Que incendiavam o espaço e os montes silenciosos,/ Produziam um medo acentuado e interno,/ Como se aquilo fosse um esboço do inferno./ Os ígneos projéteis vertiginosamente/ Atravessavam o ar, batendo de repente/ Nas casas que, aos montões, iam caindo, numa/ Nuvem de pó que, como impermeável bruma,/ Cobria tudo em torno... Achavam-se estilhaços/ De paredes, de mãos, de pedras e de braços,/ No úmido chão. No entretanto, as legiões opostas/ Lutavam sem recuar, firmes e bem dispostas,/ Com a ânsia dos leões que morrem combatendo,/ Pois quem tomba a lutar – vence, embora perdendo./ A todos espantava o desespero insano,/ Assombrador, feroz, incrível, sobre-humano,/ Com que o bravo adversário, enraivecido e forte,/ Afrontava o perigo, a destruição e a morte,/ Escondido em covis, em buracos e em valas,/ Para lutar melhor e abrigar-se das balas.¹⁶²

A permanência positivista estava lá nesse rito de passagem sendo praticamente inevitável. Consuelo Sampaio, caminhando pela história do sertão, demonstrou que “foi a disputa pelo poder, na Bahia e na capital federal, que conferiu a Canudos dimensão nacional”.¹⁶³ As cartas, de 1894 a 1897, analisadas por Consuelo, permitem-nos

¹⁵⁸ CALASANS, op. cit., p. 1.

¹⁵⁹ CUNHA, 2020, p. 5.

¹⁶⁰ BATISTA, 2011, p. 48.

¹⁶¹ MANGABEIRA, Francisco. *Tragédia épica: guerra de Canudos*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2010.

¹⁶² Ibid., p. 60.

¹⁶³ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Canudos: cartas para o Barão*. São Paulo: EdUSP, 1999, p. 53.

entender como os discursos da imprensa e do Exército Brasileiro foram utilizados para a articulação de poder nos primeiros anos da República. Engendramento que teve seu início bem marcado pelas teorias transplantadas de Nina Rodrigues e pela literatura de Euclides da Cunha e de Francisco Mangabeira. No paradoxo baiano, foi forjada a criminologia enquanto narrativa explorando os pressupostos criminológicos do século XIX brasileiro.

2.2.3 Catálogo criminológico literário

Em 1941, Lemos Britto, ex-professor da Faculdade de Direito da Bahia, publicou *O crime e os criminosos na literatura brasileira*. Seguindo pela narrativa para dar conta do campo criminológico, o jurista explicou logo na introdução que a obra não era artística, mas, por outro aspecto, seria uma ferramenta para tratar de tipos de delinquentes e delitos no Brasil pelas letras:

Este ensaio não é uma obra de arte ou de crítica literária; não é, tão pouco, tratado de psicologia criminal. Não procura imitar o conhecido livro de Ferri [...]. Assim, o que se pretende aqui é fazer uma investigação despreziosa e singela em torno do crime e dos criminosos através do romance, da novela, do conto, da poesia, da própria história brasileira [...]. [...] a criminologia e ciências que lhe servem de auxiliares de vez em quando aí se entremostam, discretamente, embora, como boas amigas e vizinhas, dadas ao mutualismo, prontas a se auxiliarem em benefício próprio ou alheio.¹⁶⁴

Questionamento inicial e inevitável seria por quê? Qual a demanda por ordem da primeira metade do século XX girava a engrenagem para uma obra desse aspecto? Para iluminar possibilidades, é preciso resgatar que Lemos Britto afirmava que os homens de letras do seu tempo não se preocupavam com códigos penais nem procuravam tipo penais quando escreviam. Via, portanto, uma defasagem nesse sentido. Afirmava também que, assim como a humanidade, o crime é antigo e a literatura, enquanto “expressão da vida humana, no que ela oferece de belo e de feio, de bom e de mau, de refalsado ou verdadeiro, de virtuoso ou de maligno, não podia deixar de reproduzir as maldades e as paixões humanas”¹⁶⁵. Na viagem que fez pelo Brasil literário, Lemos

¹⁶⁴ BRITTO, op. cit., pp. 5-7.

¹⁶⁵ Ibid., p. 8.

Britto quis demonstrar como a arte é imitativa da vida e como a literatura tem a característica de adaptação ao meio e aos costumes para se alimentar e viver.

No momento de suas afirmações, deparou-se com centros urbanos populosos, progresso a todo vapor e a criminalidade que rompia de forma abrupta. O interesse pela temática, unindo diversos campos do saber como literatura, criminologia e medicina, também acompanhava esse fluxo. A demanda por ordem começa, então, a se fazer mais clara aos olhos do leitor do compêndio de delinquentes-personagens. Nesse sentido, o texto de Lemos Britto é extremamente funcional para classificar as personalidades delinquentes que não se enquadravam no conceito de progresso. Por isso, a estratégia era elaborar um material que claramente objetivava a questão criminal e identificava quem eram os não-sujeitos, quem era o outro que transitava por essas narrativas e pela vida.

Para tanto, quase sempre a identificação apontava negros para compor essa categoria de degenerados. Discursos, nessa demanda, fizeram o criminalista analisar o poema “O Assassino”, de Gonçalves Dias, para descrever o criminoso por meio de mãos grandes, implantação anormal de orelhas, cabelos crespos e mandíbulas avantajadas. É preciso no poema o retrato antropsicológico ainda que em uma leitura desatenta:

Crespos os cenhos, enrugada a fronte,/ Semelha luz de tocha mortuária/ A luz
que os olhos seus despem torvo./ Há momentos em que seu rosto fero/ De tal
sorte se enruga e se transforma/ [...] A mãe e os filhos; um terror, um pasmo,/
Cuja causa recôndita se ignora,/ Como escravos do crime ou da miséria.¹⁶⁶

Na novela *A virgem da macumba*, de Benjamin Costalat, a imagem do negro pai de santo foi composta de vocabulários bestiais e corruptores pela prática de pedofilia. Ademais, as práticas religiosas africanas foram interpretadas como ponto de corrupção de crianças e mulheres. Tratando de *O Foragido*, de Pedro Américo, destacou o analista que o autor viveu na Itália no momento em que as teorias do “mestre italiano” chegavam aos países civilizados. Além disso, discorrendo sobre o estigma dos criminosos, apontou *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, como um dos romances que ofereceu o retrato de um feiticeiro, o dito caboclo velho de cara hedionda e maltrapilho. Africanos animalizados, práticas religiosas corruptas e fisionomias bestiais formaram o tripé da temática catalogada.

¹⁶⁶ Ibid., p. 17.

O criminalista também se debruçou sobre *A noite na Taverna*, de Álvares de Azevedo, e o descreveu como um tratado a respeito da degenerescência e do crime. Tratando do crime do olheiro, afirmou ter convicção de que os delinquentes possuem os estigmas fisiológicos, psicológicos e morfológicos de Ferri e de Lombroso. Caminhou também o autor pela questão da criminalidade dos silvícolas no Brasil. Sobre o tema, elogia Santo Agostinho e seu poema *O Caramuru*.

Britto citou Nina Rodrigues ao tratar dos loucos nas prisões e comentou, por exemplo, *O Alienista*, de Machado de Assis, descrevendo-o como sátira-novela que, ao final, demonstrou que o verdadeiro louco é o psiquiatra. Em seguida adentrou ao cangaço acompanhado de Visconde de Taunay, com *Inocência*, e José de Alencar, com *O Sertanejo*, para discutir e descrever tipos humanos naturais. Por outro lado, caminhou até Euclides da Cunha, com *Os sertões*, para explorar a figura do jagunço, como forte, resignado e prático em seu “habitat natural”, descrito ainda como a imagem típica do fanatismo.

A herança patológica também foi revirada na literatura por Lemos Britto. E, a seu respeito, o próprio autor admitiu:

Vivemos a hora da “herança”. Já não nos contentamos de olhar para dentro de nós mesmos, para a frente de nosso caminho; olhamos insistentemente para traz, queremos encontrar nos ascendentes, nos antepassados, até nos ancestrais de quem nem sequer tivemos notícia, ou memória, os responsáveis pelos nossos males, pelas nossas tendências, pelas nossas taras e defeitos, físicos ou morais. É a hereditariedade. É o atavismo.¹⁶⁷

Diversos autores, mais ou menos conhecidos, e obras foram precisamente catalogados em *O crime e os criminosos na literatura brasileira*. Não nos aprofundaremos sobre cada um porque nossa análise objetiva compreender não o porquê de uma ou outra obra ter sido escolhida por Lemos Britto, mas por qual motivo um compêndio nesse formato se fazia necessário em 1941.

Fato curioso e que merece atenção é que o livro de Britto era lido pelos alunos da Escola de Polícia de São Paulo, como verdadeiro material de formação de policiais. Retomando, então, os questionamentos iniciais, revela-se uma clara tentativa de dotar os futuros policiais de informações a respeito do “quadro” minuciosamente descrito de criminosos que iriam encontrar enquanto estivessem em atividade. Síntese de crimes diversos, o levantamento literário feito por Britto ilustrava pela arte os estereótipos que seriam encontrados não apenas nas narrativas, mas também, e principalmente, na vida.

¹⁶⁷ Ibid., p. 26.

Ademais, o escritor também tinha como tema de suas produções biográficas pessoais os menores infratores abandonados. Nesse sentido, os discursos eugenistas também são parte do cenário discutido.

O estudo catalogado de Lemos Britto, de certa forma, fomentou a subjetividade inculcando a necessidade de delimitação e eliminação dos delinquentes do convívio social, muito afinado com as teorias da escola positivista da criminologia italiana. De toda maneira, assim como Nina Rodrigues, os escritos de Britto são valiosos enquanto forma de conhecimento original para se compreender as questões raciais no Brasil da primeira metade do século XX.

2.3 Borges criminólogo, simplesmente

A narratividade é extremamente necessária em diversos campos do saber. Não poderia ser diferente na criminologia que se estabelece como a própria sucessão de discursos e um contar de histórias, aquele curso dos discursos já ensinado por Vera Malaguti. Ocorre que algumas narrativas se sedimentam mais do que outras, uma vez que a demanda por ordem é o que comanda a vazão das águas do rio discursivo ao longo da história das mentalidades.

Ainda que não seja, a princípio, no contexto brasileiro, percorrer os fios ficcionais de Jorge Luis Borges é fundamental. Ademais, quando se expande para fora do contexto argentino, Borges nos alcança. A literatura, como ele mesmo afirmou, era seu destino, a ela estava condenado. O seu labirinto existencial sem saída pode ser lido pela linguagem borgeana repleta de imagens e metáforas que vão apontar para as angústias do mundo real: “el mundo, desgraciadamente, es real; yo, desgraciadamente, sou Borges”.

Sempre tendo a angústia como condição, Borges estava destinado à universalidade para seguir em diversas direções e discutir de forma múltipla ideias e campos de saber. Seguindo esse destino, transitou da criminologia como literatura para a literatura como criminologia, o que ajuda a compreender, em um ponto específico, a construção do universo positivista e como ele se projetou desde o século XIX. Encontramos, então, nosso Borges criminólogo.

Como um exemplo imprescindível, o positivismo criminológico argentino fez parte do cenário a que estava submetido Jorge Luis Borges. O “escritor criminólogo”, segundo Alejandro Poquet¹⁶⁸, pode ser considerado como a ponta da lança da criminologia crítica e do abolicionismo penal. Os indícios criminológicos na obra de Borges foram analisados por Poquet e revelam o questionamento que a literatura fez ao positivismo criminológico.

O Borges criminólogo se interessou pelos elementos e aparatos desse campo. A narrativa literária foi seu mapa para chegar ao destino, que é o positivismo com todo seu esquadramento fundamental sobre homens criminosos:

[...] en esa obra literaria con el fin de identificar, describir y sistematizar elementos que constituyen el centro del pensamiento penal y criminológico: el orden social que em Borges es multiplicado bajo diferentes forma posibles; la ciudad que moldea la relaciones – ilícitas – entre los hombres, su Buenos Aires o su barrio de Palermo en parte míticos -; hechos de sangre protagonizados por gauchos y malevos de los suburbios, o bandidos y justicieros de las más diversas latitudes y épocas; una narrativa policial que encuentra en el crimen un estímulo a reflexiones políticas y filosóficas; ficciones que presentan la cárcel como un laberinto, símbolo característico de esta literatura; una lírica atravesada por una ética (presente en toda obra) detrás de la cual deambula el tema – metafísico – que desvela a la criminología: el Mal.¹⁶⁹

Alejandro Poquet traz questões inquietantes sobre esse Borges criminólogo tais como: que garantias podemos ter de que esta interpretação - criminológica – libera e não asfixia a literatura borgeana? A resposta dada com segurança pelo autor é o marco teórico, pois na literatura de Borges está presente a questão da ordem seja nas poesias seja em contos policiais ou, até mesmo, em ensaios filosóficos e relatos fantásticos. Nessa questão de ordem, a narrativa está a serviço da busca de sentido em um mundo caótico, o qual deixa o homem se perder. É Borges, então, que busca, constantemente, na literatura que produziu as regras de um cosmo ordenado, mesmo sabendo que desse paradoxo não encontraremos saída.

A violência, razão de ser da criminologia segundo Poquet, é que tornou Borges um autor marcado pela agressão. Essa visão é muito próxima do que construímos sobre Rubem Fonseca no Brasil, por exemplo. Por isso, é possível tomá-lo também como um Rubem criminólogo, como faremos no capítulo a seguir. A violência agressiva constitui uma das vertentes de ambos os escritores argentino e brasileiro. O cárcere também marcou a obra de Borges como elemento central que atravessou suas produções

¹⁶⁸ POQUET, Alejandro. **Borges y la criminología**. Santiago: Ediciones Olejnik, 2018.

¹⁶⁹ Ibid., p. 25.

literárias, pois o percebeu como a esperança de ordem teórica penal e criminológica utilizada como resposta para a maioria dos delitos do Código Penal. Encontramos, então, o famoso “cárcere labirinto” de Borges. Nesse sentido, o delito e o delinquente são categorias que representam a violência em sua obra demonstrando que, sem elas, o cárcere e o pensamento criminológico, sobretudo o positivista, perderiam sua razão de ser.

Poquet nos ensina que o Borges criminólogo – “o novo Borges” como o denomina – é visualizado com mais nitidez quando iluminado pelos principais pressupostos do positivismo, seja em sua versão filosófica seja em sua versão criminológica. Assim, “todos esos pensamientos, en la poesía, cuentos y ensayos borgeanos se encuentran personajes, símbolos, metáforas, tramas y tematizaciones que cuestionan e invierten el orden, el método y los conceptos criminológicos positivistas.”¹⁷⁰ O giro promovido por Borges é crucial para se entender o estilçamento do aparato positivista que pode ser engendrado pela narrativa.

Além disso, não podemos esquecer que Borges nasceu apenas duas décadas após o descobrimento do homem delinquente de Cesare Lombroso, o responsável pelo surgimento da criminologia positivista. Lombroso estendeu o método experimental de Darwin para a antropologia criminal, dedicando-se a observar loucos e delinquentes, colecionar crânios e fotografias. Sua limitação sempre esteve presente na observação de uma clientela selecionada convenientemente – loucos, asilados e detentos – composta por indivíduos que compartilhavam a mesma condição econômica e social. O homem criminoso nato, identificado pelas suas feições e traços fisiológicos, foi objeto fundamental para legitimar uma criminologia que se estabelecia como ciência e se demonstrava incorrigível, confirmando por si mesma a verdade de suas afirmações. Para Borges as imagens, fotografias e medições eram uma falácia.

A arte gravitou sempre ao redor dos criminólogos positivistas como Lombroso, Garófalo, Ferri e Ingenieros. Lombroso apresentou em sua biografia inicial uma vocação artística, uma vez que tinha gosto pelas letras. Poquet, inclusive, discute:

Esta formación inicial y el valor científico ortogado a distintas manifestaciones artísticas en su obra capital, permiten preguntar si el éxito de la primera escuela científica “dura” de criminología no se debió, en gran medida, a la fina intuición de artista de César Lombroso.¹⁷¹

¹⁷⁰ Ibid., p. 33.

¹⁷¹ Ibid., pp. 113-114.

Garófalo recorreu ao vigésimo canto do *Inferno* de Dante para demonstrar que era natural o fato de o sentimento de piedade só se despertar por homens que se pareçam semelhantes. Ferri, por sua vez, escreveu um ensaio intitulado “Os delinquentes na arte”, demonstrando que sua intuição, assim como a arte, precede a ciência. Ingenieros de forma sistemática recorreu à literatura para buscar a descrição de caracteres humanos, o que resultou no texto chamando *La psicopatología en la arte*.

Especificamente nesse contexto argentino do qual fazia parte Ingenieros, os primeiros criminólogos, do fim do século XIX e início do século XX, ratificaram os postulados da criminologia científica italiana: “estos criminólogos pioneros aportaron, con gran creatividad, los estigmas de la psicopatología criminal para alcanzar la gran utopia positivista: predecir el futuro – del comportamiento criminal – para evitar catástrofes naturales – la reincidencia”.¹⁷² A literatura borgeana surgiu, então, como grande contraste a essa ratificação.

Eusebio Gómez foi o primeiro positivista argentino que também se utilizou de referências literárias como, por exemplo, de Stendhal. O professor titular de Derecho Penal en la Universidad de Buenos Aires foi um dos mais importantes criminólogos do início do século XX. Desenvolveu o conceito de “mala vida” por causa dos “malvivientes” da época, parasitas da escória social, como afirmou Ingenieros, categoria formada por vadios e mendigos contra os quais a sociedade devia assumir uma posição de defesa. Gómez pinçou o personagem gaúcho Juan Muraña, de Eduardo Gutiérrez, para o exibir como uma figura típica da “mala vida”. Vulgar e repulsivo, Juan Muraña era habitante de um mundo à parte e hostil e correspondia às condutas criminosas.

No mesmo caminho, Ingenieros afirmava que se a lei não agia sobre os “malvivientes”, era necessário que a sociedade se defendesse deles, pois desenvolviam os elementos do contágio e da degenerescência moral para a delinquência futura. Por isso, para ele o direito penal não podia ter outra natureza que não fosse a biológica. Juan Muraña também foi o gaúcho arquétipo, a figura expiatória involutiva, fundamentada pela inferioridade biológica que provocava atraso social, individual e econômico, chegando a afirmar Ingenieros que isso poderia causar uma epidemia.

Borges, por sua vez, herdou uma sociedade argentina que explicava o atraso e tentava, paradoxalmente, superá-lo por meio de doutrinas e instrumentos do positivismo

¹⁷² Ibid., p 124.

criminológico para que a ordem e o progresso não fossem atingidos. Sobre essa herança, Borges caminhou na contramão punitiva:

En pleno auge de esa cosmogonía represiva apresentada por Luis María Drago, José Ingenieros, Cornelio Moyano Gacitúa, Eusebio Gómez, los Ramos Mejía entre otros, la literatura de Borges no sólo no se contamina de sus postulados positivistas sino que, por el contrario, los ridiculiza y desautoriza al igual que al método mismo. Los positivistas creían en la naturalidad del delito y del delincuente, Borges, por el contrario, desconfía de la realidad en sí misma o, mejor, de una interpretación ajustada a la realidad, que es precisamente de lo que se jacta el positivismo con su método experimental.¹⁷³

O literato criminólogo, pela narratividade, produziu uma obra de resistência criminológica, invertendo valores e alterando lugares ambos estabelecidos pela nova ciência que surgia. Para tanto, seus personagens marginais, objetos funcionais aos aparatos positivistas, apresentaram características de heróis e de vítimas de injustiças sociais. Assim, a contraeducação punitiva que correu pelas veias narrativas de Borges explicitou a contradição daquela criminologia que seguia os devaneios de Lombroso completamente distante da objetividade que lhe era própria e fundamental. Foi Borges que, mesmo considerado um escritor fora da realidade, denunciou o método da ciência realista e alucinante dos criminólogos positivistas.

Posteriormente, Rosa Del Olmo e Lola Aniyar de Castro propuseram a ruptura com o objeto da criminologia positivista na América Latina. Alterando métodos e objetos, a teoria crítica do controle social caminhou para a criminologia da liberação. Nesse percurso, não nos é permitido esquecer que Borges antecipou em suas produções literárias o ataque aos pressupostos científicos e filosóficos do positivismo criminológico, abrindo os caminhos para a produção de uma teoria criminológica crítica. Então, o literato criminólogo ou o criminólogo literato – inversão que apenas Brás Cubas poderia nos esclarecer enquanto um defunto autor –, pela narratividade, começou a estilhaçar a parafernália positivista, dos métodos aos objetos.

Percebendo as hesitações dos saberes penal e criminológico, Borges com a narrativa ficcional reposicionou questionamentos, principalmente, sobre a questão da violência. Seguindo esse movimento, é possível perceber que nenhuma ciência, por mais fechada em si mesma que seja, assim como é o positivismo criminológico, deixa de clamar pelo auxílio da literatura e seus elementos, inclusive estéticos. Assim, superam ou pelo menos tentam superar seus limites com o auxílio dos elementos

¹⁷³ Ibid, p. 34.

literários como, por exemplo, por meio de imagens e metáforas. Ademais, como já afirmou Roland Barthes, “todo lo que las ciencias humanas están descubriendo hoy en día... la literatura lo há sabido desde siempre”¹⁷⁴. Nesse sentido, a chave reside no fato de tanto a ciência quanto a literatura serem constituídas pelos discursos: “para Barthes las dos disciplinas son, además, discursos, aunque el lenguaje de la ciencia sea un mero instrumento – neutro – al servicio de hipótesis y resultados, y el de la literatura, en cambio, constituya su ser, su propio mundo”¹⁷⁵.

Exatamente por essa conclusão de Barthes, é que encontramos criminólogos, inclusive os positivistas, e teóricos das ciências naturais utilizando de recursos literários, prosas, poesias e crônicas. Charles Darwin, por exemplo, trabalhando com a metáfora, explicou seu conceito de seleção natural:

Es decir que el evolucionista inglés se vio necesitado de recurrir a palabras usadas en sentido metafórico, lejos de su rigor semántico, para tratar de comprender y hacer entendible a qué se debe la existencia y supervivencia de este arbusto. En realidad no sólo utilizó metáforas para explicar su concepto central de “lucha por la existencia” sino que ese concepto mismo está construido con retazos de literatura, pues sólo de este modo se puede compartir la idea de un muérdago que “tienta” a las aves y “compite” con árboles frutales. Por lo demás, el mismo Darwin lo admitió expresamente en este lugar de su obra, al aclarar que el término “lucha por la existencia” es utilizado “por conveniencia en estos varios sentidos que se ensamblan entre sí”.¹⁷⁶

No direito penal e na criminologia, a literatura faz com que essas disciplinas revisem suas premissas, seus conceitos e vocabulários, o que permite a compreensão da demanda por ordem em que estão instalados. Borges isso fez com maestria. Impactando o universo criminológico, ele identificou o valor humano com o valor estético e se tornou também um pensador preocupado em investigar a demanda por ordem que orienta a violência.

A interdisciplinaridade entre a literatura borgeana e a criminologia confirma a ideia de que o pensamento criminológico não poderia ter sequer surgido e se desenvolvido sem o auxílio de diversos elementos externos. Lola Aniyar de Castro, no seu artigo “El triunfo de Lewis Carroll”, utilizou a imagem literária quando discutiu a proposta de uma nova criminologia latino-americana para o século XXI e, para isso, fez

¹⁷⁴ BARTHES, Roland. **El susurro del lenguaje. Más allá de la palabra y la escritura**. Buenos Aires: Paidós, 2013, p. 23.

¹⁷⁵ POQUET, op. cit., p. 41.

¹⁷⁶ Ibid., p. 44.

uso de *Alice no país das maravilhas*. A criminologia crítica da América Latina percebeu quão valiosos poderiam ser o uso dos elementos externos.

O uso da imagem no positivismo criminológico foi de crucial importância na construção da figura do criminoso: nosso outro. As ferramentas que podemos utilizar para subverter essa desqualificação cristalizada devem ter a mesma natureza, porque:

Todos nosotros tenemos imágenes mentales de diversos estatus sociales; entre ellas, la del joven que delinque. Nuestras concepciones básicas del delincuente juvenil, así como las de otras figuras contemporáneas, impregnan y definen esas imágenes. Así, la investigación casi nunca profundiza lo suficiente para afectar y, por consiguiente, calificar nuestras concepciones. Lo más común es que la investigación este orientada por esas ideas básicas en vez de haber sido diseñada para cuestionarlas.¹⁷⁷

De acordo com suposições básicas herdadas da escola positivista criminológica, fazemos a construção da imagem do criminoso e, sem o auxílio de elementos externos à criminologia, é difícil promover a desconstrução. Alejandro Poquet, adentrando no diálogo em “El indigno” de Borges, demonstra como a imagem atua a favor do etiquetamento que faz com que o livreiro da rua acabe se comportando segundo a definição que lhe é atribuída: “todos nos parecemos a la imagen que tienen de nosotros. Yo sentiría el desprecio de la gente y yo me despreciaba también”¹⁷⁸.

A fotografia, manifestação artística assim como a literatura, foi um objeto valioso e funcional para o positivismo criminológico. O registro captava objetivamente os traços da desordem e do crime, servindo o visual tão essencial aos criminólogos. Lombroso foi um dos que lançou mão largamente do recurso fotográfico para provar suas observações, fotografando delinquentes, crânios e esqueletos. Borges classificou como medíocre esse recurso e converteu em metáfora o que o positivismo denominou de prova fotográfica.

A imagem do criminoso ameaçava a ideia de progresso, ambas construídas também pelas artes. A escola positivista criminológica nasceu impregnada de romantismo na visão otimista que tinha sobre o progresso e na fé que depositava na ciência: “fue tan grande el optimismo positivista por el cientificismo criminológico que el método natural de observación y clasificación de delincuentes no se podía equivocar, y terminó naturalizando al hombre mirado desde el laboratorio penitenciário”¹⁷⁹. Borges, seguindo por outra via, não depositou em sua literatura crenças semelhantes.

¹⁷⁷ Ibid., p. 80.

¹⁷⁸ Ibid., p. 83.

¹⁷⁹ Ibid. p. 108.

Para ele o nexos causal do método experimental são tão metafóricos como de poetas, falsos ou verdadeiros. Bem pela margem contrária, depositou elementos que demonstram ser completamente cético em relação as premissas que fundamentaram a filosofia positivista. Então, os postulados básicos do positivismo foram alvos de questionamentos na literatura produzida por Borges, colocados em dúvida especialmente quanto à objetividade do método empírico.

Criminólogos positivistas acreditavam que haviam chegado ao criminal como um fenômeno natural, uma realidade que precisava ser atentamente estudada. Já Borges, sempre visto como alguém fora da realidade e, paradoxalmente, é um dos escritores que esteve mais próximo do cotidiano e suas questões, afirmou em diversos momentos que sempre chegou às coisas depois de tê-las sabido através dos livros. Na sua trajetória, os livros têm um primado em relação à realidade e, nisso, está completamente afastado daqueles criminólogos.

A ciência, para Borges, é incapaz de explicar e descrever a realidade sem a complexidade que é própria da literatura. Com o naturalismo literário, no início de sua trajetória, ele impugnou o método científico e enxergou o nacionalismo e o progresso exacerbados como aberrações. Sua literatura, além de não se contaminar com os conceitos positivistas, desautorizou-os e os ironizou. Desconfiando da realidade objetiva em si mesma, ela foi instrumento da arte e do artista. Criticou a realidade da ideologia naturalista, uma vez que, para ele, ela ocuparia apenas um ponto momentâneo e finito onde se atravessariam o tempo e o espaço.

Antecipando-se ao pensamento crítico criminológico, Borges escreveu os artigos “Un Auto de fé” e “Las brujas”, em 1933, indo mais adiante do que foi o *Martelo das feiticeiras*. Nos artigos, revisitou o início das inquisições, com fins explicitamente penais e criminológicos, e ironizou a tortura como método para a confissão, o cárcere e as cerimônias de execução das penas:

[...] de este modo Borges reproduce el laberinto inquisitorial en el cual entraba el torturado sin posibilidad de salida alguna (tampoco para el público espectador), por cuanto si confesaba el delito aceptaba la purificación de las llamas e, en otro supuesto, si resistía la tortura era su cuerpo el que confesaba la posesión diabólica con esa inhumana resistencia, por lo cual las llamas, cortesés, volvían a ser nuevamente las únicas que se tomaban el trabajo de reducir a cenizas ese insoportable peso sobrenatural.¹⁸⁰

¹⁸⁰ Ibid., pp. 146-147.

Diferentemente dos criminólogos positivistas que tinham a cidade desenvolvida e próspera pelo progresso e livre de delinquentes e miseráveis, Borges reconstruiu seu bairro Palermo com característica de violência e marginalidade. O bairro marginal criava intimidade com o espaço e as pessoas que lá habitavam e transitavam, além de discutir as feridas que foram abertas pela visão romântica de progresso. Com nostalgia e melancolia em seu momento mais maduro, o mal estar da mirada positivista é desfiado pelo fio narrativo borgeano. Tomada de assalto pelo progresso positivista e postulados criminológicos, Buenos Aires torna Borges alguém que se sente como um forasteiro que precisa reconstruí-la pelas memórias da sua juventude:

He nacido en otra ciudad que también se llamaba Buenos Aires./
 Recuerdo... cosas de la nostalgia./ ... Recuerdo dos espadas cruzadas que
 habían servido en el desierto./ ... Recuerdo lo que he visto e lo que me
 contaron mis padres./ Recuerdo a Macedonio, en un rincón de una confitería
 del Once./ ... En aquel Buenos, que me dejó, yo sería un extraño./ ... Alguien
 casi idéntico a mí, alguien que no habrá leído esta página,/ lamentará las
 torres de cemento y el talado obelisco.¹⁸¹

A violência, real ou imaginada, estava nos textos de Borges e sem ela seria impossível a descrição dos espaços urbanos. A construção de um bairro violento e marginal na narrativa precisava lidar com a mudança que o progresso já havia impulsionado nesses locais. Poquet destaca que Borges tinha preocupação em descrever os “destinos violentos” e que essa postura, por si só, já era uma preocupação criminológica que foi duradoura em sua vida.

Em Borges, a violência, era inevitavelmente oposta àquela tema dos positivistas, pois em seus escritos ela não era uma questão de ilicitude ou barbárie, mas de subversão dos postulados daquela escola. Criminosos, assim, rompem o discurso borgeano como vítimas corajosas da ordem vigente, perseguidos pela justiça. Tratando também da pobreza, nosso Borges criminólogo a percebeu como uma forma de possuir a realidade, conhecimento que acreditava que faltasse nos ricos. Sob essa visão, ele trabalhou o poeta Evaristo Carriego, que sentiu a pobreza de seu bairro. Os textos do poeta foram importantes para o interesse de Borges na criminologia.

Muito diferente da arte utilizada por Gómez e Ingenieros como ferramenta para corroborar os postulados positivistas, Evaristo Carriego versejou sobre Juan Muraña como símbolo de coragem e vítima do sofrimento causado pela justiça e pela polícia.

¹⁸¹ Ibid., p. 160.

Visão compartilhada, Juan Muraña¹⁸² borgeano é corajoso e homem de palavra, caracterizado como alguém tranquilo, sereno e que não se vangloriava das mortes que provocou nem sobre qualquer uma delas apresentava preferência. Oposto aos positivistas, o personagem não é psicopatologizado, mas suporta indícios de valor, inocência e sensatez. Muraña aparece mais a frente em um conto de Borges retomando a direção contrária aos positivistas.

Por esse movimento que costura sua obra, Borges, como coloca Poquet, criminologicamente, teria sido definido pelos criminólogos argentinos positivistas como um perigo à sociedade porque produziu uma literatura com base na troca de perspectivas. Em sua cosmovisão, destacou os valores positivos do gaúcho na figura de Juan Muraña. Na prosa ou na poesia, a inversão borgeana era um mecanismo para dotar o dito delinquente de subjetividade chegando a conclusões diferentes, completamente distante da pura objetividade positivista. O literato-criminólogo estava à frente da própria história da criminologia e seu curso discursivo.

Na sua literatura, Borges resgatou valores de seus antepassados e dos personagens marginais do subúrbio de Buenos Aires, negando a tese de que no passado teríamos de encontrar a causa de nossa degenerescência. Para isso, até mesmo o tango dos bordeis e do duelo de facas foi explorado em suas produções. Na chamada música da “mala vida”, o passado marginal se reveste de coragem para “dar a los argentinos la certidumbre de haber sido valientes, de haber cumplido ya con las exigencias del valor y el honor”¹⁸³. A coragem discutida por Borges é aquela do passado do gaúcho, que a nenhuma causa serve, e nada tem a ver com a figura histórica dos militares. Ao visitar o passado, ele ressignificou o presente. Mais uma vez, ele demonstrou que a arte pode intervir sobre os fundamentos da ordem vigente trabalhando uma estética da dignidade de homens reais do povo.

O escritor da criminalidade, como era definido, expandiu-se para em uma nova “fase” incluir elementos não só de Palermo e Buenos Aires, mas da cultura ocidental. Todavia, não deixou para trás o gaúcho, o duelo de facas e o tango. Borges transitou, marginalmente, acompanhado dos seus. Repulsivo ao nacionalismo desmedido, seu terreno não tinha limites ou bordas. Novamente se antecipando, demonstrou em alguns ensaios que a inversão aos aspectos positivistas não era possível apenas aos argentinos, mas a todos os sul-americanos. Assim, em 1935, escreve *Historia universal de la*

¹⁸² Figura em “Las misas herejes”.

¹⁸³ POQUET, op. cit., p. 177.

infâmia. “Marginais” não trazem em sua essência a marginalidade. E foi Borges quem nos ensinou.

O crime, borgeamente, é complexo e coletivo. Criticando os sistemas policial e judicial, chegou à crítica da função da pena que relevou sua adesão ao abolicionismo penal. A relativização dos conceitos como “bem” e “mal”, enquanto uma lógica binária limitada, fez com que se afastasse da objetividade ao demonstrar que a generalização dos discursos sobre delitos e delinquentes serve apenas para traçar estereótipos. Com os postulados abolicionistas, Borges mirou naquela noção ontológica de crime, tendo a literatura como forma de renovar esses discursos.

Nosso criminólogo-literato, ou literato-criminólogo, percebeu desde muito cedo que a questão penal está atravessada pelos recursos literários como a metáfora e a imagem. A arte no geral e especificamente a literatura foram ferramentas para as teorias fundantes do positivismo criminológico. Isso, Borges também percebeu. Se a imaginação e a subjetividade eram aspectos importantes para essa escola objetiva, a literatura borgeana os usou para promover inversão do caráter ontológico simplista do crime e da desqualificação do povo. A natureza vacilante daquela ordem criminológica foi, com maestria estética, atingida por Borges com seus labirintos literários.

3 CRIMINOLOGIA E LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: CONSÓRCIO NARRATIVO (DES)QUALIFICADOR

Estamos seguindo o percurso já trilhado por Vera Malaguti para descermos um pequeno trecho do caudaloso rio discursivo que compõe a história dos pensamentos criminológicos. No mesmo sentido, o discurso da narrativa ficcional, a partir da década de 70, pode ser percorrido de forma referencial, mas não necessariamente representativa, para compreender a história da mentalidade construída sobre o povo brasileiro marginal e periférico. Constituído sobre a permanência criminológica positivista, essa parcela do povo a quem chamamos de o outro caminha pela contramão na literatura elegida para descer o rio que não mais se bifurca entre literatura e criminologia. Ao contrário, chegamos ao ponto em que desaguam uma na outra.

Para tanto, caminhamos com Malaguti para iluminar o contradiscurso da truculência em Rubem Fonseca, o contradiscurso da naturalização de traços degenerados em Patrícia Melo, até chegar ao contradiscurso do aplauso à barbárie em Geovani Martins. Esses discursos ficcionais não reafirmam o senso comum a caminhar por esses temas, pois os transgridem ao mesmo tempo que propõem uma mudança de ponto de observação e de protagonismo.

Pela margem do rio discursivo ficcional, demonstram e resistem, cada narrativa a sua maneira e seu tempo, à atualização do inimigo interno desde a redemocratização e à “colonização das almas”¹⁸⁴ em três marcos sociais e literários contemporâneos para explorar como

as condições de produção, que constituem os discursos, funcionam de acordo com certos fatores. Um deles é o que chamamos relação de sentidos. Segundo essa noção, não há discurso que não se relacione com outros. Em outras palavras, os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis.¹⁸⁵

¹⁸⁴ BATISTA, Malaguti. O Alemão é muito mais complexo. In: **Revista Justiça e Sistema Criminal**, Curitiba, v. 3, n. 5, p. 103-125, jul/dez. 2011, p. 110.

¹⁸⁵ ORLANDI, 2020, p. 37.

Antes de iniciar a descida discursiva proposta para tecer os laços da resistência à permanência, a definição angustiante do que possa ser considerada uma literatura contemporânea precisa ser enfrentada a partir das possibilidades que ligam esse conceito ao mundo real. Nesse sentido, estamos aproximados de Karl Erik Schollhammer que, resgatando Roland Barthes, afirma que o contemporâneo é intempestivo, isto é, “o verdadeiro contemporâneo não é aquele que se identifica com seu tempo, ou que com ele se sintoniza plenamente. O contemporâneo é aquele que, graças a uma diferença, uma defasagem ou um anacronismo, é capaz de captar seu tempo e enxergá-lo”¹⁸⁶. Nesse marco, destacamos que

o discurso da segurança passou a ser central nas discussões sobre a qualidade ou possibilidade de vida, referindo pessoas como o motivo dos destinos indesejados: ladrões, comércio ilegal, desvios financeiros, comportamentos indevidos, agressões pessoais, enfrentamento de grupos; enfim as pessoas são o eixo das falas sejam em campanhas eleitorais, em análises institucionais, científicas ou em espaços privados. As pessoas e o controle delas é o que propõe como problema a enfrentar.¹⁸⁷

Assim, reportando-nos à angústia que pode colocar a literatura em um lugar que questione esse discurso sobre pessoas que precisam ser controladas para que se possa assegurar bem-estar e felicidade, esse conceito de contemporâneo é essencial para representar a falta de identificação, uma latente desconexão e inadequação com o presente a que está inserida a narrativa ficcional. Se no discurso jurídico tudo está posto e harmonizado com o presente, na literatura contemporânea o incômodo é fresta urgente para relevar a desarmonização provocada pela subjetividade penal que forjou o outro em nossa mentalidade.

Nesse sentido, “a literatura contemporânea não será necessariamente aquela que representa a atualidade, a não ser por uma inadequação, uma estranheza histórica que a faz perceber as zonas marginais e obscuras do presente, que se afastam de sua lógica”¹⁸⁸. A contemporaneidade torturante, já dizia Loïc Wacquant, é o que flui pelo rio discursivo. E a literatura brasileira contemporânea o movimenta ao assumir que não é possível coincidir com esse presente desconexo e inadequado, mas ainda sim, corajosamente, com ele se compromete. Ela, com suas ferramentas, é dotada de possibilidades para se relacionar com o mundo e com ele interagir mesmo que, como

¹⁸⁶ SCHOLLHAMMER, Karl Erik. **Ficção brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 9.

¹⁸⁷ COIMBRA; SCHEINVAR, op. cit., p. 63.

¹⁸⁸ SCHOLLHAMMER, op. cit., p. 10.

coloca Schollhammer, em uma “temporalidade de difícil captura”. A própria demanda pelo realismo se desenhou nessa consciência de dificuldade de tomada do presente: “o presente contemporâneo é a quebra da coluna vertebral da história e já não pode oferecer nem repouso, nem conciliação”¹⁸⁹. Tampouco os queremos. Ao contrário, essa quebra é a ruptura das permanências que discutimos como nocivas ao povo brasileiro e sobre ela nos debruçamos.

Eni Orlandi discutiu que “o trabalho ideológico é um trabalho da memória e do esquecimento”.¹⁹⁰ Na história da criminologia, por sua vez, lidamos com rupturas e permanências. É com a literatura que objetivamos entender essa costura ideológica que permanece mesmo quando é considerada esquecida. As produções literárias elegidas estão impregnadas dessa tessitura e da vontade de retratar a realidade brasileira pelo ângulo marginal e periférico, o que as tornam completamente afastadas de uma relação ingênua com os indivíduos que nessa margem circulam.

A partir da literatura urbana da década de 70, que se posicionou à contramão do golpe empresarial civil-militar, afastou-se a ficção brasileira do realismo neonaturalista e do intimismo egótico e se apoiou no desejo de relacionar a arte e, mais especificamente, a literatura com a realidade social da qual a narrativa ficcional emergiu, “incorporando essa realidade esteticamente dentro da obra e situando a própria produção artística como força transformadora”¹⁹¹. Ademais, aquele cenário de progresso e de centros urbanos discursivamente construídos pelo olhar romântico dos positivistas também foi uma das principais searas da literatura já nas últimas décadas do século XX, inclusive com narrativas que deram preferência a iluminar o crime e a violência.

Assim, a clara contradição sobre o progresso está registrada na ficção que não se adequou a esse discurso. Essa literatura, então, não ratificou os valores do progresso. Por outro lado, a literatura urbana que surgiu nesse período, paradoxalmente, sintonizou-se com o caos do desenvolvimento brasileiro que deixava de ser rural para ser urbano:

Vista assim, a década de 1960 marca o início de uma prosa urbana arraigada na realidade social das grandes cidades e que, durante a década de 1970, encontra sua opção criativa no conto curto. Os anos 70 se impõem sobre os escritores com a demanda de encontrar uma expressão estética que pudesse responder à situação política e social do regime autoritário. É esta

¹⁸⁹ Ibid., p. 12.

¹⁹⁰ ORLANDI, 2020, p. 47.

¹⁹¹ SCHOLLHAMMER, op. cit., p. 54.

responsabilidade social que se transforma numa procura de inovação da linguagem e de alternativas estilísticas às formas do realismo histórico.¹⁹²

Flora Süssekind se aprofundou sobre a tensão que habitou a dificuldade em representar o ambiente urbano violento na literatura brasileira contemporânea. Na ficção, identificou a tendência de narrativas com imagens fotográficas e jornalísticas para desterritorializar algo que não podia ser representado. Identificando a predominância urbana na imaginação literária brasileira das últimas décadas, destacou que se tornou habitual a presença do criminal e do medo:

[...] a catalogação patológico-criminal [...] de lugares e tipos humanos, o temor da heterogeneidade social, a reiterada criminalização das divisões sociais, o reforço a uma espécie de paranóia urbana endêmica a que responde as classes médias e as elites financeiras [...]. Explicando-se, assim, em parte, em sintonia com essa insegurança generalizada, a popularização das histórias de crime e da literatura policial no Brasil dos anos 1980-1990, de que é exemplar a ficção de Rubem Fonseca.¹⁹³

O imaginário do medo e da violência, para Süssekind, é o que organizou a paisagem urbana que dominou na literatura brasileira desde 1980 paralelamente às crescentes taxas de criminalidade e à evidente pobreza nos centros urbanos. Além disso, os discursos “reorganizaram simbolicamente não só os pânics urbanos, mas igualmente os temores de perda de posição social e propriedade, a instabilidade financeira, dilemas internos e questões sociais estruturais à sociedade brasileira”¹⁹⁴. A demanda por ordem inculcada pelo medo das classes subalternas atravessou e marcou, portanto, a ficção contemporânea.

A construção da mentalidade social branca, elitista e proprietária sustentou o medo do outro como a grande permanência fundamental para manter a engrenagem funcionando a favor de seus interesses culturais, econômicos e políticos. A essa demanda, a literatura brasileira contemporânea não foi indiferente. Não foi por acaso que a criminalização do social se agudizou obsessivamente também na ficção durante a redemocratização e se engendrou por meio do discurso com a construção de estereótipos, os quais foram responsáveis pelo que Süssekind chamou de reterritorialização. O consórcio criminologia e literatura esteve sempre lá.

¹⁹² Ibid., pp. 22-23.

¹⁹³ SÜSSEKIND, Flora. Desterritorialização e forma literária. Literatura brasileira contemporânea e experiência urbana. In: **Literatura e sociedade**, v. 10, n. 8, 2005, p. 65.

¹⁹⁴ Ibid., p. 66.

O cotidiano foi marcado na literatura contemporânea por meio da banalização da violência, já tão comum muito antes na mídia nacional. A literatura, nesse sentido, acompanhou a mentalidade coletiva já aguçada e fomentada pela imprensa. O urbano foi atravessado por uma experiência segregacionista, em que atos de uma criminalidade violenta separaram o *nós* do *eles*. A noção de coletivo foi, assim, destruída e a conciliação não era mais possível em um espaço urbano altamente alimentado pela ideia de conflito e autoritarismo inevitáveis e a literatura, sempre inadequada, caminhava à contramão.

É possível identificar que a produção literária pós-golpe de 1964 tinha forte compromisso, quase uma vocação, com as realidades política e social. Herdeiros inevitáveis desse legado, Rubem Fonseca, Patrícia Melo e Geovani Martins produziram narrativas a partir da margem contrária das tendências afirmativas da mentalidade construída e acumulada em seus respectivos presentes. A ausência de harmonia histórica e discursiva em suas ficções nos apresenta um paradoxo, pois, ainda que motivados por uma certa urgência em se relacionar com essa falta, também se construíram como incapazes de a captar totalmente. Ser um escritor contemporâneo é transitar, portanto, pelas margens paradoxais e sob a sensação constante de ser anacrônico. Em diferentes recortes temporais e sociais, os três autores se aproximam nesses aspectos.

Retomando a descida discursiva proposta, destacamos inicialmente o “brutalismo literário”¹⁹⁵ de Rubem Fonseca como a principal inovação a partir de 1963. Considerado o cânone literário suburbano, figuraram em sua prosa criminosos, prostitutas, mendigos, policiais corruptos, todos compondo uma descrição da realidade marginal de delinquentes e de hipócritas das classes privilegiadas urbanas. A cidade do Rio de Janeiro, na sua prosa, era relativa e promoveu o cotejamento de “uma cidade oficial com uma cidade marginal”.¹⁹⁶ A linguagem mais coloquial, duramente alvo de críticas, foi o mecanismo para delimitar esse movimento da crueldade e objetividade humanas.

O inimigo interno na passagem para a redemocratização brasileira perambulou pelas narrativas de Rubem Fonseca, especificamente o destacamos em alguns contos de *Feliz Ano Novo*. O marco temporal no qual está inserido se sedimentou através da agudização da questão criminal a partir dos anos 70. Localizado próximo ao final da ditadura, no caminho para a redemocratização, quando a questão criminal se agudizou

¹⁹⁵ Assim definido por Alfredo Bosi.

¹⁹⁶ Termos usados por Zuenir Ventura.

obsessivamente, o deslocamento do social para o penal operou a engrenagem e assegurou sua permanência: “é por isso que a saída do ciclo das ditaduras militares produziu o deslocamento do paradigma da segurança nacional para o da segurança urbana que tanta letalidade causou em nossas democracias.”¹⁹⁷ Rubem Fonseca também nos ofereceu as pistas corretas sobre esse deslocamento há muito tempo.

Após 1980, com a democratização, a literatura brasileira seguiu por caminhos estilisticamente um pouco diferentes com a influência da fotografia, do cinema e da publicidade. Patrícia Melo se debruçou sobre essa vertente com o uso de mudanças de foco narrativo, ritmo acelerado e cortes bem típicos ao mundo cinematográfico: “outra característica da ficção que se inicia no início da década de 1990 é a intensificação do hibridismo literário, que gera formas narrativas análogas às dos meios audiovisuais e digitais, tais como as escritas roteirizadas de Patrícia Melo.”¹⁹⁸

No mesmo sentido, também não é possível esquecer que Rubem Fonseca estava na cena com Patrícia Melo nessa mesma década com o seu *Romance negro*.¹⁹⁹ Ainda no mesmo momento, especificamente no conto “A arte de andar nas ruas do Rio de Janeiro”²⁰⁰, Augusto, caminhando pelas ruas da cidade, apresentou o submundo repleto de excluídos e marginalizados aos leitores de *Contos reunidos*. A temática da violência costurou a sociedade moderna nas narrativas de Patrícia Melo e Rubem Fonseca, mas a partir do ponto de vista dos personagens que ocupavam as margens e que ofereciam uma subjetividade fragmentada.

Foi com a passagem da herança da prosa brutalista e das possibilidades criadas por Rubem Fonseca para a prosa ágil de Patrícia Melo é que somos apresentados ao narrador-personagem proveniente do subúrbio de São Paulo em sua trajetória para se tornar um matador de aluguel que extermina os indivíduos que incomodam, subjetiva e objetivamente, aos interesses da alta sociedade. *O matador*, segundo romance de Patrícia Melo, conhece o dentista doutor Carvalho, sendo o primeiro personagem que contratou os seus serviços. Todavia, para que isso fosse possível, antes o dentista criminólogo o inicia nos métodos, vocabulários e argumentos do positivismo criminológico de Cesare Lombroso, tudo enquanto lhe extraia um dente podre. Esse mesmo dentista foi personagem de *O cobrador*, de Rubem Fonseca, que depois de baleado no Rio de Janeiro se muda para São Paulo com justificativas pessoais para se

¹⁹⁷ BATISTA, 2011, p. 109.

¹⁹⁸ SCHOLLHAMMER, op. cit., p. 38.

¹⁹⁹ Publicado em 1992.

²⁰⁰ Publicado em 1994.

tornar um empresário de Máiquel, o matador, ao agenciar as mortes encomendadas. Dos dentes aos delinquentes, os elementos podres precisavam ser extraídos.

Estilhaços narrativos foram oferecidos pela prosa de Patrícia Melo em *O matador* para nos depararmos com a crise de identidade cultural e social de Máiquel, que foi se acentuando durante seu trajeto na narrativa enquanto é ovacionado pelos grandes industriais de São Paulo como o exterminador de pobres e delinquentes, mas ao final do romance percebe-se também um alvo vulnerável. Ainda que tenha ocorrido uma abertura política nesse período que os críticos literários denominam de literatura pós-moderna com o retorno à democracia, Patrícia Melo está inserida no legado político iniciado por Rubem Fonseca e caminha na mesma margem contrária.

Com *O matador*, o leitor é posicionado frente aos aparatos do positivismo criminológico, legados do século XIX, que entrou e permanece como uma luva no Brasil, ao mesmo tempo que toda a sua parafernália é desconstruída pela trajetória de Máiquel. O desnudamento dessa estrutura fundamental indica o trajeto que a mentalidade brasileira percorreu até desembocar na construção do outro através de imagens e discursos. Máiquel, nosso narrador personagem, acessa pela primeira vez as teorias de Cesare Lombroso por meio dos grandes empresários e industriais de São Paulo, os mesmos que contrataram seus serviços de matador de aluguel para eliminar não sujeitos indesejáveis. É Lombroso quem está no discurso do dentista doutor Carvalho para tornar Máiquel peça da engrenagem que alimenta a permanência do método e a seleção do objeto.

Ao ser manipulado de acordo com os interesses da elite financeira paulista, o contumaz matador detecta a engrenagem da estrutura que o tornou algoz dos seus pares em cada palavra, gesto e aparato e se reconhece como o próximo alvo dos discursos e estratégias de extermínio da classe que domina os interesses econômicos em São Paulo. Nosso anti-herói, que antes ascendeu socialmente na narrativa como um herói positivista, conhecedor das ferramentas desqualificadoras, transcendeu-as e se emancipou, para nós, como metáfora de uma possibilidade de resistência no meio de uma engrenagem de moer gente ao gosto antigo e já conhecido do domínio do capital.

Descendo ainda pelo consórcio narrativo criminológico em busca de ferramentas para qualificar esse outro-povo-brasileiro, o aplauso a respeito dos discursos e métodos para a neutralização e o extermínio, chamados comumente de pacificação, insurgem estilhaçados e vulneráveis em *O Sol na cabeça*. Com um vocabulário que cirurgicamente entendeu e expôs a situação bélica em que as favelas cariocas se

encontram cotidianamente, a política de combate às drogas é analisada e desmontada por dentro.

Esse discurso inovador e necessário oferece ao outro a possibilidade de resistência contra as permanências discursivas sobre corpos especificamente selecionados, estratégias que sempre cercaram o povo brasileiro desde o transplante das teses positivistas no século XIX. O pobre, preto e periférico – a tríade da desgraça ontológica do inimigo interno - circundam os pesadelos da elite financeira carioca. Essa ameaça à ordem estabelecida e a lugares pré-determinados por nossa história social racista e desigual ainda se faz presente e se projeta ao futuro por meio de mecanismos de criminalização, controle e extermínio sedimentados na construção do outro inimigo. Todavia, a contraeducação punitiva também caminhou pelo discurso literário de Geovani Martins para representar o sequestro sobre a figura do outro para a construção da mentalidade brasileira.

A geração literária da qual faz parte Geovani Martins herdou muito de Rubem Fonseca e de Patrícia Melo, principalmente no que diz respeito ao sentimento de inadequação e anacronismo de um método que não pode mais permanecer. Essa geração tem como “característica comum [...] sua heterogeneidade e a falta de característica unificadora, a não ser pelo foco temático voltado para a sociedade e a cultura contemporâneas, ou para a história mais recente tomada como cenário e contexto”²⁰¹.

Produção ficcional atravessada pelas contribuições do brutalismo literário de Rubem Fonseca e da prosa ágil e cinematográfica de Patrícia Melo, Geovani Martins ganhou destaque na cena literária para representar a resistência pessoal de um autor que já foi homem-placa nas ruas do Rio de Janeiro. Ademais, a continuação de elementos que surgiram nas décadas anteriores e pelo retorno de temas e formas que emergiram na década de 1970 costuram suas narrativas para inverter o monopólio discursivo. A linguagem reconstruída em cada conto nos parece representar lugares já demarcados e previsíveis daqueles personagens, mas a intuição se supera com a inadequação que sentem com o presente em que estão inseridos: a crueldade e o esquadrinhamento de suas figuras se tornou potência social e estética para resistir.

As UPP's e o estereótipo de meninos pretos e pobres, por exemplo, são desnudados: a realidade é completamente outra quando observada de dentro e narrada pelo estereotipado. Como diz o narrador antenado de “A história do Periquito e do

²⁰¹ SCHOLLHAMMER, op. cit. p. 35.

Macaco”: “ninguém sabe o que se passa aqui dentro”. Os discursos antes usados pelo positivismo criminológico e que são gestados pela sua atrasada permanência foram subvertidos. Assim, a qualificação do outro se torna possível ao mesmo tempo que implode nossa forma de senti-lo, a qual precisou sempre sequestrar sua figura para identificá-lo como delinquente e assustador e inculcar discursos e métodos. As vozes silenciadas foram ao centro do discurso como protagonistas de seus destinos para estudar as relações humanas e a afetividade criminal em nossa margem periférica. Geovani Martins, recolhendo as pistas deixadas, não nos permite esquecer que a estrutura positivista ainda respira no presente.

Os três autores contemporâneos escolhidos, portanto, estão atravessados pelos diversos fios que constituem suas prosas. “O outro” tão menino em Rubem Fonseca, *O matador* de Patrícia Melo e o estudante de Geovani Martins em “Espiral” se aproximam muito de nosso já discutido Borges criminólogo. Todos esses personagens ficcionais ensinam à criminologia a resistir aos pressupostos do positivismo criminológico e à ideia romântica de ordem e progresso, tudo propositalmente desgastado pelos discursos narrativos para demonstrar sua obsolescência. Além disso, o mesmo caminho trilhado por Borges, sempre a frente de seu tempo, foi trilhado por nossos heróis marginais elegidos e reais do povo. A coragem, a resistência e a inversão, que viveram em Juan Muraña, também vivem em contemporâneos como Máiquel.

O método classificatório foi e é o mesmo, mas a resistência, se reinventada pela literatura, proporciona novidade metodológica e cria possibilidades. O medo do outro sempre foi produzido primeiro pelo discurso, muito calcado pelo senso comum e em grande parte fomentado pelos meios de comunicação de massa. Ele fabricou e ainda sustenta estereótipos de inimigos que tornam o sentimento de medo uma estética que costura a história brasileira, proporciona uma maneira de interpretar a realidade, fazendo e se refazendo também no discurso literário. Na contramão, a literatura contemporânea brasileira desconstruiu a figura ameaçadora do outro, que sempre teve que se sujeitar a sua desqualificação espiritual, humana, social e jurídica, um verdadeiro sequestro de almas bem sucedido através do transplante de teorias que atravessaram oceanos. Para negá-las, sobre elas descenderemos.

3.1 Literatura, criminologia e territórios: o medo é a ordem

O medo do outro tem a capacidade de delimitar territórios e espaços. No contexto marginal e urbano estudado, a construção da figura temida demarca quem são os indivíduos que possuirão acesso a espaços urbanos com dignidade ou não. Nos grandes centros, a política habitacional, ou mesmo sua ausência, vai delegar um lugar específico, concentrado e monitorado para depositar esse que foi construído desde o século XIX na sociedade brasileira e que não pode ser onipresente porque perigoso.

Os espaços públicos se constituíram sobre o discurso do medo do outro e, por isso, foi preciso criar um inimigo comum. Especialmente no Rio de Janeiro, a elite financeira e branca precisou lidar “cotidianamente com a insurreição negra e com os desdobramentos do fim da escravidão no seu cotidiano”²⁰². A representação mental e as fantasias discursivas sobre o outro eram brutais devido ao fim da escravatura e, conseqüentemente, produziram estratégias para a contenção porque indivíduos ameaçadores. Assim, concentrar o discurso temeroso em uma parcela da população foi e segue sendo método estrategicamente difundido.

Centrando as lentes ainda especificamente sobre o Rio de Janeiro, as Unidades de Polícia Pacificadora caíram nas graças da população e da grande mídia empresarial. A promessa de criar verdadeiros campos de concentração a céu aberto para controlar marginais e periféricos na cidade, agora com corpos palpáveis, era tentadora. O Estado penal entrou com o pé na porta, enquanto o Estado do bem-estar social fora arremessado pela janela. Relembremos o que disse Loïc Wacquant sobre a destruição do *welfare state* nos Estados Unidos através de medidas policiais muito populares que objetivavam uma verdadeira caçada aos mais pobres.

A respeito dessa “pacificação” nas favelas do Rio de Janeiro, Vera Malaguti discutiu as contradições das UPP’s no morro do Complexo do Alemão. Dois aspectos foram cruciais para a crença nessas unidades: o caráter econômico e o papel da mídia.

É por isso que afirmamos que a grande política social da contemporaneidade neoliberal é a política penal. A qualquer diminuição de seu poder os meios de comunicação de massa se encarregam de difundir campanhas de lei e ordem que aterrorizam a população e aproveitam para se reequipar para os “novos tempos”. Os meios de comunicação de massa, principalmente a televisão, são hoje fundamentais para o exercício do poder de todo o sistema penal, seja através dos novos seriados, seja através da fabricação de realidade para produção de indignação moral, seja pela fabricação de estereótipo do criminoso.²⁰³

²⁰² BATISTA, 2003, p. 85.

²⁰³ Ibid., p. 33.

Os meios de comunicação de massa desempenharam a função de elaborar um discurso de aceitabilidade e, sobretudo, de necessidade das Unidades de Polícia Pacificadora para reconquistar e controlar territórios, agindo com verdadeira agência executiva do sistema penal. Afinal, “a subjetividade punitivo-penal opera inventando regras e castigos em nome da segurança.”²⁰⁴ A ocupação militarizada em diversas favelas cariocas só foi possível porque, antes, deu-se a ocupação discursiva sobre essa estrutura pacificadora inevitável. Pensando sobre esses espaços físicos e discursivos politicamente, precisamos destacar que

O fato de as UPPs estarem restritas ao espaço de favelas, e destinadas a algumas delas, já seria um indício luminoso para desvendar o que o projeto esconde: a ocupação militar e verticalizada das áreas de pobreza que se localizam em regiões estratégicas aos eventos desportivos do capitalismo vídeo-financeiro. [...] Com isso, queremos frisar que as UPPs aprofundam as desigualdades e as segregações socioespaciais no Rio de Janeiro.²⁰⁵

Estudando aspectos de metodologia geográfica e junto a algumas teses de Loïc Wacquant, Maria Adélia Aparecida de Souza conceituou território usado e suas modernizações para compreender como os territórios são utilizados pelos diversos componentes do sistema de justiça criminal, tais como os sistemas penal, policial e Judiciário. Seguindo esse caminho, a professora destacou que “onde não há modernização do território as instituições da justiça também estão ausentes [...] Ou, quando existem, exercem um papel exclusivamente voltado à segurança patrimonial, não à segurança pública”²⁰⁶. As UPP’s estiveram diretamente aderidas a essa lógica para controlar uma massa de despossuídos por meio de uma cultura de extermínio sobre territórios aonde só chegou o Estado de polícia, ignorando a desigualdade e a segregação das pessoas que vivem nos espaços controlados por essa gestão policial da vida. Segurança pública, nesse sentido, é a defesa da ideologia de uma classe dominante de consumo.

Atendendo a uma demanda por ordem muito clara e atual, esse mecanismo de segurança pública justificou e segue justificando o combate à violência também com violentas abordagens e tecnologias. Contra o traficante de entorpecentes tudo é permitido e necessário, pois essa figura interna do espaço urbano promove medo e

²⁰⁴ COIMBRA; SCHEINVAR, op. cit., p. 63.

²⁰⁵ BATISTA, 2011, p. 105.

²⁰⁶ Ibid., p. 128.

sensação de insegurança. Os discursos pulverizados pelos meios de comunicação de massa não deixaram nem por um segundo de produzir, gerir e manter a subjetividade brasileira amedrontada a ponto de ao vivo transmitir toda a ação policial e militar da retomada do Complexo do Alemão. Discurso e método estiveram muito alinhados e caminhar pela contramão dessa demanda é percorrer também sobre as permanências que nos trouxeram até esse modelo.

A palavra pacificação arrasta consigo um elemento de pressuposição muito importante para o desdobramento de uma análise materialista do discurso. Pacificar pressupõe dois polos diametralmente antagônicos, sejam físicos sejam fictícios. O conflito é, por isso, elemento fundamental e antecede o desenvolvimento da ideia de pacificação. O imprescindível, nesse ponto, é que possamos depreender a clara demarcação entre o *nós* e o *eles*. Mais do que um mero apontamento vocabular, a cisão conflitiva pressuposta desloca questões sociais muito maiores.

Historicamente, não é possível ignorar que os termos “pacificação” e “pacificador” foram, e ainda são, adjetivos que agregaram valor a Duque de Caxias, a quem foi incumbida a tarefa de centralização do Império brasileiro por meio de extermínios de pessoas do povo. O oficial do Exército Brasileiro foi homenageado, ironicamente, com um pantheon na Central do Brasil do Rio de Janeiro, precisamente no maior ponto de escoamento de transporte metroviário da cidade. O trem, metáfora em movimento do apartheid social urbano, é resultado da pacificação iniciada há muito tempo, entre o *nós* e o *eles*.

Os pobres resistentes, exímios não sujeitos, nunca poderiam ter êxito enquanto insurretos e, por isso, “a pacificação tem, então, esse sentido histórico da crueldade na História do Brasil”²⁰⁷. Com as Unidades de Polícia Pacificadora não poderia ser diferente, pois o termo, por si só, revela a permanência cruel de seu método. O Estado de polícia foi bem aclimatado ao longo da história da mentalidade brasileira e, como afirmou Vera Malaguti, antes de controlar e ocupar territórios, ele já havia ocupado e controlado almas. Naturalizamos a guerra contra nós mesmos e tudo mais que ela provoca. Afinal, danos e consequências sempre foram, no jargão militar, necessários.

Enquanto o espaço físico do Rio de Janeiro foi gerido pelo método de extermínio e controle vendido sobre o deglutível discurso da pacificação, a narrativa ficcional brasileira contemporânea promoveu ruptura e resgate desses espaços para oferecer o

²⁰⁷ Ibid., p. 107.

olhar de dentro. Os meios de comunicação de massa trabalharam arduamente para mostrar as consequências positivas da pacificação, ainda que tenha custado o extermínio. A literatura, pelo outro lado da margem, ofereceu o olhar interno a partir de uma boa conversa de um narrador que retorna à favela, agora pacificada. Foi Geovani Martins quem nos ofereceu essa possibilidade.

Sobre a questão dos territórios excluídos e controlados, o vocabulário em “A história do Periquito e do Macaco” é extremamente cirúrgico para representar pelo discurso do outro, internamente, sua perspectiva completamente diversa daquela promovida pelas agências de segurança pública e pelos meios de comunicação de massa. Avançando taticamente sobre o território que lhe foi subtraído pelo Estado de polícia, constata-se que, se a UPP “invadiu” o morro, temos no discurso literário a identificação de que a favela e o asfalto são espaços em aberto confronto. O cenário, portanto, é bélico e permite compreender “a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”²⁰⁸.

Total sintonia se desenha: para um modelo militar de ocupação de regiões transplantado dos moldes norte-americanos, aqui aclimatado em um formato pior do que aquele, precisava-se construir a imagem de um território bélico e ameaçador. Métodos, discursos, armas e tecnologias, tudo, foi transposto para iniciar a experimentação: “a pacificação e a ocupação de algumas favelas do Rio se deu em forma de guerra, com o apoio das Forças Armadas nacionais instituindo uma gestão policial e policialesca da vida cotidiana dos pobres que lá habitam”²⁰⁹.

A inversão segue pelo conto, pois o comércio de drogas é na narrativa um “movimento” e, por isso, resiste: “nessa que o movimento se levantou de novo, desentocou os fuzil, botou mais gente pra trabalhar, espalhou na moral os vapor, os atividade, pra voltar fazer dinheiro”²¹⁰. Além de resistir, os indivíduos ali envolvidos se percebem como assustadores e perigosos pelo processo que os demonizou como os inimigos da sociedade desde os primeiros passos após a saída da ditadura.

No conto, encontramos um narrador personagem que retorna à favela da Rocinha tempo depois da instalação das UPP’s. Na narrativa, ele conta aos seus como se deu esse movimento completamente consciente de que aquela política “pacificadora”

²⁰⁸ ORLANDI, 2020, p. 13.

²⁰⁹ BATISTA, 2011, p. 108.

²¹⁰ MARTINS, op. cit., p. 38.

atendia a uma demanda por ordem específica da sociedade que já havia os excluído territorialmente:

Melhor coisa que tu fez, meu mano, sem neurose, foi ter se adiantado lá pro Ceará naquela época, papo reto. Bagulho ficou doido, os polícia sufocando, invadindo casa, esculachando morador por qualquer bagulho. Tu tá ligado como eles é. Ainda mais com jornal tudo fechando com eles, tinha que ver. Os maluco achava uma pistola entocada, meia dúzia de radinho, pronto, já era primeira página, e vagabundo acreditando que eles ia acabar com o movimento. Tem que ser muito otário, papo reto. Pergunta lá quantos fuzil eles achou, quantas carga grande, quantos bandido quente eles prendeu. Eu fico de bobeira quando dou um rolé na pista e vejo que nego não sabe de nada que acontece aqui dentro.²¹¹

A farsa é exposta pelo discurso literário. Se as UPP's não deram o retorno tão almejado para combater o tráfico, qual seria então sua real função? A resposta está no método e no objeto visado. As políticas estatais de controle dos pobres, difundidas pela ampla cobertura da mídia, prometeram segurança pública, mas não admitem que os territórios aos quais se comprometeram levar a bandeira da pacificação são, por seu passado histórico, econômico e social, plurais e desiguais. A confusão entre a imagem de pacificação e massacre se naturalizou muito friamente no Brasil para aceitar este como uma consequência natural e inevitável daquela. As UPP's fomentaram a inculcação coletiva de que a vida no Estado de polícia é boa e necessária.

Não é preciso reafirmar que segurança pública, esse mercado altamente lucrativo se vendido como salvação para grandes cidades, é mero controle de pobres que resistem aos movimentos violentos do capital video-financeiro. “A segurança pública somente existe quando ela decorrer de um conjunto de projetos públicos e coletivos que foram capazes de gerar serviços, ações e atividades no sentido de romper com a geografia das desigualdades no território usado”²¹², o que definitivamente não ocorreu. Desde a implementação das UPP's, já malhadas antes de nascer, constata-se que no quesito “segurança pública”, ou mesmo saúde pública para alguns, nada mudou. Ainda que se queira negar os fatos, o conto através do olhar interno do morador da favela explicita pela contramão:

Quando a UPP invadiu o morro, era foda pra comprar bagulho. Maior escaldação; ninguém queria botar a cara pra vender, só tinha criança trabalhando de vapor. Uns moleque de oito, nove anos. Tinha vez que sentia até pena de ver as criança naquela situação, mas o papo é que a gente se

²¹¹ Ibid., pp. 37-38.

²¹² BATISTA, 2011, p. 106.

acostuma com cada bagulho sinistro, que pena é coisa que dá e passa rápido; geral continuou comprando droga.²¹³

A situação das pessoas que vivem nas regiões onde foram instaladas as UPP's piorou muito. O tráfico e o confronto coexistiram e criaram meios curiosos para essa dinâmica. Em “A história do Periquito e do Macaco”, novamente o vocabulário é preciso, pois o comércio de drogas é narrado como uma forma de trabalho para muitas das pessoas que vivem na região. Um destino muitas vezes inevitável quando o único Estado que avança sobre seu território é o penal.

O narrador segue conto adentro descrystalizando o discurso do consenso sobre as UPP's:

Depois que tava geral achando que o pior já tinha passado é que entra no história o Cara de Macaco. Era um filho da puta de um tenente que chegou metendo bronca. O que dava mais ódio era que o bagulho dele não era nem pegar traficante não. Bagulho dele era pegar viciado. Ele falava que só existia traficante porque existia viciado.²¹⁴

O consenso muito simplista sobre a questão das drogas está embutida na figura do tenente caricato e animalesco. Além disso, o tratamento dado aos usuários da favela da Rocinha é de repulsa e repressão violenta, motivo de toda a criminalidade carioca, enquanto o filho do desembargador pode subir e descer livremente o morro para se abastecer de mercadoria sem ser esculachado pelos agentes da lei e da ordem, militares ou civis:

Mas o caô estourou de vez quando ele pegou um playboy descendo a ladeira da Cachopa. O playboy tava levando maconha, pó, balinha, lança-perfume e o caralho na mochila. O Sushi trouxe ele aqui pra fazer a compra do mês. [...] o playboy não peidou não, começou a discutir com ele, foi se crescendo. Ele ficou logo de pé atrás, pro maluco meter uma dessa pra ele só podia ser costa quente. E era, o pai do menó era juiz, desembargador, sei lá, um bagulho desses que deixa os polícia com o cu na mão.²¹⁵

Em seguida, enraivecido, espumando que nem cachorro, devido à castração de seus afetos punitivos e de sua prática abusiva, o Cara de Macaco sai morro afora procurando usuários pobres da favela para violentar e reprimir. Alguém precisava pagar a conta dos privilégios dos mais ricos e poderosos. Afinal, como não seria mais

²¹³ MARTINS, op. cit., p. 37.

²¹⁴ Ibid., p. 39.

²¹⁵ Ibid., pp. 40-41.

ofensivo à segurança e à saúde públicas um cigarro de maconha do que mais pó, balinha e lança-perfume em quantidade suficiente para um mês?

Essa distinção da atuação policial também surge em “Rolézim”, também em *O Sol na cabeça*, quando os maconheiros playboys das praias cariocas recebem praticamente um serviço personalizado de escolta policial para consumirem suas drogas em plena luz do dia e a céu aberto. Os meninos pretos e pobres que descem do morro para as praias, por outro lado, são duramente reprimidos nas orlas cariocas e na volta para casa estão sujeitos a típica e previsível dura policial nos pontos e no transporte público. Todavia, o discurso interno avalia cristalinamente a realidade experimentada:

O bagulho era que tinha uns cana ali parado, escoltando nós. Tava geral na intenção de apertar o baseado, e os cana ali. Esses polícia de praia é foda. Tem dia que eles fica sufocando legal. Eu acho que das duas uma: ou é tudo maconheiro querendo pegar a maconha dos outro pra fazer a cabeça, ou então é tudo traficante querendo vender a erva pra gringo, pros playboy, sei lá. Sei é que quando eu vejo cana querendo muito trabalhar fico logo bolado. Coisa boa num é!²¹⁶

A neutralidade nunca existe nos discursos que produzimos e algumas agências cristalizam alguns discursos mais do que outros. Os famosos rolezinhos, por si só, são um fenômeno de ocupação pelo outro em lugares que sempre lhes foram negados como shoppings centers, praias e parques públicos. Em muitos casos, os encontros, ainda que não tenham qualquer intenção criminosa e ilegal, tornam-se alvo de investigação policial. Os meios de comunicação de massa contribuem para o estereótipo dos encontros “denunciando” arrastões e tumultos:

Clientes relataram que houve tumulto nos corredores do centro comercial. Embora não tenha havido registro de feridos nem roubos, pelo menos 22 suspeitos foram levados para uma delegacia da cidade na região metropolitana de São Paulo. Eles foram averiguados e liberados em seguida. [...] Dez equipes da Polícia Militar foram mobilizadas. Não houve registro de furtos, porém, quatro participantes foram detidos.²¹⁷

Os comerciantes e a elite branca se colocam ao lado do discurso que de o acesso a esses lugares, sejam públicos sejam privados, incomoda as pessoas que sempre o frequentam e consomem produtos e serviços ali vendidos e, tomados pelo horror, fecham as portas dos estabelecimentos. Todavia, esses mesmos discursos ignoram que

²¹⁶ Ibid., p. 12.

²¹⁷ Conheça a história dos “rolezinhos” em São Paulo. **G1**, 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/01/conheca-historia-dos-rolezinhos-em-sao-paulo.html>. Acesso em: 15 dez. de 2022.

os indivíduos que participam do movimento foram e são constantemente reprimidos no seu direito ao lazer. Tornando o quadro mais assustador, liminares na Justiça começaram a ser concedidas para impedir o rolezinho, estipulando inclusive multas para os jovens que descumprissem a decisão. O sistema jurídico burguês, mais uma vez, escolheu o discurso que o sustenta mesmo que sempre fique registrada a ausência de danos ou atos violentos nessas ocasiões. Sintoma da permanência, é o puro controle sobre o deslocamento do outro indesejado.

Em “Rolézim”, o discurso é completamente combativo ao demonstrar as reais intenções dos jovens que integram esse movimento: ir à praia e desfrutar do lazer digno como qualquer outro cidadão. Esse percurso contrário feito pela narrativa ficcional explicita muito bem através do olhar interno desse outro que narra como não importa o que é feito, mas quem o faz. Espaços públicos ou privados que são demarcados pela segregação social e pelo consumo são defendidos por um discurso que corrobora o mito da democracia racial já implodido por Abdias Nascimento.

O mito está também explicitado na farsa que representam as UPP’s. No desfecho do conto da “História do Periquito e do Macaco”, as contas são acertadas com o Cara de Macaco. Após uma cilada armada pelo Periquito da Rajada, o tenente exterminador de viciados é morto e seu corpo incinerado. Como já conhecido pela prática policial no Rio de Janeiro, nos dias seguintes, diversas operações policiais ocorreram no morro: “[...] como é o caso emblemático do Trovão, policial civil incensado pela mídia no primeiro massacre do Alemão, em que aprecia fumando um charuto sobre corpos negros e ensanguentados num beco dessa favela, trajando roupas de guerra”²¹⁸.

As alcunhas não poderiam ser mais representativas. Entre Trovões das operações militarizadas no Complexo do Alemão e os Caras de Macacos das narrativas ficcionais que transitam pela favela da Rocinha, os métodos sempre são mesmos e antecipados pela ratificação midiática que fomenta a opinião popular. O conto foi além com o desfecho de Cara de Macaco, promovendo sua desqualificação enquanto figura heroica e contrastando com a qualificação de figuras como essas nos jornais de todos os dias:

Depois que não acharam de jeito nenhum o corpo do Cara de Macaco, saiu uma foto no jornal falando assim: ‘Filhos choram no enterro simbólico do tenente Roberto de Souza’. Papo reto, até eu que odeio polícia, na hora senti um pouco de pena, vendo as criança naquela situação.²¹⁹

²¹⁸ BATISTA, 2011, 109.

²¹⁹ MARTINS, op. cit., p. 43.

A ocupação e delimitação dos territórios urbanos é uma permanência. A cada lugar um indivíduo. Mesmo a praia, símbolo do espaço mais democrático do Brasil, é descristalizada pela narrativa ficcional. Seguindo com *O Sol na cabeça*, “Rolézim” nos apresenta um jovem narrador personagem que só queria ir à praia com seus amigos pois sua caxanga estava quase derretendo. Enquanto o discurso comum e vendível no verão carioca é de que meninos como esse se deslocam para as praias para cometer típicos crimes patrimoniais, o narrador, Vitim, Poca Telha, Tico e Teco relatam que só querem “curtir uma praia”: “só queria curtir mermo uma praia, fumar meu baseadinho na humilde”²²⁰.

Nesse conto, o vocabulário também é muito preciso para demonstrar o olhar do outro. Tráfico ou compra de drogas não existem na linguagem dos moradores da região, uma vez que o termo utilizado é “varejo”. No mesmo sentido, o bélico está presente na linguagem literária com “operações” policiais e militares que vitimaram pessoas próximas ao narrador, confirmando a saída do modelo sanitário:

Operação mermo só teve quase uma semana depois, que foi até quando tiraram a vida do Jean. Sem neurose, gosto nem de lembrar, tu tá ligado, o menó era bom. Só queria saber de jogar o futebol dele, e jogava fácil! [...] Esses polícia é tudo covarde mermo, dando baque no feriado, com geral na rua, em tempo de acertar uma criança. Tem mais é que encher esses cu azul de bala. Papo reto.²²¹

Na ida à praia, o narrador nos apresenta o cenário sempre demonizado pelas reportagens que povoam o verão carioca:

O piloto nem roncou quando nosso bonde subiu na traseira, o ônibus tava como, lotadão, várias gente, cadeira de praia, geral suado, apertado. Tava osso. [...] Mataram um boliviano na areia, aí os cana tava sufocando na praia, com medo de morrer mais gente, se pá até um morador ou um gringo, e aí ia dar merda braba, tá ligado? Manchete no jornal, *Balanço Geral*, esse caô.²²²

Seguindo o rito sistemático da política carioca de segurança pública, o narrador se encaminha para o desfecho angustiante do conto quando rola o “caô”. Quando os meninos estão seguindo para o ponto de ônibus, avistam policiais “dando dura” em outros menores postos em fila com a cara virada para o muro. Vistos por um dos policiais que os manda encostar, o que se segue é muito mais do que próximo à realidade: “aí veio com um papo de que quem tivesse sem dinheiro da passagem ia pra

²²⁰ Ibid., p. 14.

²²¹ Ibid., pp. 11-12.

²²² Ibid., pp. 11-14.

delegacia, quem tivesse com muito mais que o da passagem ia pra delegacia, quem tivesse sem identidade ia pra delegacia”²²³.

O olhar e a linguagem, que agora internamente propõem uma elucidação ao estereótipo dos meninos pretos e pobres “soltos” pela cidade, promovem um giro de observação de enunciação do narrador que explicita como esses indivíduos não são considerados dignos para desfrutar de um espaço público como a praia com toda a contradição que esse espaço congrega. O simples lazer quase sempre lhes custa a dignidade e, em alguns casos, também a vida:

Não pensei duas vezes, larguei o chinelo lá mermo e saí voado. O cana gritou na hora que ia aplicar. Passei mal, papo reto, fui correndo com o cu na mão, queria nem olhar pra ver qual ia ser. Lembrei do meu irão, de nós jogando golzinho na rua. [...] Eu tava correndo quase que nem ele, no desespero. Quase chorei de raiva. [...] Meu corpo todo gelou, parecia que tava feito. Era minha vez. Minha coroa ia ficar sem filho nenhum, sozinha naquela casa. [...] Eu não sei como conseguia correr, menó, papo reto, meu corpo toda parecia que tava travado, eu tava todo duro, tá ligado? Geral na rua me olhando. Virei a cara pra ver se ainda tava na mira do verme, mas ele já tinha dado as costas pra continuar revistando os menó. Passei batido!²²⁴

O narrador sabe que existe uma espécie de destino traçado para ele e para os seus pares, meninos como ele e como tantos outros a quem conta seu relato. A perspectiva invertida, a visão do outro que se reconhece como alvo inevitável de toda a repressão, é o que possibilita identificar a permanência do positivismo criminológico como cultura na sociedade brasileira como delimitador de espaços acessíveis ou não a esses indivíduos estereotipados para se encaixar na “dura policial”.

Os grandes centros urbanos, o espaço do outro e toda a segregação social estiveram presentes também nos contos de Rubem Fonseca em *Feliz Ano Novo*. O escritor que se formou em direito e conhecia bem as delegacias de polícia teceu a representação de como indivíduos marginais eram empurrados para regiões específicas das cidades, cada vez mais afastados dos centros urbanos de consumo. Personagens que vivem sob a sombra criam meios para sobreviver, o que inevitavelmente incomoda o sistema das classes dominantes já que o outro se atreveu a resistir.

No conto “Feliz Ano Novo”, Rubem Fonseca nos posiciona em outro ponto de observação e com uma linguagem que dá conta da inversão proposta. Experimentando novo método, a narrativa exprime a voz do outro que está vendo pela televisão propagandas de lojas que vendem roupas bacanas para as madames usarem no réveillon

²²³ Ibid., p. 15.

²²⁴ Ibid., pp. 15-16.

e de comidas e bebidas finas que já tinham esgotado no estoque. O narrador, entretanto, diz a seu amigo Pereba – sem dentes, vesgo, preto e pobre - que vai esperar amanhecer para pegar cachaça, galinha morta e farofa das oferendas. Assim, já nas primeiras linhas, a narrativa delimita espaços e realidades completamente opostas.

Enquanto “as madames granfas tão todas de roupa nova”, o narrador pensa que queria ser rico também e “sair da merda em que estava metido”. Afinal, tinha tanta gente rica por aí, e ele estava fudido. Em seguida, Zequinha chega para se unir ao narrador e ao Pereba e conversando relembram do que aconteceu com alguns conhecidos que experimentaram métodos específicos da forças de segurança:

A barra tá pesada. Os homens não tão brincando, viu o que fizeram com o Bom Crioulo? Dezesseis tiros no quengo. Pegaram o Vevé e estrangularam. O Minhoca, porra! O Minhoca! Crescemos juntos em Caxias, o cara era tão míope que não enxergava daqui até ali, e também era meio gago – pegaram ele e jogaram dentro do Guandu, todo arreventado. Pior foi com o tripé. Tacaram fogo nele. Virou torresmo. Os homens não tão dando sopa, disse Pereba.²²⁵

Enquanto fumam, os três famintos na véspera do ano novo decidem assaltar uma casa bacana que possa estar dando festas. O nada *versus* tudo é o mote para “invadir”, verbo presente no conto, um espaço que a eles sempre foi negado acesso. Seguindo para a direção de São Conrado, elegeram a casa perfeita e entram pela porta principal, muito distante da entrada dos fundos ou da entrada de serviço normalmente destinadas a pessoas como eles. Anunciando o assalto, o narrador adverte que, se todos ficarem quietos, ninguém se machuca. Vinte e cinco pessoas deitadas no chão experimentam o assombroso encontro com o outro.

O humor de Rubem Fonseca atravessado pelo brutalismo é chave de uma narrativa que qualifica e humaniza o outro e estilhaça os afetos punitivos. A empatia se estabelece pelo humor e a brutalidade se torna método para colocar o outro como protagonista em um espaço em que sempre fora coadjuvante:

Tinha um anel que não saía. Com nojo, molhei de saliva o dedo da velha, mas mesmo assim o anel não saía. Fiquei puto e dei uma dentada, arrancando o dedo dela. Enfiei tudo dentro de uma fronha. O quarto da gordinha tinha as paredes forradas de couro. A banheira era um buraco quadrado grande de mármore branco, enfiado no chão. A parede toda de espelhos. Tudo perfumado. Voltei para o quarto, empurrei a gordinha para o chão, arrumei a colcha de cetim da cama com cuidado, ela ficou lisinha, brilhando. Tirei as

²²⁵ FONSECA, op. cit., p. 11.

calças e caguei em cima da colcha. Foi um alívio, muito legal. Depois limpei o cu na colcha, botei as calças e descii.²²⁶

Em seguida os três assaltantes se fartam com a comida e separam também muitas coisas para levar, até o momento em que um dos homens refinados da casa, com um lenço de seda colorido em volta do pescoço, diz que eles podem levar tudo, comer e beber à vontade. Esse discurso desemboca em um contradiscurso do narrador que, sem dúvida, é o mais simbólico de toda a narrativa: “filha da puta. As bebidas, as comidas, as joias, o dinheiro, tudo aquilo para eles era migalha. Tinham muito mais no banco. Para eles, nós não passávamos de três moscas no açucareiro”.²²⁷ Na sequência, com toda educação e requinte, o narrador inicia uma disputa com seus companheiros de quem consegue pregar homens como aquele na parede após um tiro no meio do tórax com uma carabina doze. Por fim, o narrador, diferente de seus companheiros, não estupra as mulheres finas da casa, pois afirma ter nojo delas.

O discurso em “Feliz ano novo” é invertido para colocar marginalizados dentro da alta classe média carioca e usar os métodos de desprezo e violência contra aqueles que antes detinham o monopólio desses mesmos métodos. Na narrativa sedutora de Rubem Fonseca, assalto a banco é “trabalho”. No mesmo sentido, as referências são distintas daquelas do senso comum, pois o narrador pontua que “em cima de uma mesa tinha comida que dava para alimentar o presídio inteiro”. Após toda a inversão tecida pela narrativa ficcional, o narrador e seus comparsas se despedem como um “muito obrigado pela cooperação de todos”, retornam para seus lugares à margem e brindam com as bebidas e comidas dos bacanas para que o próximo ano seja melhor. O desejo é de feliz ano novo, mas, agora, para quem?

3.2 O outro: sequestro e resistência

Os processos de criminalização, tratando da margem periférica latino-americana, foram estabelecidos a partir de pressupostos que levaram em conta a cor da pele, a classe e o espaço ocupado na sociedade. Por isso, o passado, atado à cultura ibérica do medo, importa tanto para compreender esse desdobramento funcional do paradigma

²²⁶ Ibid., pp. 15-16.

²²⁷ Ibid., p. 16.

neoliberal que se armou contra o povo brasileiro: “o desejo de punir instaurado se ancora em permanências históricas nas quais se imbricam a colonização genocida, a escravidão e a cultura inquisitorial ibérica”.²²⁸ Nesse sentido, não foi difícil tecer uma figura a ser silenciada e, na maior parte dos casos, combatida.

Estudando o medo e o método, Vera Malaguti seguiu com Jean Delumeau para compreender como a nomeação de culpados – leprosos, judeus, estrangeiros, marginalizados - sempre foi uma dinâmica no ocidente como ocorreu na visão da peste como punição. O culpado era buscado dentro da comunidade desde os séculos XVI e XVII, a exemplo da caça aos feiticeiros e às feiticeiras. Foi Delumeau quem também se debruçou sobre as “projeções paranoicas” que tramavam rumores para ampliar os poderes do inimigo interno em uma verdadeira trama diabólica, como explica Malaguti.

O papel de difusão dos medos desempenhado há séculos “através da imprensa, do teatro religioso, das gravuras ou da pregação nas Igrejas”²²⁹ revela a relação entre os discursos difundidos e as ações repressivas contra o inimigo interno:

A necessidade de ordem fez com que a modernidade européia dessacralizasse a loucura, instituindo a partir do século XIV também o medo dos pobres (numa conjuntura de desemprego, monopólio da terra, etc.). O medo explica a ação persecutória conduzida pelo poder político-religioso. As fórmulas de confinamento “saneiam as cidades”, diminuem os “perigos de contágio”, têm alcance moral. O sentido geral desta estratégia é disciplinar populações, produzindo alinhamento. Tudo isto para descobrir-se ao final do século XVII um erro parcial de diagnóstico. O medo fôra maior que a ameaça.²³⁰

O descompasso entre a demanda do medo e a ameaça proporciona a compreensão de como cada sociedade lançou mão de métodos para identificar seus inimigos ao mesmo tempo em que o sistema capitalista geria as relações de produção se revelando como uma simbiose que sustenta um projeto de controle social. O medo do outro, trabalhado para romper com as relações de afeto, embrenhou-se não só nas sociedades europeias, mas também na formação social brasileira.

Grande consequência da permanência, genocídios e extermínios foram a tônica no primeiro encontro entre europeus e povos originários na América. No Brasil, especificamente, não foi diferente e toda a história que subjugou o outro por meio de processos de escravização e assimilação já conhecemos bem. A estratégia de controle das classes subalternas no mundo chegou à mentalidade brasileira que se utilizou do

²²⁸ BATISTA, 2012, p. 311.

²²⁹ Id., 2003, p. 44.

²³⁰ Ibid., p. 45.

medo do caos para aniquilar qualquer movimento ascendente ao poder por esses indivíduos. Jean Delumeau já ensinou sobre essa “mentalidade obsidional”. Assim, políticas violentas de controle social são autorizadas por meio de discursos hegemônicos sob a justificativa fundamental de retorno à ordem.

Imagens, classificações e categorizações são erigidas através de políticas que desqualificam e criminalizam indivíduos específicos e territórios mais pobres. Aderimos à subjetividade da barbárie e a constatamos “nas classificações, estatísticas e georreferenciamentos [os quais demonstram que] haverá sempre espaço para o extermínio dos inclassificáveis. O estado agencia o extermínio cotidiano e a *intelligentzia* trata de mascarar-lo”.²³¹ A desigualdade fundamentou o discurso do medo, e não da justiça social, para a produção de uma subjetividade obcecada pelo penal. A figura do inimigo foi forjada tendo os mais pobres como o rascunho maldito.

Aprendendo com Pavarini, para entender o objeto da criminologia, é necessário antes compreender a demanda por ordem engendrada pelo capitalismo vídeo-financeiro na contemporaneidade que precisou aprimorar a delineação da figura desse outro para controlar suas possibilidades de resistência e emancipação. O medo da desordem e da incivilização foi inculcado nos discursos para que estratégias de disciplinamento fossem facilmente deglutidas e naturalizadas. A massa empobrecida e de escravizados teve sua figura tomada de assalto pela ideologia branca e conservadora desde o início de nossa história imperial e republicana, um verdadeiro sequestro. Desqualificados e desumanizados, a violência contra os que estão à margem opera em duas ordens: física e simbólica. Foi Vera Malaguti quem discutiu a corrosão perpetrada pelo medo na alma e, relembando Raúl Zaffaroni, como “é o eixo de todos os discursos criminológicos”.²³²

A insone sensação de insegurança e de medo difundida nos centros urbanos se ergueu e se sustentou pelo discurso conservador e hegemônico no Brasil, desde o século XIX até a passagem para o XX, que formou as bases da sociedade urbana. Esse discurso do medo se deslocou para diversas áreas – médica, jurídica, jornalística e criminológica – e em todas encontrou aderência. A criminologia positivista é um pedaço desse quadro que se apoiou no discurso pseudocientífico para justificar a repressão e a violência sobre africanos escravizados.

Vera Malaguti estudou o medo no Rio de Janeiro em duas perspectivas – na corte imperial e na contemporaneidade – e constatou que a permanência é

²³¹ BATISTA, 2012, p. 309.

²³² Id., 2003, p. 94.

inquestionável. Isso porque, no Império quando ocorre a Revolta dos Malês assombrando o imaginário dos senhores da elite baiana e nas campanhas políticas eleitorais de 92/94, os métodos e pressupostos continuaram sendo os mesmos. O discurso do medo difundido como mecanismo inculcador de uma subjetividade repressiva e punitiva justifica há décadas silenciamento e massacres: “o medo é um projeto estético, que entra pelos olhos, pelos ouvidos e pelo coração”.²³³ A única coisa, e isso sempre foi a mesma através do correr dos anos, é objeto, o alvo fundamental: o outro inimigo, metáfora do povo brasileiro negro e empobrecido.

Dialogando com Gizlene Neder, Vera Malaguti apontou que nem o fim da escravidão nem a República conseguiram promover rupturas com o legado imaginário do medo do outro e de suas formas de controle. A “obediência cadavérica” está todo dia e um pouco mais a cada dia nas favelas do Rio de Janeiro evitando esse encontro insuportável, embora inevitável, com o outro. Além disso, esse legado tem suas fundações sólidas em nossa subjetividade afetiva pelo criminal, o fetiche já discutido por Nilo Batista. Programações televisivas que exaurem o tema criminoso são constantes e diárias, narrativas de *nós* contra *elas* estão estampadas em jornais já na primeira página, a indústria do entretenimento explora filmes, séries, toda sorte de formatos para vender a narrativa lucrativa vertiginosa da violência deliberada e sem freio. O outro foi sequestrado e sofre um processo de constante atualização que sustenta nossa subjetividade punitiva muito adequada para a atual ordem social. Afinal, “se o demônio que acoitava a Idade Moderna era a Revolução, o demônio contemporâneo estaria condensado nos discursos do *aumento da criminalidade*”.²³⁴

A subjetividade punitiva foi caminho percorrido também pela literatura, percebendo o sequestro da figura ameaçadora. Em *O matador*, Máique se estabelece no lugar do reconhecimento e da afetividade popular punitiva após assassinar o negro Suel. Depois de seu processo de branqueamento, o matador inicia sua carreira e sente o comportamento de todos a sua volta se transformar. Primeiro, Gonzaga, dono do bar incapaz de esconder a felicidade, o qual lhe permite consumir o que quiser por conta da casa: “ele estava feliz porque eu tinha matado o Suel. O Suel é um miserável filha da puta, roubou o toca-fitas do carro da minha irmã, todo mundo odeia o Suel, eu odeio o Suel, ele disse. Fiquei surpreso, eu só queria um café [...]”.²³⁵ Em seguida, uma viatura

²³³ Ibid., p. 75.

²³⁴ Ibid., p. 83.

²³⁵ MELO, op. cit., p. 20.

para em frente ao bar de Gonzaga e Máiquel teme que será preso pelo assassinato de Suel. Todavia, a subjetividade punitiva é a eficaz excludente de ilicitude:

[...] e Gonzaga falou bem alto, olhando para o policial, foi ele, foi ele mesmo quem matou Suel. Fiquei cego, por um instante, esse Gonzaga é um filho da puta, um imbecil completo e minhas pernas não respondiam, e antes destas frases se formarem na minha cabeça, antes de eu pensar que o Gonzaga era um imbecil, o PM já estava dando um tapinha nas minhas costas e dizendo que admirava os homens corajosos. Ele falou isso e alguma coisa se quebrou dentro de mim. Iceberg. O policial pegou empadas e Cocas em lata e saiu pisando forte, botas, armas, uniformes, avançando e entrando na viatura, onde outros cinco policiais esperavam, todos me acenando as mãos, sem de fato acenar, acenando com os olhos, um jeito que tradicionalmente os homens usam para, se cumprimentarem quando não se conhecem e se admiram.²³⁶

A veneração continua no caminho de Máiquel que ganhou um porco e uma mensagem de parabéns da vizinhança como forma de agradecimento por ser o assassino de Suel. Ao sair de casa, a surpresa ainda é maior:

Quando abri a porta, encontrei um monte de pacotes na soleira: cigarros, carne moída, cerveja, pinga e flores. Tinha um bilhete também, com letra de criança: Obrigado Máiquel. Outro: Bem feito para o Suel, letra de mulher. Bandido tem que morrer, letra de homem. Morreu porque não servia para a sociedade, à máquina. [...]
Os vizinhos sorriram. Crianças, mães, empregadas, prostitutas, jornaleiros, cidadãos. Todos sorriram para mim. Na padaria, uma senhora beijou minha face e disse: conte comigo. Bobs na cabeça, uma mulher decente como a minha mãe: conte comigo.
No Gonzaga, foi uma festa. Todos apertaram a minha mão [...].²³⁷

Além disso, o dentista positivista, doutor Carvalho, também não cobra o tratamento dentário de Máiquel porque gostou do que ele fez com Suel: “aquele preto filho da puta merecia morrer. Eu odeio preto, sou racista mesmo, esses pretos estão acabando com a vida da gente”²³⁸. Todavia, o que dentista propõe é uma ajuda em troca do serviço: “matar um desgraçado, é isso que eu quero de você. [...] Estupraram a minha filha quando ela voltava do colégio. [...] Não achava nada boa a ideia de ter que matar outro cara. Mas meu dente doía para caralho”.²³⁹

Tudo faz o narrador se questionar o porquê de não o terem prendido após matar Suel. Afinal, não era ele o autor de um assassinato sem motivos? Porém, a narrativa tecida é de que Suel já ia ser preso, era um assaltante, estuprador de menininhas. Apesar

²³⁶ Ibid., pp. 20-21.

²³⁷ Ibid., pp. 23-24.

²³⁸ Ibid., p. 32.

²³⁹ Ibid., p. 33.

de tudo, o matador estava triste. Algo dentro dele não aderiu àquela subjetividade e a angústia vai lhe acompanhar durante a narrativa, mais que sua dor de dente tratada com Novalgina e cocaína, para entender o outro lado da vida: “depois que matei Suel, muita coisa mudou na minha vida. Acabou-se a lógica. Eu ia pela margem, no escuro, eu andava na contramão e tudo bem margens e contramão”.²⁴⁰

Máiquel segue o percurso como matador já que agora tinha a foto do estuprador, Ezequiel, dada por doutor Carvalho. O discurso sobre o criminoso estava circulando: “todos tinham alguma coisa para me dizer sobre Ezequiel. Estuprou uma estudante. Estuprou uma loira. Estuprou uma bancária. Estuprou uma dona de casa”.²⁴¹ Tudo sobre o criminoso chegava até o matador sem qualquer esforço. Além disso, uma foto de Ezequiel foi fixada no bar de Gonzaga e as informações vinham atravessadas dos mais diversos relatos assombrosos. Todos queriam expurgar essa ameaça da sociedade, mas o que não sabiam é que o próprio matador já havia estuprado sua namorada.

O matador confessa que falavam diabos do Ezequiel, mas tudo que ele constatava era a figura de um pobre coitado:

Ezequiel parecia um cachorro vira-lata, aquela magreza, aquela tristeza, aquela cara de fome de cachorro de rua. Trabalhava numa loja de animais, um trabalho honesto, vender coelhos, ratos brancos, periquitos. Vender alpiste, ração, gaiolas. Nunca notei nada de estranho em Ezequiel. Ele ia cedo para o trabalho, trabalhava, voltava para casa, via televisão, varria a calçada, só isso. Nunca vi Ezequiel beber, fumar ou farrear com mulheres. Não jogava futebol, bilhar, cartas, não dançava aos domingos, nem ia à missa. Ficava em casa, com a mãe, uma senhora boa e trabalhadora. [...] Sei lá se ele estuprou um monte de mulheres, pode ser. As pessoas dizem isso. Estuprou uma menina, uma loira. Uma senhora honesta. Uma vendedora de pipocas. Uma vagabunda. E daí? O que eu tinha a ver com isso? Ezequiel saía por aí fodendo mulheres e o problema não era meu. Eu não sentia ódio. O dr. Carvalho queria que eu odiasse Ezequiel, mas eu não odiava Ezequiel, meu coração estava livre.²⁴²

Cada discurso que chegava a Máiquel sobre Ezequiel “trazia um naco de ódio para engolir”. O doutor Carvalho financiou a compra da arma para o desfecho esperado. Depois de ter errado alguns tiros, Ezequiel se torna a segunda vítima da jornada do matador. Todavia, como ainda não havia morrido, Máiquel utiliza um pedaço de pau que servia de cerca para uma árvore e acerta na cabeça, perfura os olhos e espeta no coração do dito estuprador. Após vomitar sangue, Ezequiel morre. Máiquel nasceu como brutal matador. Doutor Carvalho foi pago.

²⁴⁰ Ibid., p. 25.

²⁴¹ Ibid., p. 37.

²⁴² Ibid., pp. 43-44.

A afetividade pelo extermínio do outro segue acompanhando o narrador e ele percebe algo assustadoramente naturalizado comum aos guardas, vizinhos, comerciantes, às donas de casa, ao doutor. Sílvio e doutor Carvalho:

Quando o programa de ocorrências policiais entrou no ar, Gonzaga aumentou o som: Menos bandido na rua. Estuprador de Santo Amaro é morto a pauladas! É isso aí, Máiquel, parabéns, bandido tem é que se ferrar! Eles estavam felizes, faziam fila para me cumprimentar e aquilo não me parecia filme de faroeste. Um rapaz contou que estava passando pela rua quando eu matei Ezequiel, vi tudo, vou contar como foi. As pessoas gostaram da parte em que eu martelei a cabeça e furei os olhos de Ezequiel. As mães adoraram e eu achei normal que elas adorassem. Os presentes foram melhores do que quando matei Suel, binóculos, cinco quilos de arroz, uma peça de alcatra, baralho, óculos de sol, camisetas, muita bobagem também.²⁴³

A subjetividade coletiva ao afeto punitivo e estranhamento do outro também está presente nas narrativas de Rubem Fonseca. Nelas o sujeito se dilui para inverter a subjetividade inculcada. Escrevendo no atravessamento político da ditadura militar nas décadas de 70 e 80, principalmente na América Latina, o contexto de Fonseca é de genocídios promovidos mesmo após a passagem para um regime democrático. A agudização do penal nessa transição sustentou as estruturas de controle social e “podemos afirmar sem medo de errar que a ideologia do extermínio é hoje muito mais maciça e introjetada do que nos anos imediatamente posteriores ao fim da ditadura.”²⁴⁴

Sob os discursos impregnados desta política criminal de transição, Rubem Fonseca criou possibilidades na literatura contemporânea para representar a temática da violência como aspecto central, mas vista a partir do mundo dos marginalizados, muitas vezes com efeito de humor, sua marca, que contrasta com a barbárie e a realidade cruel. É seu método transgressor que nos interessa, pois todas as imagens e representações do outro marginal, nesse período, foram desconstruídas e desautorizam discursos que ofereceram o diagnóstico assombroso do outro.

No conto “O outro”, o narrador em primeira pessoa se apresenta como um homem bem sucedido e que está completamente absorvido pelo ritmo acelerado da cidade e dos negócios, escravo da demanda capitalista, sempre correndo contra o tempo: “quando havia um feriado, no meio da semana, eu me irritava, pois era menos tempo que eu tinha. Levava diariamente trabalho para casa [...]”²⁴⁵ Após o início de sintomas

²⁴³ Ibid., pp. 54-55.

²⁴⁴ BATISTA 2003, 103.

²⁴⁵ FONSECA, op. cit., p. 76.

de taquicardia, um sujeito se faz notar aos olhos do narrador enquanto lhe chama de doutor e pede ajuda. O inevitável e assustador encontro com o outro ocorreu.

Seguindo orientações do cardiologista, nosso protagonista sem nome, mas definido pelo trabalho financeiramente importante que desempenha, começa a caminhar no seu horário de almoço. Nesse momento, os encontros com o outro se tornam mais frequentes e a primeira descrição do pedinte emerge na narrativa: “era um homem branco, forte, de cabelos castanhos compridos”²⁴⁶.

Sob o risco de um enfarte a qualquer momento, o narrador sempre encontra o outro de súbito pelas ruas. O medo sempre costura os encontros: “tentei me desvencilhar dele e comecei a andar rapidamente, quase correndo. [...] Minhas mãos tremiam”.²⁴⁷ O assombro já não permite as caminhadas no horário do almoço, já não permite o sono tranquilo à noite. O pretexto: os negócios, sempre. Todavia, a narrativa desautoriza o argumento do narrador. A sensação de insegurança é o que modifica sua vida:

Vi que o sujeito que me pedia dinheiro estava em pé, meio escondido na esquina, me espreitando, esperando eu passar. Dei a volta e caminhei em sentido contrário. Pouco depois ouvi o barulho de saltos batendo na calçada como se alguém estivesse correndo atrás de mim. Apressei o passo, sentindo um aperto no coração, era como se eu estivesse sendo perseguido por alguém, um sentimento infantil de medo contra o qual tentei lutar, mas neste instante ele chegou ao meu lado [...].²⁴⁸

Após a nova abordagem do pedinte que clama afirmando que só tem o narrador no mundo, este o ordena com toda autoridade que pode colocar na voz que arranjasse um emprego. Pela primeira vez o narrador afirma ter visto o rosto de seu algoz e era cínico, vingativo e sempre surgia súplice e ameaçador. Culpado da ruína da saúde do executivo, o pedinte influenciou uma decisão importante: “eu não queria mais ver aquele sujeito, que culpa eu tinha de ele ser pobre? Resolvi parar de trabalhar uns tempos”²⁴⁹.

Com o afastamento, a vida do narrador parece mais positiva: o apetite melhorou, passou a fumar menos e a dormir melhor. Aquele homem tranquilo, no entanto, ainda tinha um encontro com o inevitável, e agora muito mais próximo:

²⁴⁶ Ibid., p. 76.

²⁴⁷ Ibid., p. 77.

²⁴⁸ Ibid., p. 78.

²⁴⁹ Ibid., p. 78.

Um dia saí para o meu passeio habitual quando ele, o pedinte, surgiu inesperadamente. Inferno, como foi que ele descobriu o meu endereço? [...] e ele encostou o seu corpo bem junto ao meu, enquanto caminhávamos, e eu podia sentir seu hálito azedo e podre de faminto. Ele era mais alto do que eu, forte e ameaçador.

Fui na direção da minha casa, ele me acompanhando, o rosto fixo vidrado para o meu, me vigiando curioso, desconfiado, implacável, até que chegamos na minha casa. Eu disse, “espere aqui”.

Fechei a porta, fui ao meu quarto. Voltei, abri a porta e ele ao me ver disse “não faça isso, doutor, só tenho o senhor no mundo”. Não acabou de falar, ou se falou eu não ouvi, com o barulho do tiro. Ele caiu no chão, então vi que era um menino franzino, de espinhas no rosto, e de uma palidez tão grande que nem mesmo o sangue, que foi cobrindo a sua face, conseguia esconder.²⁵⁰

O narrador apresenta uma perspectiva que seduz para corroborar sua versão sobre o outro, esse que precisa ser expurgado porque é implacável, assustador e invasivo. Até que, no final, a expectativa é quebrada e se revela algo verdadeiramente assustador: o outro, nunca visto, quando enxergado tem muito de nós. Além disso, durante a narrativa, narrador e personagem não são nomeados, representando classes claramente antagônicas inseridas na nossa margem periférica, marcados pela oposição semântica evidente no conto: pobreza e riqueza, marcadas pelas figuras do executivo e do pedinte. Tudo esteticamente construído com a maestria própria de Rubem Fonseca para traçar a distorção da imagem do outro constituída através da cultura do medo em telas e jornais, físicos ou digitais, para em seguida e brutalmente desconstruí-la.

Em “Passeio noturno (parte I)” e “Passeio noturno (parte II)”, nosso Rubem criminólogo percorre a contramão da opinião pública, acoçada pelos meios de comunicação de massa, para apresentar a inversão regular do estereótipo do criminoso e do lugar que lhe é correspondente. Um empresário privilegiado e respeitado, chefe de uma família classe média alta - ambientado a “relatórios, estudos, pesquisas, propostas e contratos” - é agora um assassino estereotipado contumaz. Figura muito distante dos típicos marginalizados e perigosos, nosso homem de prestígio nada tem daquele aspecto brutalizado dos pobres.

Em “Passeio noturno (parte I)”, o narrador apenas possui um carrão do ano bem ao gosto dos bacanas com para-choques de aço cromado e com reforço especial duplo, o ideal para as práticas até então desconhecidas do leitor. Saindo a procura de uma rua deserta, encontra uma mal iluminada, com muitas árvores escuras, o que o faz eleger como lugar ideal da vez. O próximo passo era escolher entre homem ou mulher, o que na verdade não fazia tanta diferença pois o prazer no ato pretendido era o real sentido.

²⁵⁰ Ibid., p. 79.

Uma mulher humilde que carregava “um embrulho de papel ordinário, coisas de padaria ou de quitanda” foi eleita apta. O narrador, então, apaga as luzes do carro, acelera e relata com gozo o que acabava de experimentar:

Peguei a mulher acima dos joelhos, bem no meio das duas pernas, um pouco mais sobre a esquerda, um golpe perfeito, ouvi o barulho do impacto partindo os dois ossões, dei uma guinada rápida para a esquerda, passei como um foguete rente a uma das árvores e deslizei com os pneus cantando, de volta para o asfalto. [...] Ainda deu para ver que o corpo todo desengonçado da mulher havia ido parar, colorido de sangue, em cima de um muro, desses baixinhos de casa de subúrbio.²⁵¹

O matador de suburbanos retorna para sua casa estrategicamente localizada em um bairro privilegiado, orgulhosamente acaricia o para-lamas e o para-choque do carro, ambos sem nenhuma marca, e se qualifica como alguém habilidoso na direção de veículos como o seu. Enquanto a família vê televisão, o narrador deseja boa noite e vai dormir, pois no dia seguinte terá “um dia terrível na companhia”.

Demonstrando a habitualidade desses comportamentos monstruosos, “Passeio noturno (parte II)” apresenta o narrador proprietário do Jaguar preto que conhece Ângela, uma atriz de cinema, na Avenida Atlântica. O jantar proposto que serviu como isca é sucedido de uma nova expansão do gozo ao assassinar mulheres:

Ela saltou. Foi andando pela calçada, lentamente, fácil demais, e ainda por cima mulher, mas eu tinha que ir logo para casa, já estava ficando tarde. Apaguei as luzes e acelerei o carro. Tinha que bater e passar por cima. Não podia correr o risco de deixá-la viva. Ela sabia muita coisa a meu respeito, era a única pessoa que havia visto o meu rosto, entre todas as outras. [...] Bati em Ângela com o lado esquerdo do para-lama, jogando seu corpo um pouco adiante, e passei, primeiro com a roda da frente – e senti o som surdo da frágil estrutura do corpo se esmigalhando – e logo atrolei com a roda traseira, um golpe de misericórdia, pois ela já estava liquidada, apenas talvez ainda sentisse um distante resto de dor e perplexidade.²⁵²

O sugestivo e pressuposto “entre todas as outras” torna extremamente claro que assassinatos são uma prática costumeira na vida do narrador que, novamente, regressa a sua casa para dormir pois o dia seguinte será muito difícil na companhia. Em um contexto histórico na passagem da ditadura para a redemocratização, o conto, pela via oposta, demonstra que o inimigo interno, o criminoso que carrega o estigma ameaçador, pode não ser o outro. A literatura, algumas vezes, pode inverter posições há décadas pré-determinadas. Afinal, como disse o narrador, “o azar de um é a sorte do outro”.

²⁵¹ Ibid., p. 56.

²⁵² Ibid., p. 62.

A capacidade de nos aproximar do outro, por ele ter empatia e de provocar o humor quando dele nos acercamos tornam a narrativa ficcional de Rubem Fonseca atrevida e transgressora a ponto de estilhaçar o discurso permanente que atende e corrobora a demanda por ordem. Provocar e incomodar essa ordem se acercando do outro e revelando que ele não tem nada de ameaçador também implica o desnudamento da farsa a respeito de uma elite branca (in)civilizada.

Retornando o olhar para *O matador*, a farsa também foi desmontada. O outro caminhou por toda a narrativa tecida por Patrícia Melo. Ele esteve sempre lá, primeiro em Máiquel e depois nas vítimas do modificado e respeitado matador. Para se tornar o algoz, a desconstituição da figura de Máiquel precisou ocorrer. A desqualificação e a degenerescência, há muito comprovada e mantida pelos pressupostos do positivismo criminológico, estavam presentes interna e externamente nele: preto, pobre, feio, com baixa autoestima e com um destino miserável traçado.

No passado e na permanência discutida, a necessidade de embranquecer a população brasileira por dentro e por fora está entrelaçada nas bases que constituíram a história de nossa mentalidade racista e que aderiu bem ao afeto pelo criminal. Aos negros africanos e seus descendentes, no Brasil, foi “oferecido” um “privilégio”, ao qual não foi permitida a recusa: deveriam se tornar brancos em todas as suas estruturas físicas e psíquicas.

A palavra-senha desse imperialismo da brancura, e do capitalismo que lhe é inerente, responde a apelidos bastardos como assimilação, aculturação, miscigenação; mas sabemos que embaixo da superfície teórica permanece intocada a crença de inferioridade do africano e seus descendentes.²⁵³

O traço da degenerescência, do atraso e da incapacidade para a civilização foi defendida por Nina Rodrigues no século XIX. Afinal, como não oferecer a branquitude aos negros se, cientificamente, era a única saída para salvar a população brasileira de um degenerado e certo destino? Ainda o argumento se sustenta, desavergonhadamente, como miscigenação ou assimilação da cultura africana em solo brasileiro, mas, estudando a constituição de nossa mentalidade, o óbvio salta aos olhos:

E diante da necessidade de, ou civilizar-se de pronto, ou capitular na luta e concorrência que lhes movem os povos brancos, a incapacidade ou a morosidade de progredir, por parte dos negros, se tornam equivalentes na prática. Os extraordinários progressos da civilização europeia entregaram aos brancos o domínio do mundo, as suas maravilhosas aplicações industriais

²⁵³ NASCIMENTO, op. cit., p. 11.

suprimiram a distância e o tempo. Impossível conceder, pois, aos negros como em geral aos povos fracos e retardatários, lazeres e delongas para uma aquisição muito lenta e remota da sua emancipação social.²⁵⁴

O atraso genético dos africanos herdado pelos brasileiros sempre foi ponto que precisava de correção. A temática mudou de forma, estética e embalagem, mas sempre esteve tecendo a subjetividade dos brasileiros, principalmente da parcela branca da população que detém as regras e os lucros no capitalismo. Em *O matador*, a alta classe de empresários e industriais de São Paulo, assumindo a degenerescência presente nos negros e pobres, precisa de um herói positivista que limpe o caminho para que seus interesses financeiros e pessoais não sejam embaraçados. Se a horda de degenerados não tinha conserto, precisava ser varrida e só alguém dessa massa sem perspectiva poderia fazer o serviço. Máiquel, antes um desqualificado, para isso foi forjado.

Depois de perder uma aposta sobre futebol para seus amigos, nosso narrador personagem precisa pagar uma prenda: descolorir os cabelos e raspar o bigode. Diferente do menino que encontraremos em “Espiral” de Geovani Martins, Máiquel pontua que sabe quando tudo começou. Após a transformação externa, algo muito maior se opera em sua estrutura interna:

Quando finalmente recebi permissão para ver o resultado, fiquei surpreso: meu cabelo estava completamente loiro. Loiro mesmo, que nem esses cantores de rock da Inglaterra.

Sempre me achei um homem feio. Há muitas curvas em meu rosto, muita carne também, nunca gostei. Meus olhos de sapo, meu nariz arredondado, sempre evitei espelhos. Naquele dia foi diferente. Fiquei admirando a imagem daquele ser humano que não era eu, um loiro, um desconhecido, um estranho. Não era só o cabelo que tinha ficado mais claro. A pele, os olhos, tudo tinha uma luz, uma moldura de luz. De repente, todos os meus traços tornaram-se harmônicos, a boca, que sempre fora caída, continuava caída, o nariz continuava redondo, as pálpebras inchadas, porém tudo isso era bobagem porque havia algo maior, mais importante, a moldura. Havia luz na minha face, e não era uma luz artificial de refletores. Era aquela luz que a gente vê em imagens religiosas, luz de quem é iluminado por Deus. Foi assim que me senti, próximo de Deus.²⁵⁵

Máiquel, logo no início da narrativa, sofre o branqueamento externo e, de certa forma, interno, este sentido muito mais profundamente. Na sua estrutura interna, o narrador personagem não se enxergava mais como aquela figura do outro tão esquadrinhado e ratificado pela herança de criminólogos positivistas. Ao contrário, agora estava iluminado pela luz alva que figurava nas imagens religiosas renascentistas,

²⁵⁴ RODRIGUES, op. cit., p. 238.

²⁵⁵ MELO, op. cit., p. 10.

as quais os aproximam de Deus. Interiormente, Máiquel alterou sua estrutura para seguir por um caminho sem retorno: “aquela tinta tingiu alguma coisa muito profunda dentro de mim. Tingiu minha autoconfiança, o meu amor-próprio. Foi a primeira vez, em vinte e dois anos, que olhei no espelho e não tive vontade de quebrá-lo com um murro”²⁵⁶.

O discurso de Máiquel, enquanto objeto sócio-histórico, demonstra que não é independente da ideologia materializada através das décadas na sociedade brasileira. Ele é submetido a ela ainda que seja visto como livre. Essa dinâmica constitui o assujeitamento e a ideologia deixa suas pistas:

Consequentemente, podemos dizer que o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas “tiram” seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.²⁵⁷

A formação discursiva de Máiquel revela o processo de produção de sentidos para uma ideologia ainda dominante quase sempre embalada pela forma de assimilação do outro em uma democracia racial. Assim, debruçar-se sobre seu discurso de branqueamento não é ir atrás da lógica interna do texto, mas do que ele significa para fora dele e como significa sem deixar de lado a historicidade que o antecede para compreender o mito racial democrático que permanece.

Depois de passar toda sua vida, até aquele momento, desejando ser outro cara, Máiquel também acrescentou a sua nova figura adereços materiais tais como roupas novas e carros caros emprestados da loja em que trabalhava para ostentar, ao mesmo tempo que pensava que pudesse impressionar os amigos devido às novas condições. Esse novo corpo narrativo desemboca na materialidade discursiva:

Considerando a materialidade do sujeito, o corpo significa. Em outras palavras, a significação do corpo não pode ser pensada sem a materialidade do sujeito. E vice-versa, ou seja, não podemos pensar a materialidade do sujeito sem pensar sua relação com o corpo. [...] O discurso é produzido nessas condições, o sujeito e os sentidos, embora pareçam estar sempre lá, também são produzidos, e isto é efeito da ideologia em sua materialidade. O corpo do sujeito não é indiferente a isso.²⁵⁸

O corpo de Máiquel, para a análise do discurso, significa ideologias que contribuíram para a construção da desqualificação do outro. É, por isso, um corpo socio-

²⁵⁶ Ibid., p. 11.

²⁵⁷ ORLALNDI, 2020, p. 40.

²⁵⁸ Id., 2017, pp. 83-85.

historicamente posicionado no discurso literário e textualizado. Controlado pela permanência discursiva de assujeitamento, Máiquel é o resultado da vitória de uma ideologia dominante interpelada sobre corpos populares no cenário urbano. Muito semelhante aos discursos, corpos são, por si só, significados através da ideologia seja

[...] na imagem que fazemos de um corpo ocidental ou oriental, ou como pobre ou rico, como homem, mulher ou homossexual etc. Sentidos já dados. Estabelecidos e estabilizados. [...] Não há corpo que não seja investido de sentidos, e que não seja o corpo de um sujeito que se constitui por processos nos quais as instituições e suas práticas são fundamentais para a forma com que ele se individualiza, assim como o modo pelo qual, ideologicamente, somos interpelados em sujeitos, enquanto forma sujeito histórica (em nosso caso, capitalista).²⁵⁹

Ligado ao corpo social, Máiquel corporalmente existe de forma pré-constitutiva por permanências que o classificam como o outro e assim está significado na história de nossa mentalidade e “isto quer dizer, entre outras coisas, que o sujeito se relaciona com seu corpo já atravessado por uma memória, pelo discurso social que o significa, pela maneira como ele se individualiza”²⁶⁰. Então, para que pudesse servir ao papel fundamental e ideológico da classe dominante, precisou ser desconstituído, assujeitado e assimilado.

Ainda assim, mesmo com o pacote completo da aparência aos adereços, os amigos estranharam a nova figura, agora tão distante deles externa e internamente. O maior estranhamento se deu com Suel, o “negro de foder” como pontua Máiquel. É partir do desencontro com os seus que se iniciou sua trajetória como matador protagonista. O corpo do nosso herói positivista agora estava atado a um corpo social diverso.

Encontrando-se no bar de costume, após achar graça da nova figura desconstituída, Suel riu e explicou que o motivo do riso é de que Máiquel agora se parecia com um gringo. O novo loiro do bar desafiou o amigo para um duelo armado, o qual o negro não levou a sério devido a amizade construída. Todavia, Máiquel, profundamente incomodado com o riso e o conflito gerados pelo estranhamento, assassinou Suel com dois tiros, um pelas costas e outro na cabeça. Depois que atravessou para o outro lado com sua desconstituição, o destino de nosso matador estava estabelecido: “até isso acontecer, eu era apenas um garoto que vendia carros usados e

²⁵⁹ Ibid., p. 93.

²⁶⁰ Ibid., p. 93.

torcia para o São Paulo Futebol Clube”²⁶¹. O agora matador se questionava por que matou Suel e a ausência de explicação vai lhe corroer a alma durante a narrativa.

Depois do *start* na carreira de exterminador e da fama após a morte cinematográfica de Suel, Máiquel sofre uma constante ascensão tanto moral quanto financeira. A sua assimilação da branquitude se deu de forma completa, afastando-se do outro que também era: “até mesmo aqui, onde a cultura africana deitou raízes seculares, um descendente africano, para ter acesso em qualquer degrau da escada social, é porque já não é mais negro: trata-se de um assimilado que deu as costas às suas origens, ou seja, um ‘negro de alma branca’”²⁶².

Máiquel se consolidou como prestador de serviços e contratos de homicídio apenas para os bacanas de São Paulo. O que todos os seus clientes tinham em comum era o asco pela massa empobrecida da cidade e, por isso, Máiquel é o elo necessário e fundamental para exterminá-la agora, e não muito diferente do que já fora feito antes dele:

Situado no meio do caminho entre a casa grande e a senzala, o mulato prestou serviços importantes à classe dominante. Durante a escravidão, ele foi capitão-de-mato, feitor usado noutras tarefas de confiança dos senhores, e, mais recentemente, o erigiram como um símbolo da nossa “democracia racial”.²⁶³

A “mancha” negra deixou Máiquel após sua desconstituição. Deixou, portanto, de ser também um perseguido e marginalizado. O apagamento se operou desde os aspectos físicos até os desejos e afetos. Diversos instrumentos sociais, políticos, culturais e econômicos controlados pela classe branca dominante que operava contra os interesses dos negros e pobres são responsáveis por sua destituição como pessoa: Máiquel é convenientemente um não-sujeito que atua para garantir os discursos e as práticas de extermínio de criminosos e degenerados, adjetivos que lhe eram também direcionados há pouco tempo. A narrativa, por outro lado, não sustenta o discurso de assimilação cultural.

Abdias Nascimento destacou que Sílvio Romero expressou com alegria que o Brasil não ia se constituir como uma nação de mulatos e, por volta de 1930, Paulo Prado afirmou que o negro estava desaparecendo aos poucos devido ao cruzamento de raças. Assim, percebemos que o discurso de eliminação do negro é uma constante na história

²⁶¹ MELO, op. cit., p. 16.

²⁶² NASCIMENTO, op. cit., p. 116.

²⁶³ Ibid., p. 83.

da mentalidade brasileira, sendo verdadeiro método. Aquela necessidade de emprestar ao negro a organização psíquica dos brancos mais cultos, discutida por Nina Rodrigues, é, portanto, uma permanência que será explorada e confrontada durante todo o percurso de ascensão do matador, até sua derrocada.

Máiquel nunca esteve em posição diversa de suas vítimas, ambos estereotipados pela narrativa pseudocientífica de inferioridade. Na verdade, o discurso engendrado pela alta classe paulista inculcou nele uma noção de superioridade pela imagem que construiu ao se desconstituir. A nossa alienação antropológica e sociológica, enviesada pela herança escravagista e criminológica positivista que resultaram em uma ideologia de branquitude coercitiva, tornou Máiquel vítima dessa ideologia, pois ele não assumiu sua figura negra e, mais profundamente, rejeitou-a. Negou a si mesmo enquanto, ao se perder, desejava as roupas dos bacanas, desejava imitar gestos e atitudes. E os sapatos, símbolo de toda a desconstituição de Máiquel, aqueles bonitos com correntinha dourada, enquanto ele se envergonhava dos azul-marinho que usava, sapatos que “pareciam ter dormido na privada”. Na proporção de sua autonegação, plantou sua condição futura de pária naquela sociedade elitista e branca.

Participando da conversa de homens poderosos de São Paulo, Máiquel começa a passar mal, o estômago se revira como um frango girando no espeto dentro da máquina. O discurso elitista indignado que o narrador presenciou de dentro daquela sociedade se fundamentava exclusivamente sobre a proteção ao patrimônio:

É isso que nós temos que fazer, agir, disse o dr. Carvalho. Roubam nossos cedês. Roubam nossos relógios digitais. Roubam nossos vídeos. Nossos toca-fitas. Roubam nossos carros. Roubam nossas motos. Roubam nossas carteiras. Roubam nossas alianças. Nossos anéis. Nós compramos outro cedê, outro relógio, outro carro e outra moto, mas a gente sabe, vão roubar. O meu estômago parecia um caminhão de lixo, o lixo rodando na caçamba, aquele fedor. Senti vontade de vomitar. O dr. Carvalho olhava para mim e para o seu Sílvio alternadamente: nós não temos o direito de ter uma loja? É isso? Me digam, é isso, então? Chegamos a esse ponto?²⁶⁴

Enquanto Máiquel vai piorando do seu simbólico embrulho no estômago, os industriais seguem desfiando um discurso contra a Comissão Permanente de Direitos Humanos e contra o Tribunal Internacional de Direitos Humanos, até porque esse outro que ameaçava seu patrimônio não era figura humana, mas sombra ameaçadora: “pobres e pretos. Pragas”. Em seguida, senhor Sílvio apresenta uma proposta ao matador mareado:

²⁶⁴ MELO, op. cit., p. 63.

[...] tem um sujeito que está infernizando a vida da minha empresa. Eu até ofereci dinheiro para ele parar de me roubar, mas o neguinho riu quando ofereci dinheiro: ganho mais roubando, ele me disse. [...] Olha, Máiquel, até isso acontecer eu achava um absurdo alguém pensar em matar uma pessoa. Hoje eu te digo: a única coisa que eu quero é matar esse neguinho. Se o Papai Noel perguntasse o que eu queria de Natal, eu diria: aquele neguinho embaixo da terra. Juro mesmo. É isso, eu quero esse negro morto. Quanto você quer para matar esse negro?²⁶⁵

Antes que pudesse responder, o narrador se apressa ao banheiro e vomita, literalmente, tudo. Máiquel decide, então, não matar ninguém e assume a vaga de emprego de Ezequiel, suposto estuprador que matara há poucos dias. Todavia, algo não se comunga na vida que estava construindo, pois ele tinha vergonha de ser pobre, de ser fodido, de não ter onde cair morto. Tinha também vergonha de seus sapatos. Para aliviar a culpa, o algoz vai até o túmulo da vítima e o discurso revela a permanência que sequestra até mesmo almas: “eu te matei, Ezequiel, não foi por maldade, eu até te achava um cara legal, eu te matei porque o mundo é muito ruim e a maldade do mundo esmaga o coração do homem, foi isso que aconteceu comigo”²⁶⁶.

Quando a vida de Máiquel parece não andar muito nos trilhos, encontra-se repentinamente na porta da casa do doutor Carvalho. Nesse momento, aceita o contrato de homicídio proposto por senhor Sílvio. Atrás do criminoso descrito pelos poderosos novos “amigos”, o matador conheceu o assombroso outro:

O Neno está? Ele está dormindo, ela disse, eu preciso falar com ele, é importante. Um menino apareceu na porta e ficou me olhando, vá chamar seu pai, eu disse. Eu não tenho pai. Eu quero falar com o Neno. Eu sou o Neno. Eles queriam que eu matasse aquele menino? Pernas finas, cara de quem passou fome a vida inteira, doze anos, no máximo, eles queriam que eu matasse um menino de doze anos?²⁶⁷

Assim como no conto “O outro”, de Rubem Fonseca, o outro a ser exterminado nunca corrobora o discurso que o descreve como alguém ameaçador. A realidade sempre demonstra que existe uma falha na estrutura que conduz a esse estereótipo. O processo de significação desse discurso é aberto, mas bem administrado e cristalizado, porém é de Érica, viúva do negro Suel, que parte o contradiscurso: “eles querem que você faça o inimigo explodir, só que você vai ter que explodir junto, aí é que está o xis da questão”²⁶⁸. E, começando a perceber a brecha discursiva, Máiquel inicia, ainda que

²⁶⁵ Ibid., p. 64.

²⁶⁶ Ibid., p. 75.

²⁶⁷ Ibid., p. 85.

²⁶⁸ Ibid., p. 88.

intuitivamente, o caminho contra sua desqualificação: “os caras me transformaram num kamikaze, um kamikaze ignorante que não sabia que o avião iria explodir. [...] Mas naquele dia eu não sabia de nada”.²⁶⁹

O narrador protagonista admite que os grandes industriais de São Paulo o faziam sentir como um cachorro molhado, fazendo sentir vergonha de quem era. O desprezo recebido, curiosamente, era avaliado como correto por Máiquel, afinal ele não tinha posses, ele não era ninguém. Novamente, Érica insurge como contradiscurso para auxiliar o matador a se reconhecer, outra vez, como aquele outro:

Essa gente. Eu tenho nojo dessa gente. Eles amam os seus cachorros, amam seus poodles, seus dálmatas, seus pastores de quinhentos dólares, eles treinam seus cachorros, ensinam seus cachorros a cagar nas calçadas para a gente pisar na merda e lembrar de seus cachorros fedidos, temer seus cachorros ferozes, eles ensinam tudo. Os cachorros aprendem rápido. Se bobear, você vai aprender, Máiquel. Você vai aprender. Vai aprender a latir. A atacar. A morder. A farejar cocaína. A receber restos de comida. É isso, você aprende, ódio é uma coisa fácil de aprender. É mais fácil você aprender a odiar do que a cozinhar ou usar computador. Eles dizem, aquilo é uma merda, você acredita, aquilo é uma merda. Aquilo fede. Fede mesmo, eu sinto o fedor. Aquilo é podre. Podre, é podre, a gente aprende. O homem aprende tudo. Por isso o homem progride. A ciência progride. Os Estados Unidos progridem. A indústria. A tecnologia. Mas o coração do homem, eu ouvi um homem falando isso na televisão, um homem muito importante, o coração do homem não progride. Então, disse Érica, os progressos não servem para porra nenhuma, vacinas para salvar bestas, a verdade é essa. Mas isso não vem ao caso. Interessa é que você tem que tomar cuidado com esses caras porque senão, senão você vai aprender o que eles querem ensinar. Você vai se foder.²⁷⁰

Máiquel ainda não queria entender sobre isso tudo. Após o assassinato de seu primo Robinson com trinta e dois tiros, ele retorna atrás do menino Neno e a policização da vida o absorve:

Moradores incendeiam ônibus. Tráfico adota fuzil mais leve. Comerciante é encontrado morto no porta-malas do carro. Ladrões roubam dezesseis carros em clube do Rio de Janeiro. Armas para defesa pessoal em três vezes, sem acréscimo. Polícia invade favela e mata dez. Só vi o rosto ensangüentado, diz a mãe. O dia foi bom para a polícia, diz o apresentador. Desenho animado, um homem sorridente atirando num velho. Governo diz que operação foi legal. O problema, disse o dr. Carvalho, o problema desses meninos é que a polícia prende e a Justiça solta. Neno pediu pelo amor de Deus para eu não matá-lo. Mas eu não acreditava mais em Deus. Eu acreditava em úlceras. Eu vou te matar, seu filho da puta, eu vou te matar porque, a partir de agora, eu sou o matador. Eu sou a grade, o cachorro, o muro, o caco de vidro afiado. Eu sou o arame farpado, a porta blindada. Eu sou o Matador. Bang. Bang. Bang.²⁷¹

²⁶⁹ Ibid., p. 88.

²⁷⁰ Ibid., p. 89.

²⁷¹ Ibid., p. 92.

A cada dia ele mudava. Agora ele se sentia melhor do que nunca na frente do espelho. Tão distante do outro que também fora, Máiquel segue matando tantos outros, inclusive sua esposa Cledir. Os contratos de assassinato exigiam cada vez mais requintes de crueldade contra aqueles que ameaçavam o patrimônio da elite paulista. Os discursos cada vez alimentavam mais a desqualificação do outro, como do ginecologista Júlio: “hoje eu quero que se foda, para mim, o governo federal devia pôr uma grade ali por volta de Minas e o Norte do país que se foda. Deixa os pobres lá, deixa eles morrerem esturricados no Nordeste. Odeio o Ceará. Odeio folclore. Odeio preto.”²⁷²

Adotado e adorado pela sociedade que via a assepsia de indesejados pelas mãos do matador, Máiquel celebra até sociedade com o delegado Santana para expandir seus “contratos”. A segurança do bairro seria prioridade, bem ao estilo das milícias cariocas. Protegendo o patrimônio de mais de trinta indústrias em São Paulo, Máiquel agora tem escritório e sapatos que brilham, iguais aos do doutor Carvalho. As descrições dos criminosos que chegavam para Máiquel seguiam o típico discurso criminológico positivista. A permanência discursiva, iniciada no século XIX, estava mais presente do que nunca:

Procurei o envelope que Santana ficou de deixar na minha gaveta, estava lá. Sidenil, pardo, dezessete anos, jardim Campinas. Roubou cigarros e bebida na padaria do Carlos. Carlos, Carlos, Carlos, lembrei, Carlos era nosso protegido. Quinho, dezesseis anos, preto, faz parte de uma quadrilha de traficantes. Evaristo, treze. Imagina, treze anos, vendedor de limões, cheirador de cola. Tentou levar o relógio da mulher do Tito, o investigador. Aquelas fichas eram a maneira como trabalhávamos. Quando algum delinqüente passava pela delegacia para ser encaminhado para o sos Criança, os investigadores tiravam fotos e faziam uma ficha, onde colocávamos nome, apelido, idade, área de atuação [...].²⁷³

O Clube Recreativo de Santo Amaro decidiu homenagear o matador na festa Cidadão do Ano pelos serviços prestados à sociedade. Os afetos punitivos cada vez se agudizavam mais ao redor e dentro de Máiquel:

Eu vou te dizer o que nós queremos, disse o dr. Carvalho, queremos uma política de gás paralyser, queremos uma política de soco-inglês, uma política de facão, é isso que queremos. Estamos como os franceses no século XVI: queremos ver o espetáculo. Os franceses adoravam ver cenas de execução. Gostavam tanto que, certa vez, um carrasco, não tendo nenhum condenado

²⁷² Ibid., p. 111.

²⁷³ Ibid., p. 133.

para enforçar, queimou um saco de gatos vivos, só para não decepcionar a platéia. É mais ou menos isto que está acontecendo agora.²⁷⁴

O espetáculo estava ao gosto do freguês que compunha aquela elite de mentalidade obsidional, ao bom tom já discutido por Loïc Wacquant. O afeto pelo penal e extermínio que impedia o incômodo provocado pelo outro estava na engrenagem que desembocava nas mãos de Máiquel. Todavia, ele ainda era um outro e em breve saberia que fazia parte do jogo ser o objeto que comprova a permanência. Após se sentir no topo – “eu estava rindo que nem aqueles caras, rindo na hora certa, eu tinha aprendido isso também, a rir com um copo de uísque na mão”²⁷⁵ -, Máiquel é acusado de vender drogas para a filha do doutor Carvalho, a qual o descreve como pedaço de cocô que usava calça de pregas. O dentista positivista o expulsa de sua casa aos gritos de cachorro sarnento.

Máiquel começa a trilhar sua derrocada, mas também seu caminho de retorno ao outro que sempre fora. Ao assassinar por engano, com seis tiros, um adolescente filho de um pediatra e de uma dona de butique, todo o sistema inicia a caçada ao matador e o discurso contra os indesejáveis mirava nele: “o secretário de Segurança prometia justiça. [...] Meu histórico: matou a mulher, enterrou a mulher etc. e tal. Proprietário de uma empresa de matança. Procurado pela polícia. Polícia começa a investigar outros crimes.”²⁷⁶ E, por ter matado quem não devia, Máiquel deu um tiro na própria cabeça, como disse Santana. O matador reduzido a qualquer outro vai passar a vida fugindo, mas agora consciente da engrenagem que o moeu:

Eu não estava muito longe de entender que existe o lado de lá e o lado de cá, e que não se muda de lado. Nunca. Você pode até pensar que mudou, eles fazem você pensar isso, entre e feche a porta, eles dizem, você entra, você acha que está ali, você fecha a porta, você acha que mudou, mas não, na verdade não é uma mudança, se você está do lado de lá é porque eles estão precisando de alguém para lavar o banheiro de mármore deles. É isso simplesmente.²⁷⁷

Todos os dias os jornais estampavam sua foto e o discurso sobre o matador de bons meninos era maciçamente pulverizado. Cada vez mais abandonado e perseguido, Máiquel havia mexido com os bispos e cardeais, com o pessoal dos direitos humanos, porque usou o método contra alguém que não carregava o estereótipo do outro. “Virou

²⁷⁴ Ibid., p. 158.

²⁷⁵ Ibid., p. 166.

²⁷⁶ Ibid., pp. 177-178.

²⁷⁷ Ibid., p. 180.

outra coisa, o negócio não é mais a cagada que você fez, o menininho assassinado, eles não estão nem aí para o menininho. O negócio é te ralar vivo”, disse Santana. O matador era apenas o revólver daquela gente.

Eu era o revólver desses caras. A paz. Eles têm que ter um revólver porque todo mundo quer roubar o videolaser deles. A Miami deles. O estupro das filhas deles. O medo deles. A segurança deles. Eles não têm paz, eles diziam isso toda hora, não temos paz. Eu era o matador, era isso. Paz. Agora que a merda estava fedendo, eles estavam querendo jogar o revólver no rio, queriam acabar com as provas. Usar e jogar fora, como a gente vê escrito nas embalagens.²⁷⁸

O matador caminhou pela mentalidade da narrativa do medo do outro construída e ainda presente, visivelmente até mais bem fomentada. O matador da Zona Sul, como os jornais o chamavam, relembrou sua trajetória: “a gente matou um monte de pivete igual àquele skatista, um montão, eu mesmo, sei lá, eu matei mais de trinta, nunca ninguém se importou, agora só porque o pai do garoto é pediatra, esses caras são engraçados, você não acha?”²⁷⁹

Não só a literatura, mas a arte em geral sempre pode caminhar iluminando permanências e propondo resistência. O Teatro Experimental do Negro, fundado em 1944 no Rio de Janeiro, está nesse espaço. Resgatando a cultura africana marginalizada e objetivando a educação, ainda que tardia, da classe branca dominante que sempre se colocou em posição superior, trouxe para os palcos pessoas das classes mais pobres, a constante reserva de mão-de-obra, e sofridas e que, secularmente, foram desqualificadas. O negro, em toda sua potência, foi personagem e protagonista de sua própria africanidade e ancestralidade, distante de todos os estereótipos que até então lhe eram direcionados. Nas palavras de Abdias Nascimento, foi o Teatro a “liberação espiritual e social da comunidade afro-brasileira”, o que infelizmente faltou a Máiquel.

O narrador matador perdeu o rumo e sua capacidade de autodeterminação durante a narrativa. Embrutecido, descobriu sua vocação para cumprir contratos de homicídios e trilhou um processo que o tornou cúmplice dos algozes. Esses aspectos foram comuns na prosa da geração da década de 1990, criando personagens que eram fantoches lançados à sorte de seu próprio destino e articulados pelos demais personagens da narrativa. Nosso herói positivista, carrasco instituído, recebeu parceria e proteção policial para executar seu “trabalho”. No desfecho narrativo, Máiquel,

²⁷⁸ Ibid., p. 195.

²⁷⁹ Ibid., pp. 195-196.

naturalizado nos processos violentos que engendrou, foi perseguido por aqueles que antes o contratavam e lhe ofereciam proteção. Máiquel retorna em *Mundo perdido*²⁸⁰, dez anos depois, em busca do que perdeu material e moralmente enquanto demonstra a decomposição de valores e instituições Brasil afora.

O outro desqualificado e perseguido também perambula por “Espiral”, mas sobre outra perspectiva. No conto de Geovani Martins enxergamos pelas lentes desse outro ameaçador que reflete sobre sua própria condição enquanto sujeito potencialmente moldado pelos discursos desqualificadores. O menino que anda pelas ruas da Gávea com seu uniforme escolar sabe que “começou muito cedo”, mesmo quando ainda não entendia e percebia os movimentos das pessoas que cruzavam seu caminho. A partir do momento em que se percebe como figura que dissipa medo e insegurança, o menino se debruça sobre os pressupostos que assim o desqualificam.

Entre olhares atravessados dos alunos da escola particular e uma velha que segura a bolsa com mais empenho e atravessa a rua para não cruzar o caminho do narrador, a narrativa focaliza o contraste e o paradoxo:

As pessoas costumam dizer que morar numa favela de Zona Sul é privilégio, se compararmos a outras favelas na Zona Norte, Oeste, Baixada. De certa forma, entendo esse pensamento, acredito que tenha sentido. O que pouco se fala é que, diferente das outras favelas, o abismo que marca a fronteira entre o morro e o asfalto na Zona Sul é muito mais profundo. É foda sair do beco, dividindo com canos e mais canos o espaço da escada, atravessar as valas abertas, encarar os olhares dos ratos, desviar a cabeça dos fios de energia elétrica, ver seus amigos de infância portando armas de guerra, pra depois de quinze minutos estar de frente pra um condomínio, com plantas ornamentais enfeitando o caminho das grades, e então assistir adolescentes fazendo aulas particulares de tênis. É tudo muito próximo e muito distante. E, quanto mais crescemos, maiores se tornam os muros.²⁸¹

Após traçar a hipótese, o menino começa a estudar os transeuntes da cidade simulando perseguições. Ele sente “o gosto daquele medo, cheio de poeira de outras épocas”²⁸² que afasta qualquer sentimento de culpa:

Passado o turbilhão, fiquei com nojo de ter ido tão longe, lembrando da minha avó, imaginando que aquela senhora também devia ter netos. Porém, esse estado de culpa durou pouco, logo lembrei que aquela mesma velha, que tremia de pavor antes mesmo que eu desse qualquer motivo, com certeza não imaginava que eu também tivera avó, mãe, família, amigos, essas coisas todas que fazem nossa liberdade valer muito mais do que qualquer bolsa, nacional ou importada.²⁸³

²⁸⁰ Publicado em 2007, também de Patrícia Melo.

²⁸¹ MARTINS, op. cit., p. 18.

²⁸² Ibid., p. 19.

²⁸³ Ibid., p. 19.

A análise do discurso permite compreender como o texto produz sentidos a partir da permanência que recai sobre o menino narrador. “É sobre essa memória, de que não detemos o controle, que nossos sentidos se constroem, dando-nos a impressão de sabermos do que estamos falando. Como sabemos, aí se forma a ilusão de que somos a origem do que dizemos”.²⁸⁴ Ao interpretarmos, já estamos presos, inevitavelmente ao sentido que esse discurso carrega, dele não somos origem. Para e pelo sujeito, ele é um processo de significação que mobiliza conceitos que não podem ser ignorados. Indo além do que fica na superfície, o narrador sabe que está debruçado sobre um discurso que o delimitou muito antes de existir. As condições ideológicas e sócio-históricas de produção do seu contradiscurso se relacionam com o que experimentou, mas também com o que já foi experimentando por tantos outros que o antecederam.

A defesa do patrimônio em comum sempre em risco alimentava o medo e a obsessão do narrador ganha forma de pesquisa, um “estudo sobre relações humanas”. Os pressupostos que o constituíam ontologicamente ameaçador, o código genético do potencialmente perigoso, agora era autoestudado: “começava a entender com clareza meus movimentos, decifrar os códigos dos meus instintos”.²⁸⁵ Ao mesmo tempo, as “cobaias” também eram objeto de estudo que viviam em um mundo que o narrador sequer conhecia. A inversão da perspectiva observadora chega até Mário, que no primeiro encontro com o outro menino levanta os braços para o alto achando que se rendia a um assalto.

O sentimento de ódio e humilhação deram lugar ao caráter científico e mais impessoal, tornando o narrador cada dia mais invisível para sua investigação. A cobaia que tinha duas filhas com cara de crianças bem alimentadas e uma família típica das propagandas não conseguiu esconder a babá vestida de branco dos olhos do narrador estudioso. Oscilando ora entre a intimidação e a indiferença quanto à existência do outro, Mário, após três meses, depara-se com “o horror da descoberta” que o torna mais inseguro, preocupado e ameaçado. O desfecho conflitivo com o outro chega ao clímax:

Foram dias complicados pra ambas as partes, eu sentia que dava um passo definitivo, só não tinha certeza de onde me levaria esse caminho. Até que entramos na jogada final. [...] Suava pelas ruas, a cara vermelha. Também eu tremi diante das possibilidades de desfecho.

Ele entrou no prédio, cumprimentou o porteiro feito máquina, subiu. [...] Alguns minutos depois apareceu Mário, completamente transtornado,

²⁸⁴ ORLANDI, 2020, p. 52.

²⁸⁵ MARTINS, op. cit., p. 19.

segurava uma pistola automática. Sorri pra ele, percebendo naquele momento que, se quisesse continuar jogando esse jogo, precisaria também de uma arma de fogo.²⁸⁶

Constituindo o outro como essa figura obsessivamente assustadora, a ideia de permanência está em espiral, representada nessa ciclicidade imagética: quanto outros vieram e tantos ainda virão para sustentar a narrativa entretecida pelo medo. Ainda que que ele assuma sua condição humana ao sentir medo frente ao percurso que lhe foi reservado, será desumanizado e desqualificado para ocupar o espaço do inimigo que espreita também pelas ruas narrativas de Rubem Fonseca e que observa comportamentos e desigualdade na cidade carioca de Geovani Martins. Ambos os discursos literários, caminhando para desfechos muito semelhantes, invertem a lógica discursiva para desconstruir a desqualificação de determinados indivíduos.

Observando os processos de significação, entendemos que não há sujeito sem discurso no mesmo sentido que não há discurso sem ideologia. O menino narrador de “Espiral” é um acúmulo histórico da permanência que o estereotipou e contra ela se insurge na narrativa. Essa formação discursiva representa um caminho contrário a formações ideológicas que o classificaram e hierarquizaram, pois “nem a linguagem, nem os sentidos nem os sujeitos são transparentes: eles têm sua materialidade e se constituem em processo em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente”.²⁸⁷ Por isso, a análise do seu discurso nos permite investigar os sentidos considerados em uma específica condição de produção como alguém sempre localizado à margem. Sujeitos discursivos como esse menino narrador possibilitam a compreensão entre linguagem e ideologia e promovem rupturas de processos dominantes. Assim, novas possibilidades de significação são estabelecidas.

²⁸⁶ Ibid., pp. 21-22.

²⁸⁷ ORLANDI, 2020, p. 46.

CONCLUSÃO

O consórcio criminologia e literatura apresenta uma história extensa. Por isso, não percorremos uma trajetória nova. Todavia, a abordagem desse consórcio pela análise do discurso foi nosso fundamento ao propormos uma análise materialista sobre um caminho já muito antes estabelecido, pois acreditamos que existia uma lacuna a ser superada. O estudo transdisciplinar não pode ser concebido se calcado em diletantismos ou arroubos apaixonados literários. A narrativa ficcional, se não tratada como mero instrumento para adornar questões jurídicas, pode ser analisada com método e bibliografia capazes de entrincheirar as linhas de frente na margem brasileira porque é forma de conhecimento original.

Demonstramos que o discurso do medo a respeito das ideias de incivilização e criminalidade deslocou as classes subalternas para a figura do inimigo interno. Sendo ontológica e discursivamente construído, foi desqualificado através da permanência cultural positivista por meio do sequestro de sua figura enquanto estratégia fundamental na margem latina capitalista periférica. O discurso classificatório e hierarquizante revelou sua funcionalidade para controlar o outro, segregando, silenciando e exterminando.

Quando analisados materialmente, os discursos que sustentam esse método podem ser encontrados em diversos recortes na história da mentalidade brasileira, que subsiste calcada na atualização obsessiva e paranoica do outro, nosso grande e constante inimigo interno. Percebemos como o discurso sempre inflamou o medo das classes populares e como essa cultura ainda é uma prática viva e letal que sequestra almas e identidades. Dos objetos aos métodos, a permanência está girando sua engrenagem sobre o outro, figura discursivamente construída para atender a demanda por ordem em cada marco temporal. Rastreamos essa cultura, podemos propor rupturas que podem ser estabelecidas pelo discurso do outro.

Pela inadequação com o presente, acreditamos que a literatura contemporânea brasileira oferece caminhos para a resistência às estratégias punitivas, à desqualificação e ao Estado de polícia que se espalhou para todos os setores da vida. Com isso, nosso objetivo foi demonstrar que, se fomos capazes de inculcar métodos e aparatos desqualificadores sobre o outro, também somos igualmente capazes, a partir da narrativa ficcional, de reafirmar a condição qualificadora e humana de indivíduos que

figuraram como objeto criminológico positivista e se constituem hoje como alvo dos mecanismos de controle punitivo.

Por meio da análise do discurso, debruçamo-nos sobre discursos cristalizados e não neutros. Assim, foi possível observar quem é o homem que fala, rotula e classifica o outro, revelando a contaminação das nuances de nosso capitalismo periférico. Tentamos comprovar, portanto, que não existe neutralidade nos discursos que produzidos uma vez que o sujeito, inserido na ordem capitalista, é submisso, embora acredite na crença de liberdade discursiva. Eni Orlandi afirmou que o dizer tem história. Então, esse dizer também pode ser uma cultura.

A figura do literato-criminólogo ou do criminólogo-literato, confundida e fundida na história dos cursos criminológico e literário, tem a capacidade alargada de captar e (re)construir subjetividades punitivas que estão há muito tempo cristalizadas na sociedade, o que materializa possibilidades de descristalizações dessas mesmas subjetividades. Tornando a questão mais concreta, essa junção de figuras possibilita discussões sobre temas tão afetos ao nosso sentir penal que circundam à órbita de um medo imaginário construído.

No Brasil com Lemos Brito, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Lima Barreto, Joaquim Manuel de Macedo e Francisco Mangabeira; em Portugal com Camilo Castelo Branco e Gervásio Lobato; na Argentina com Jorge Luis Borges; os grandes centros urbanos estiveram em foque para construir as linhas estéticas da criminologia como narratividade. Alguns mais, outros menos, todos teceram narrativas que compuseram contradiscursos ao pseudodiscurso criminológico positivista ou ele ratificaram por meio de uma catalogação fundamental de delinquentes potenciais.

Ao caminhar do lado da margem em que se posicionam os textos literários, compreendemos como a escalada do poder punitivo marcou e sequestrou a figura do outro. A resistência à truculência, em Rubem Fonseca, à naturalização da violência, em Patrícia Melo, e ao aplauso da afetividade criminal, em Geovani Martins, são os laços entre os autores que sentiram a desqualificação sobre personagens a partir da aguda construção da figura do inimigo. Pluralizando e democratizando discursos, a literatura foi interpretada como forma de conhecimento original e, por isso, foi alçada à condição de possibilitadora de espaços alternativos de reflexão para a repolitização da questão criminológica afastada da cultura positivista.

Para ressignificar espaços coletivos que comportem os mais pobres e subalternos dignamente e não os controle para assegurar o processo de acumulação do capital nem

sequestre sua figura, a ruptura com os discursos desqualificadores é mais do que urgente, porque fundamental para a tecitura de um discurso popular que de fato reescreva a história do povo brasileiro e resgate sua qualificação. Tudo importa e merece o cuidado dos analistas, sejam eles criminólogos sejam eles literatos. E, com o outro a caminhar pela contramão, ambos podem aprender sobre rupturas e permanências.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal**. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.
- ANITUA, Gabriel Ignacio. **Histórias dos pensamentos criminológicos**. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2008.
- BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal**. Tradução Juarez Cirino dos Santos. 3 ed. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/Revan, 2002.
- BARRETO, Lima. As teorias do Doutor Caruru. In: **Marginália**. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- _____. **Triste fim de policarpo Quaresma**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- BARRETO, Vicente de Paulo (Org.). **Dicionário de filosofia do direito**. Rio de Janeiro e São Leopoldo: Unisinos e Renovar, 2006.
- BARTHES, Roland. **El susurro del lenguaje**. Más allá de la palabra y la escritura. Buenos Aires: Paidós, 2013.
- BATISTA, Nilo. **Matrizes ibéricas do sistema penal brasileiro**, I. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2002.
- _____. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- _____. Criminologia sem segurança pública. **Revista Derecho Penal y Criminología**. Buenos Aires, 2013, ed. La Ley: v. 10, pp. 86-90.
- _____. **Machado de Assis, criminalista**. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2018.
- BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- _____. O realismo marginal: criminologia, sociologia e história na periferia do capitalismo. In: **Sociologia e direito: explorando as interseções**. Ed. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito/UFF, 2007, pp. 135-148.
- _____. Criminologia e política criminal. **Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 20-39, jul./dez, 2009.
- _____. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

_____. O Alemão é muito mais complexo. In: **Revista Justiça e Sistema Criminal**, Curitiba, v. 3, n. 5, p. 103-125, jul/dez. 2011.

_____. Adesão subjetiva à barbárie. In: **Loïc Wacquant e a questão criminal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

_____. O positivismo como cultura. **Passagens**. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. Rio de Janeiro: v. 8, n. 2, maio-agosto, 2016, p. 293-307.

_____. Crime e guerra no Brasil contemporâneo. In: **Poder patriarcal y poder punitivo: diálogos desde la crítica latinoamericana**. Gabriela L. Gusic e Laura Farb (coords.). Buenos Aires: Ediar, 2020, pp. 299-312.

BRANCO, Camilo Castelo. **Memórias do Cárcere**. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2001.

BRITTO, Gabriel Lemos. **O crime e os criminosos na literatura brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946.

CALASANS, José. A guerra de Canudos no cancionero popular do Brasil. In: **Actas do Colóquio de Estudos Etnográficos "Dr. José Leite de Vasconcelos"**. v. II. Porto: Imprensa Portuguesa, 1960.

CAMPANHA de Canudos. **Exército Brasileiro**. Disponível em: http://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_redirect%3D%252Fexercito-brasileiro%26_3_keywords%3Dcanudos%26_3_groupId%3D0%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch&inheritRedirect=true. Acesso em: 10 ago. de 2022.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

_____. O direito à literatura. In: **Vários escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.

_____. **A literatura e a formação do homem**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.

_____. O socialismo é uma doutrina triunfante. [Entrevista cedida a] Joana Tavares. **Brasil de Fato**, Rio de Janeiro, n. 435, 8 ago. 2011. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/6819/>. Acesso em: 15 set. 2022.

CASTRO, Andreia Alves Monteiro de. **Realidades, desejos, crimes e ficções: as cidades de Camilo Castelo Branco e Gervásio Lobato**. 2017. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

COELHO, Henrique. Não chegarão à praia, diz Pezão sobre infratores em ônibus para praias. **G1**, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/09/nao-chegarao-praia-diz-pezao-sobre-infratores-em-onibus-para-praias.html>. Acesso em: 10 out. 2020.

COIMBRA, Cecília. **Operações Rio: o mito das classes perigosas**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001.

COIMBRA, Cecilia; SCHEINVAR, Estela. Subjetividades punitivo-penais. In: **Loïc Wacquant e a questão criminal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

CONHEÇA a história dos “rolezinhos” em São Paulo. **G1**, 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/01/conheca-historia-dos-rolezinhos-em-sao-paulo.html>. Acesso em: 15 dez. de 2022.

CUNHA, Euclides da. **Canudos: diário de uma expedição**. São Paulo: Martin Claret, 2016.

_____. **Os sertões**. Jandira, SP: Principis, 2020.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. 2006. Dissertação (Mestrado Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FONSECA, Rubem. **Feliz Ano Novo**. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Lições de direito penal: parte geral**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 74. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GOMES, Luiz Flávio; ALMEIDA, Débora de Souza de. **Populismo penal midiático: caso mensalão, mídia disruptiva e direito penal crítico**. São Paulo: Saraiva, 2013.

JUNQUEIRA, Eliane Botelho. **Literatura e Direito: uma outra leitura do mundo das leis**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 1998.

KARAM, Maria Lúcia. Utopia transformadora e abolição do sistema penal. In: PASSETTI, Edson; SILVA, Roberto Baptista Dias da. (Orgs.). **Conversações abolicionistas: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva**. São Paulo: IBCCRim, 1997.

MACEDO, Joaquim Manuel. **As vítimas-algozes: quadros da escravidão**. 4. ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2006.

MANGABEIRA, Francisco. **Tragédia épica: guerra de Canudos**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2010.

- MARTINS, Geovani. **O Sol na cabeça**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- MELO, Patrícia. **O matador**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MOISÉS, Massaud. **A literatura brasileira através dos textos**. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 2005.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.
- _____. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 13. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.
- POQUET, Alejandro. **Borges y la criminología**. Santiago: Ediciones Olejnik, 2018.
- RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. **Canudos: cartas para o Barão**. São Paulo: EdUSP, 1999.
- SCHOLLHAMMER, Karl Erik. **Ficção brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- SCHWARZ, Roberto. **Os pobres na literatura brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- _____. **As ideias fora do lugar**. Penguin, Companhia das Letras, 2014. *E-book*.
- SILVA, Deonísio da. **O caso Rubem Fonseca: violência e erotismo em Feliz ano novo**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1983.
- _____. **Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- SOUZA, Ronaldo de Melo e. **O romance tragicômico de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2006.
- SOZZO, Máximo. Traduttore traditore. Traducción, importación cultural e historia del presente de la criminología en América Latina. In: **Cuadernos de doctrina y jurisprudencia penal**, v. 7, n. 13, 2002.
- SÜSSEKIND, Flora. As vítimas-algozes e o imaginário do medo. In: MACEDO, Joaquim Manuel. **As vítimas-algozes**. 3. ed. São Paulo: Scipione; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1991.

_____. Desterritorialização e forma literária. Literatura brasileira contemporânea e experiência urbana. In: **Literatura e sociedade**, v. 10, n. 8, 2005.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. 10. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2020.

TRINDADE, André Karam; BERNSTIS, Luísa Giuliani. O estudo do direito e literatura no Brasil: surgimento, evolução e expansão. **Anamorphosis – Revista Internacional de Direito e Literatura**, v. 3, n. 1, p. 225-257, jan./jun. 2017.

WHITE, James Boyd. **Law and literature**: no manifest. 39 Mercer Law Review 739, 1988.

ZIZEK, Slavoj. **Violência**: seis reflexões laterais. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.